



AVEIRO E O SEU DISTRITO

bik



PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DA JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

NÚMERO

21

1976

FL
908
149

OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

AVEIRO E O SEU DISTRITO



DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO bibRIA



Assinatura anual 60\$00

Número avulso 30\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO
OPERA DA

AVEIRO
DISTRITO



OPERA DA
OPERA DA
OPERA DA

bibRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
- BIBLIOTECA -
103007 | 13 SET 76
ENTRADA DE OBRAS





bibRIA

Recursos hidrográficos da bacia do rio Vouga

— UM PLANO PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

Por Dália Lázaro

O texto que em seguida se oferece aos leitores da Revista «Aveiro e o seu Distrito» foi redigido com o fim de se inserir numa série que nela vem sendo publicada, tendo em vista dar a conhecer as potencialidades e os problemas desta Região e as realizações e planos para o seu desenvolvimento.

Trata-se de uma síntese, assim mesmo só de parte de um estudo sobre o desenvolvimento dos recursos hidráulicos da Bacia do Vouga e como tal terão que ressaltar-se-lhe não os erros mas as omissões.

O que é e como é a «Bacia Hidrográfica do Vouga»

A área geográfica de recepção das águas que através do rio Vouga e pela sua laguna, a ria de Aveiro, são lançadas no mar, constitui a bacia hidrográfica deste rio.

É uma extensa região, de 3700 km², no interior da qual se registam amplas variações quer quanto a solos, quer quanto à fisiografia ou ao próprio clima, variações essas que são determinantes do seu aproveitamento actual e dos problemas que engloba.

Entre tais determinantes são particularmente decisivos o declive dos terrenos e a inclinação do leito dos rios que são acentuados nos troços superior e médio da Bacia (Alto e Médio Vouga) e insignificantes na sua porção de jusante (Baixo Vouga).

Uma análise que não necessita ser muito profunda mostra que dois factos lhe estão principalmente ligados:

- 1—A vocação predominantemente florestal dos Médio e Alto Vouga e predominantemente agrícola do Baixo Vouga onde se encontram a grande maioria das terras com boa aptidão ao regadio;
- 2—A facilidade e frequência com que se inundam os campos marginais deste Baixo Vouga — rios Antuã, Vouga, Marnel, Águeda e Cértima, fenó-

meno para que contribui em larga escala o açoreamento dos leitos destes rios na parte final dos seus cursos.

Como se elaborou e o que é o «Plano de Aproveitamento Hidroagrícola da Bacia do Rio Vouga»

Recomendada a sua elaboração nos «Estudos Preparatórios do IV Plano do Fomento», a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos confiou esta tarefa a uma empresa nacional de projectistas, a COBA (1).

Esta realizou em primeiro lugar um estudo das potencialidades da Bacia quanto a terras aptas ao regadio bem como dos condicionamentos ecológicos e turísticos à expansão deste e avaliou as disponibilidades existentes quanto a água e locais com adequadas condições para a implantação de barragens quer para o armazenamento e regularização de caudais quer, se possível, para produção de energia eléctrica.

Foi esse estudo que conduziu, após análise ponderada, à delimitação de um certo número de áreas totalizando à volta de 5000 hectares, eventualmente susceptíveis de melhoramento pelo regadio embora dispersas por toda a Bacia, bem como dos seguintes dez blocos cobrindo um total de mais de 48 000 hectares, que pela sua concentração geográfica e dimensões, permitem implantar um grande plano integrado de rega, drenagem e defesa:

BLOCOS (2)	Área (ha)	Necessidades de água (hm ³ /ano)
Antuã	11 405	43,9
Vouga - Marnel	2 430	10,2
Águeda - Cértima	1 975	8,3
Aveiro	8 296	34,8
Mamarrosa	4 466	18,6
Covões	5 758	24,2
Mira	4 747	19,8
Cantanhede	2 173	9,1
Tocha	3 919	16,5
Quiaios - Maiorca	3 168	13,3
	48 337	198,7

Para a rega destes blocos foram previstas quatro barragens:

— Barragem de Ribeiradio, no rio Vouga, com à volta de 90 m de altura e 300 milhões de metros cúbicos de capacidade útil, que rega os 32 527 hectares dos blocos de Aveiro e de Cantanhede-ao-Vouga;

— Barragem de Antuã, no rio Antuã, com à volta de 50 m de altura e 39 milhões de metros cúbicos de capacidade útil, que rega os 11 405 hectares do bloco do Antuã;

— Barragem de Marnel, no rio Marnel com à volta de 55 m de altura e 24 milhões de metros cúbicos de capacidade útil, que rega os 2 430 hectares do bloco Vouga-Marnel;

— Barragem do Rio Covo, no Rio Alfusqueiro, com à volta de 60 m de altura e 31 milhões de metros cúbicos de capacidade útil, que rega os 1 975 hectares do bloco Águeda-Cértima.

Os aproveitamentos hidroeléctricos que integram estas barragens permitem produzir quantitativos de energia e dispor de um valor de potência instalada economicamente enquadrável no panorama da situação hidroeléctrica nacional. Isto sobretudo no que se refere ao aproveitamento de Ribeiradio porquanto a energia

produtível nos outros três aproveitamentos o será como sub-produto.

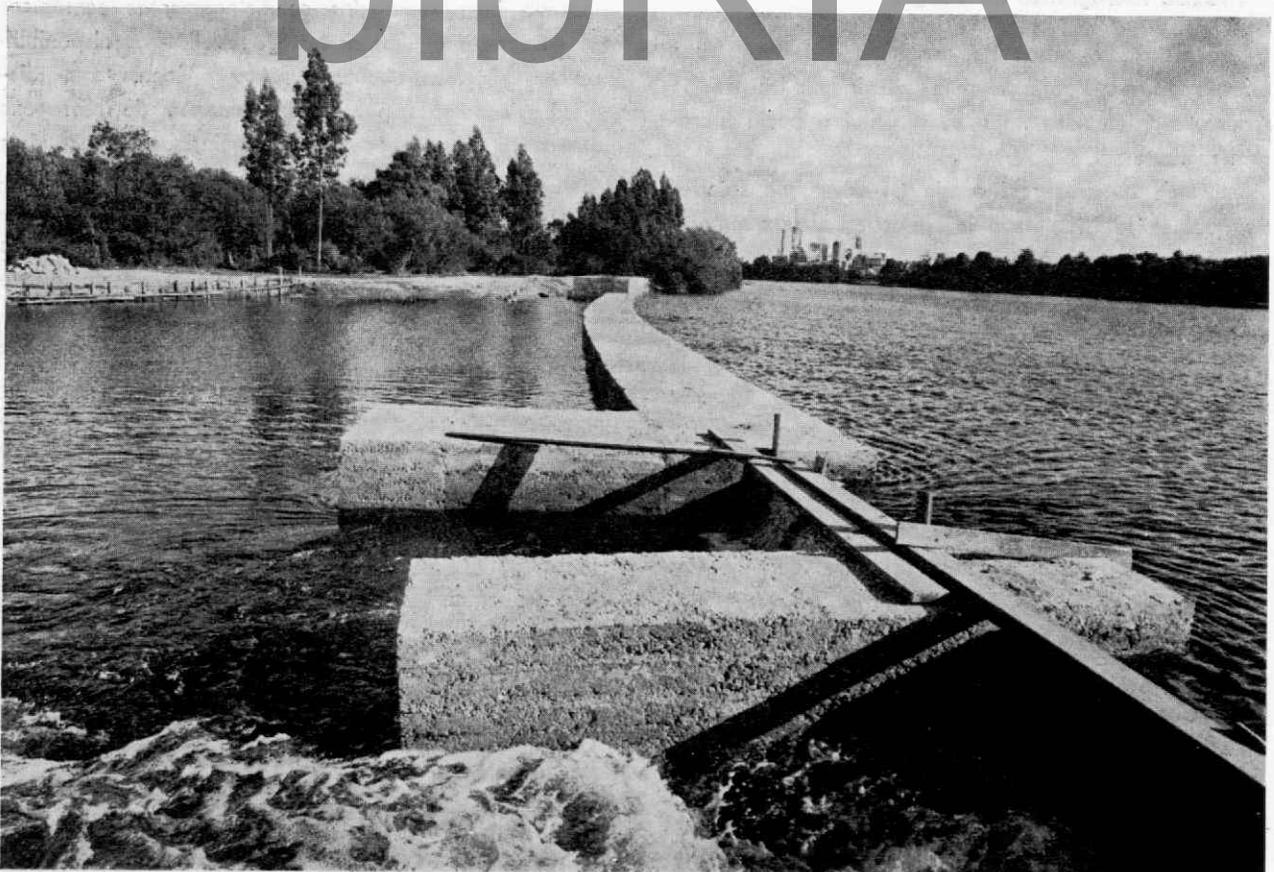
Estas quatro barragens, além dos benefícios indicados, garantem:

1— Ao longo de todo ano, o quantitativo total de 28 milhões de metros cúbicos de água necessário ao abastecimento das populações e às indústrias da bacia do rio Vouga;

2— Na época seca, os caudais mínimos permanentes nas respectivas linhas de água indispensáveis para as manter despolidas;

3— Na época chuvosa, dominando a primeira e as duas últimas, cerca de 40 % da área da bacia e, portanto, do respectivo caudal sólido, uma redução de caudal máximo da cheia milenária bastante sensível.

O aproveitamento agrícola actual da bacia do rio Vouga baseia-se na cultura do milho com feijão ou da batata, seguida de forragens, com produção predominante de leite e carne de bovinos. Também se cultiva, com certa representatividade, arroz e nabos. O plano elaborado propõe que se mantenham praticamente as produções características do presente quadro agrícola ao qual se acrescentou somente, como novidade, a cultura da beterraba sacarina. A inserção desta



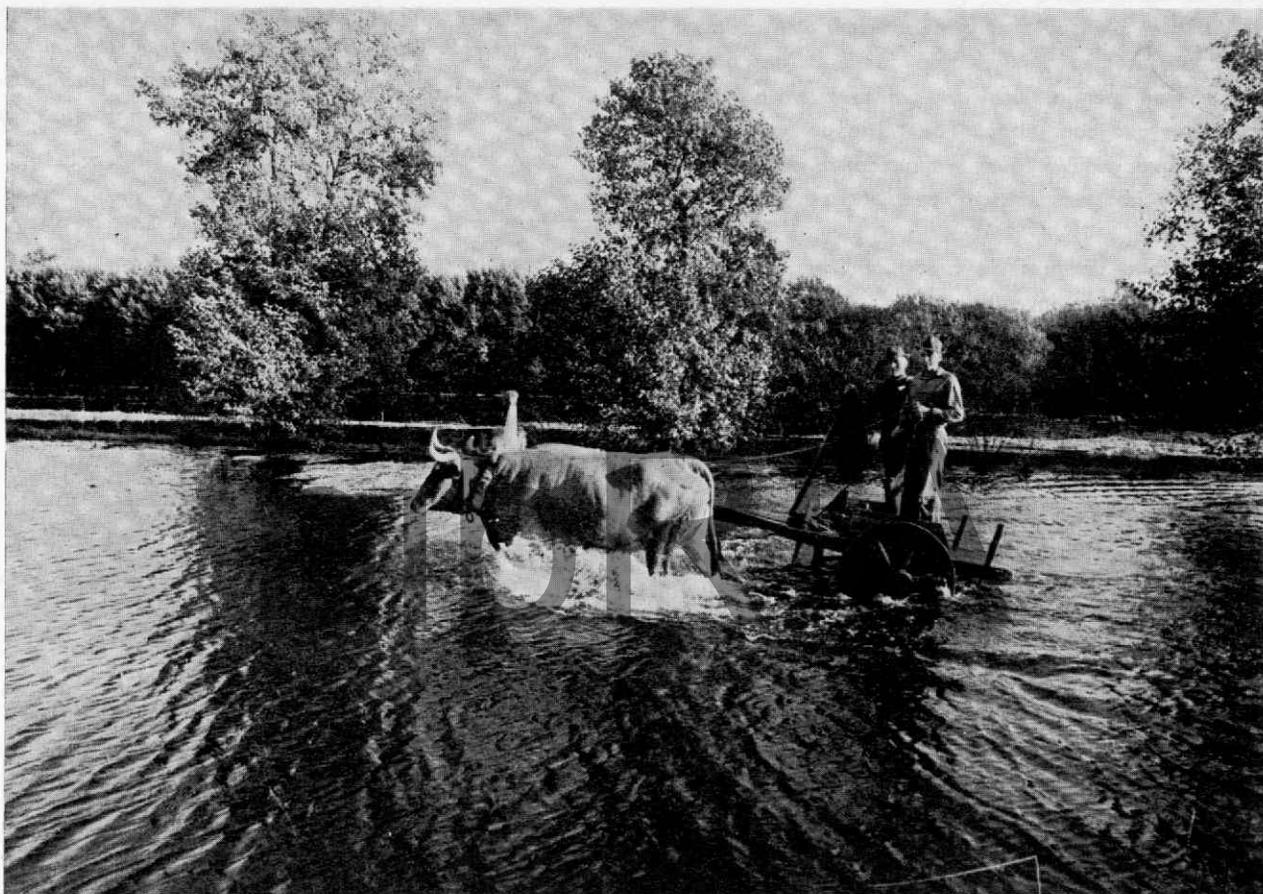
num dos grupos de rotações-tipo previstos fez-se por tal se entender justificável, quer à luz de critérios ecológicos, quer de critérios económicos, nomeadamente os ligados com o actual condicionalismo de abastecimento de açúcar a Portugal.

A análise dos esquemas propostos no Plano, forneceu os seguintes resultados:

1—Em qualquer das hipóteses de ocupação previstas, com ou sem beterraba sacarina, admite-se uma diminuição considerável das produções de milho e

1 320 toneladas, considerando a mesma produtividade por cabeça que na ocupação actual.

Sabendo-se que a bacia leiteira da Beira Litoral detém a maior percentagem da produção nacional — só o distrito de Aveiro produziu, em 1970, 67 000 000 litros de leite (cerca de 30 % do leite entregue no País) — o aumento de 20 750 000 litros de leite representa à volta de 9,5 % da produção do país em 1970. Por outro lado, o aumento de 1 320 toneladas de carne cobre cerca de 13% do «deficit» anual verificado no seu consumo



feijão (33-44 % e 47-57 %) e a eliminação da cultura de arroz.

2—Em contraste com a evolução anterior, a produção de batata e hortícolas é notavelmente acrescida (43-140 % e 50 vezes) e surge como novidade a produção de raízes de beterraba sacarina em quantidade suficiente para justificar a montagem de duas a três unidades industriais de fabrico de açúcar.

3—A produção de alimentos para o gado, convertida em U. F. (3), é acrescida em ambas as hipóteses de ocupação cultural previstas, de mais de 45 000 000 (= 26 %), o que permitirá aumentar a produção de leite e carne, respectivamente de 20 750 000 litros e

em 1961, o qual tem aumentado sensivelmente nos últimos quinze anos.

A densidade pecuária alcançada será de 1,5 cabeças normais por hectare, contra 1,2 actualmente, se se considerar como consumo anual por cabeça normal 3 000 U. F.

4—Os valores totais de produção actual e depois da beneficiação passarão de cerca de 1 600 000 para 2 600 000 contos/ano, ou seja, aumentarão de 1 000 000 contos (= 20 contos/ha/ano). Deste aumento, o contributo mais importante pertence, em ambas as hipóteses de ocupação cultural previstas, ao sector de alimentos para o gado — cerca de 70 % do total.

**O «Plano de Aproveitamento Hidroagrícola»
insere-se num plano de âmbito mais geral**

Pode efectivamente dizer-se que muitos outros aspectos foram considerados nos quais a água constitui recurso e problema.

Assim se tratou de inventariar os recursos hídricos disponíveis em toda a Bacia e a sua utilização actual bem como os problemas ligados à poluição industrial e urbana, nomeadamente para a fauna e a flora aquáticas ou dela dependentes e para a própria população local ou de turistas.

Assim se planeou a correcção torrencial e a defesa contra a erosão, a regularização dos leitos dos rios, a produção de energia eléctrica, a defesa contra o avanço das marés e a concentração de carga poluente industrial e urbana no Verão, o uso recreativo dos recursos hídricos, o abastecimento das populações e o saneamento básico.

O âmbito do presente artigo não permitiu tratar estes aspectos de inventariação e planeamento, mas entendeu-se que não devia deixar de fazer-se-lhe refe-

rência já que todos foram considerados no mesmo «Plano de Aproveitamento Hidráulico» de que o «Plano de Aproveitamento Hidroagrícola» agora tratado foi parte integrante.

Dália Lázaro

Directora do Projecto

*
* *

NOTA: «O estudo prévio, do qual foi extraído este artigo, foi entregue pelos consultores à Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos nos primeiros meses do corrente ano e está sendo submetido à apreciação dos diversos organismos oficiais a que interessa.»

(1) Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL.

(2) Os seis últimos blocos situam-se nos Campos de Cantanhede-ao-Vouga.

(3) U. F. = unidades forrageiras.

bibRIA



De Guacía para o sul não mais a canga vareira, que, na estilização e clorido, pede meças aos molceiros...

Foto de Inácio Ludgero

Universidade de Aveiro, presente e futuro

Por Victor M. S. Gil

Reitor

INTRODUÇÃO

Vive-se o terceiro ano dos trabalhos de lançamento de uma Universidade em Aveiro. A analogia com recentes experiências estrangeiras semelhantes levaria a supor que este terceiro ano seria ainda dedicado, exclusivamente, a tarefas de planeamento pedagógico e científico, de definição estrutural, de organização administrativa e de outros serviços de apoio e de planeamento físico da Universidade, acompanhado, talvez, das primeiras construções; em conformidade, a Universidade em potência estaria então constituída por um pequeno núcleo de professores e de técnicos e apostada no progressivo recrutamento e (ou) formação dos docentes-investigadores indispensáveis.

A situação real é, porém, bem diferente: este terceiro ano de instalação é já também o segundo ano de vida de uma Universidade na infância, com todas as suas funções diferenciadas e em desenvolvimento. E isto, coincidentemente, por opções de princípio, por força da crescente procura pelo ensino superior e, confessemos-lo, por razões pragmáticas e conjunturais de sobrevivência institucional.

Dispondo-se afortunadamente de espaço escolar, à partida, enveredou-se deliberadamente por uma via ao mesmo tempo avessa à tendência atávica para a improvisação e à preocupação obstinada da planificação total. Por ela se lançaram os primeiros cursos e as primeiras linhas de investigação e desenvolvimento. É que, particularmente no âmbito pedagógico, não vemos a criação de uma Universidade exactamente como peça musical cuidadosamente orquestrada para ser oportuna e meramente executada pelos principais intérpretes — os estudantes. Porque, se a definição, aliás variável no tempo, dos objectivos e dos temas e seu desenvolvimento geral compete aos mestres e especialistas, àqueles cabe uma parcela importante da própria composição; nomeadamente, esta terá de ser

revista em face das contínuas experiências de execução. Assim, recolhida a experiência abundante e variada dos primeiros docentes, cedo houve que associar os primeiros alunos e dar início às primeiras tiradas pedagógicas em conjunto. Esta opção de princípio viria a constituir porto seguro onde o lançamento dos primeiros cursos, no começo de 1975, se abrigaria das eventuais críticas de improvisação, ou mesmo de oportunismo institucional, numa altura em que ainda estava recente o risco de se ver precipitadamente «corrigida» a excessiva quantidade de escolas superiores criadas pouco antes da Revolução (especialmente para os recursos humanos existentes) com a sua total ou quase total extinção.

É deste modo que a Universidade de Aveiro, já uma realidade qualitativamente completa em Janeiro de 1975, vem perseguindo alguns dos seus objectivos próximos — embora com ritmo brando imposto pelas limitações orçamentais e por algumas dificuldades no recrutamento de docentes qualificados — ao mesmo tempo que se vai instalando materialmente.

OBJECTIVOS E FUNÇÕES

Como objectivos finais específicos, a U. A. propõe-se: contribuir — quer pela sua implantação fora dos centros universitários tradicionais quer pelo que, em termos absolutos, significará de aumento da capacidade de escolarização a nível superior — para a satisfação progressiva do direito dos cidadãos portugueses, com aptidões⁽¹⁾ para isso, a uma educação e cultura superiores; e desenvolver programas pedagógicos, científicos e culturais relevantes para o progresso económico, social, cultural, científico e tecnológico do país,

(1) Aptidões que, com a prática de «*numerus clausus*», não poderão mais ser avaliadas apenas pelos testes mais ou menos tradicionais, mas tendo em conta, também, as condições sócio-económico-culturais em que se desenvolveram.



Aula no Laboratório de Física

especialmente pelo estudo de domínios não tratados ou insuficientemente desenvolvidos nas Universidades tradicionais. Teremos, assim, uma Universidade que pelas suas funções principais estará profundamente comprometida espaço-temporalmente com a Sociedade. Mas que não se deverá limitar a transmitir os valores de curto prazo desta Sociedade. Antes, ajudará criticamente a reforçar a capacidade da Sociedade em se renovar no progresso integral. Um exemplo da «Universidade necessária», numa perspectiva englobante, de presente e futuro; activa, crítica e criativamente implicada, em ponderado balanço, tanto com problemas teóricos como com os problemas práticos que constituam um suficiente desafio à capacidade intelectual; crescentemente relacionada, sem prejuízo daquele compromisso, com o mundo do saber livre e com instituições congéneres noutras sociedades.

A prossecução daqueles objectivos supõe a realização de duas categorias de funções primárias: **educação e investigação**. Se na ausência da primeira não haveria Universidade, é absolutamente claro na U.A. que a inexistência da segunda cedo arrastaria a morte da Universidade, admitindo que alguma vez houvesse sido possível erguê-la. Na verdade, para além doutras razões, é arreigada convicção que o êxito das tarefas de educação superior exige uma intensa e sin-

cera atitude de pesquisa. Assim é que na U.A. as duas funções primárias estão indissolvelmente ligadas.

Pela função educação entende-se, acima, o ensino-aprendizagem (incluindo o aperfeiçoamento e especialização profissionais) e o treino intelectual de nível superior, e a extensão cultural (no âmbito da Universidade e da Sociedade), incluindo-se ainda, e em plano mais informal, as oportunidades para desenvolvimento e maturação pessoal. À função investigação aliamos a criação cultural, o desenvolvimento tecnológico e o serviço directo à comunidade.

Esta instituição complexa que é uma Universidade numa Sociedade crescentemente sofisticada traduz-se necessariamente numa estrutura e numa organização complexas, que terão de ser suficientemente flexíveis para poderem acompanhar as rápidas evoluções do conhecimento e da Sociedade. É também uma empresa de elevados custos para a comunidade; e mais, de que os beneficiários não pertencem, decerto no caso português, aos estratos sociais mais desfavorecidos. É, pois, imperativo que as variadas unidades estruturais — pedagógicas, científicas, de apoio — pratiquem critérios de exigência, de eficiência e de responsabilidade. São estes os critérios que vêm a ser desenvolvidos na Universidade de Aveiro, conciliando, onde necessário e assaz despreconceitosamente, os valores democráti-

cos e as teorias igualitárias defendidos pela Sociedade com os indispensáveis valores hierárquicos e práticas selectivas inerentes nomeadamente a uma apreciável alíquota das funções primárias da Universidade.

CURSOS

A actual variedade de cursos superiormente aprovados é já reveladora duma universidade em crescimento. Sem ignorar que não há fronteiras nítidas entre elas, podemos agrupar os vários cursos em três áreas:

1. Tecnologias
2. Ciências
3. Formação de professores.

Na primeira increvem-se, neste momento, os seguintes cursos de graduação:

- 1.1 Electrónica (início em 74/75).
- 1.2 Telecomunicações (início em 73/74).

Em Outubro de 1976, terá início o curso de

- 1.3 Engenharia Cerâmica e do Vidro (início em 76/77).

É presentemente objecto de estudo, quanto a justificação e a viabilidade, uma hipótese de lançamento de

1.4 Produção e Tecnologia Alimentares (?)

com especial relevo para a Agro-Pecuária, Lacticínios e Pescas.

Quanto à área das Ciências, registamos

2.1 Estudos do Ambiente (início em 75/76)

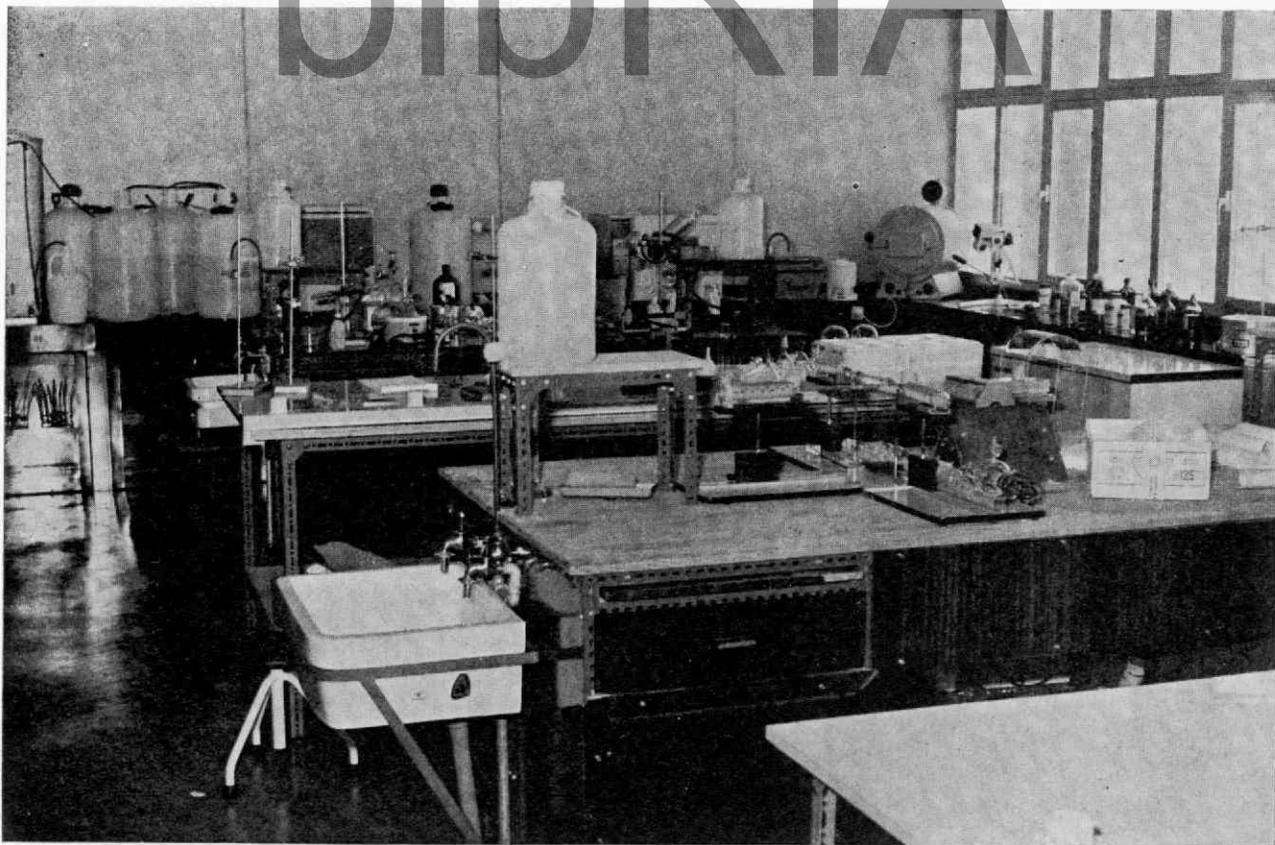
de momento num único curso que visa a formação de um número limitado de generalistas em problemas de Ambiente, mas susceptível de, perante determinadas opções em estudo, conduzir à formação de especialistas de Ambiente, nomeadamente nos ramos da Química e da Biologia Aplicadas.

Nesta área se poderão incluir as

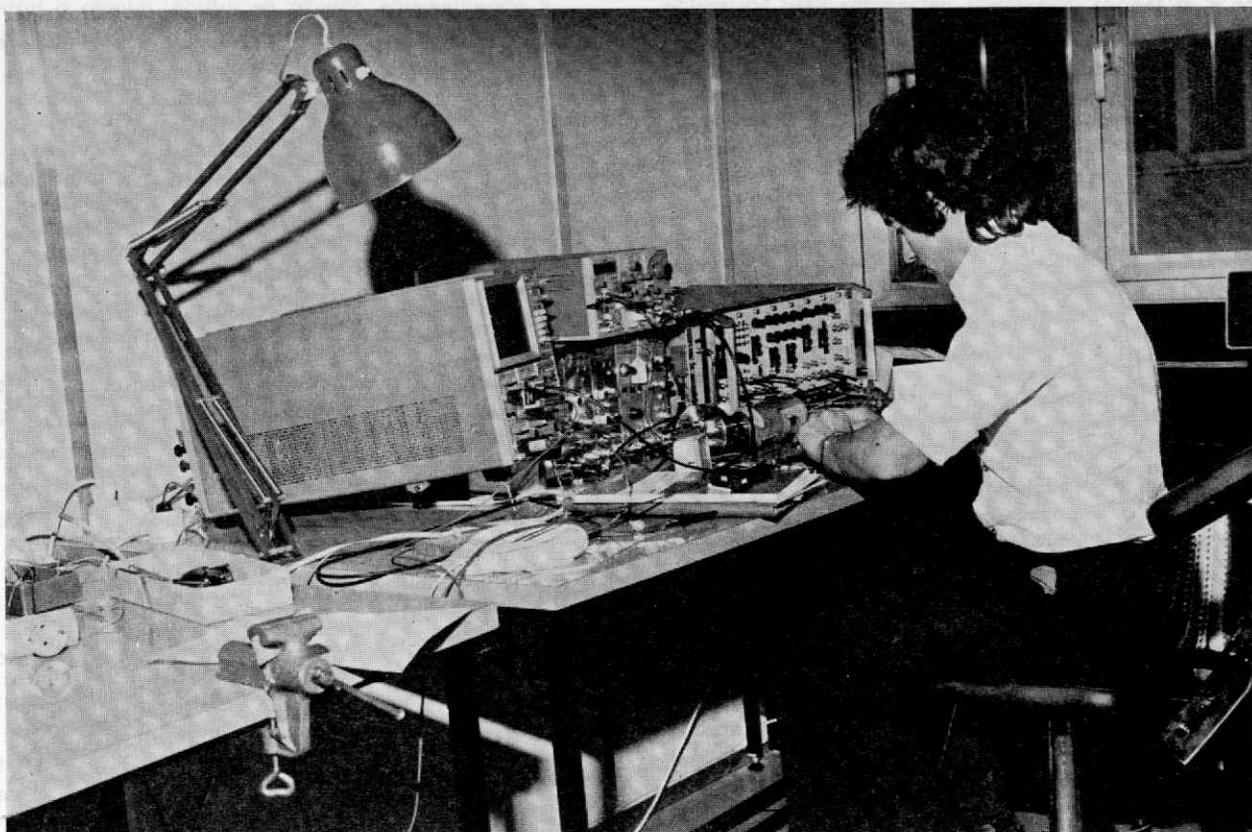
2.2 Ciências de Contabilidade e Administração (cf. ISCAA)

que se inscreverão no âmbito da Universidade de Aveiro por integração do actual Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

Ainda em fase de estudo (novamente quanto à



Aspecto do Laboratório de Química



Estudante no Laboratório de Electrónica

justificação e viabilidade) temos a hipótese da criação de cursos (graduação, pós-graduação ou extensão) em

2.3 Planeamento e Ciências do Planeamento Territorial (e.g. Fotogrametria) (?)

e de extensão em

2.4 Geoquímica (?)

A área de Formação de Professores (para ensino preparatório e secundário) compreende, actualmente, os seguintes cursos, todos eles integrando já uma primeira formação psico-pedagógica a par duma formação científica:

- 3.1 Matemática (início em 75/76)
- 3.2 Ciências da Natureza (início em 75/76)
- 3.3 Línguas e Culturas (início em 75/76):

Francês + Português
Inglês + Português.

É provável que, em 1976/77, utilizando infraestruturas materiais e humanas comuns a outros cursos, se venham a iniciar cursos de formação de professores em

3.4 Ciências Físico-Químicas (76/77 ?)

3.5 Ciências Sociais (76/77 ?)

Anota-se que em face de toda esta variedade de matérias se torna viável lançar outros cursos, essencialmente através de novas composições de disciplinas. É o caso, por exemplo, de um curso de

Intérpretes e Secretariado (?)

É importante salientar, também, que um regime de opções relativamente económico permite (especialmente se baseado na colaboração interuniversitária ao nível de docentes) adaptar nomeadamente os cursos de formação de professores a cursos científicos orientados para a especialização, investigação ou criação cultural. Além doutras razões, reconhece-se que isso é indispensável para que a Universidade possa recrutar alguns dos seus docentes-investigadores entre os seus graduados. Tais cursos terão necessariamente que ser de limitado acesso.

Os cursos referidos acima reflectem claramente a preocupação da U.A. em estudar domínios e preparar profissionais que sejam relevantes para o progresso cultural, económico-social e científico-tecnológico do país e contribuintes do bem-estar físico dos cidadãos (como é o caso de 2.1).

É curioso notar que, dos dois domínios mais directa e caracteristicamente ligados com a «zona de influência» da Universidade, um prende-se com uma faceta do desenvolvimento científico-tecnológico (Engenharia Cerâmica) e o outro com um aspecto da qualidade da vida (Estudos do Ambiente) tantas vezes prejudicada pelo progresso tecnológico.

Como já referimos atrás, consideramos importante que, sem prejuízo do compromisso da Universidade com a Sociedade real em que directamente se integra, ela ponderadamente se relacione com a procura e a prática do saber livre. Há, assim, que tender para uma adequada composição de cursos marcadamente aliados a profissões específicas e que devem, por isso, envolver alguns profissionais como docentes (Universidade como «vocational school»), e cursos não necessariamente relacionados com as profissões correntes (Universidade como «liberal school»). Nesta fase, porém, a U. A. apresenta-se declaradamente como «vocational school».

ESPECIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO INTEGRAL

Há uma característica dos planos de estudo dos vários cursos na U. A. que merece referência, pelo menos como experiência. Trata-se de procurar contribuir para compensar os inconvenientes da excessiva

especialização, com a obrigatoriedade de frequência e aproveitamento em matérias tendentes a uma formação integral do aluno. Procura-se, deste modo, contribuir para a formação do homem e não apenas do profissional. Assim, os alunos dos ramos científicos e tecnológicos terão de escolher, com esse objectivo, um número mínimo de disciplinas entre vários temas de carácter filosófico, psicológico, sócio-político, sociológico, linguístico, etc. Entretanto, para os alunos dos ramos humanísticos os temas de complementação são essencialmente de índole científica.

Não se ignoram as dificuldades com que este tipo de intenções normalmente deparam. Os potenciais benefícios são, porém, tão significativos que a U. A., pelos seus programas pedagógicos, se dispôs a aceitar o desafio.

Repara-se, contudo, que esta é apenas uma das várias categorias de oportunidades que a Universidade concede para amadurecimento e formação integral dos seus alunos. Papel importantíssimo cabe à associação de estudantes, às actividades de extensão cultural (referidas adiante), etc.

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

A Universidade não detém o correspondente exclusivo mas cabe-lhe um papel importante em esforços



Aula no Laboratório de Línguas



Aspecto de Aula

de aperfeiçoamento profissional a nível superior, ou até a nível médio especializado.

Até aqui as principais iniciativas têm respeitado a actualização de professores das escolas secundárias; refere-se, em particular, um curso livre de Introdução aos Estudos do Ambiente para professores de Ciências da Natureza.

Com o crescimento humano da U. A. espera-se poder intensificar estas iniciativas e alargá-las aos domínios tecnológicos da Electrónica, Telecomunicações e Cerâmica.

TRABALHADORES-ESTUDANTES E CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO PARA OPERÁRIOS

O comprometimento da Universidade com a Sociedade em que directamente se integra exige que aquela atenda à medida em que está contribuindo para manter ou até criar novas fontes de discriminação social ou, pelo contrário, contribuindo para a abolição das classes sociais existentes.

É especialmente pela sua função-ensino que a actuação da Universidade face às classes trabalhadoras, nos seus diferenciados estratos económicos e/ou sócio-culturais, é mais consequente. Ora, não basta que a Universidade, ao seleccionar os seus alunos entre os

que a procuram, atenda às condições sócio-económico-culturais em que a respectiva preparação se processou, favorecendo o pequeno número dos filhos das classes mais desfavorecidas que chegam à sua entrada, e concedendo-lhes, depois, apoios financeiros. Além de dever contribuir, com toda a imaginação e meios ao seu alcance, para que esse número aumente, deverá estender a sua acção de promoção cultural, técnica e científica directamente aos próprios trabalhadores, integrando, quanto possível, as suas experiências profissionais e culturais.

Neste espírito se inscrevem a apreciável proporção de trabalhadores-estudantes na U. A. e uma experiência de admissão de operários da indústria Cerâmica e do Vidro ao já referido curso de Engenharia neste domínio.

A experiência teve início em meados de Maio com o lançamento dum curso pré-universitário para cerca de 20 operários-alunos. No fim do primeiro período (fins de Julho terá lugar uma última selecção (se necessário) dos alunos que prosseguirão o curso de forma a apresentarem-se ao exame «ad hoc» de admissão à Universidade, ou equivalente, dentro de um ano ou, eventualmente, dois anos.

O curso é ministrado por professores da U. A. com a colaboração de uma equipa de ensino-piloto de adultos, liderada pela Dr.^a Judith Cortesão.

Os operários efectuarão os seus estudos graças a uma bolsa atribuída pelo MEIC, esperando-se que o Ministério do Trabalho venha eventualmente a colaborar com algum subsídio. Enquanto permanecerem na Universidade, não perderão as regalias sociais de que disfrutavam na situação de operários.

Salienta-se, ainda, que a integração dos operários na Universidade se faz sem que estes percam a sua ligação à fábrica, o que reputamos de muito importante; na verdade, prevê-se que eles regressem periodicamente à indústria por períodos de um mês.

Não se desconhecem as dificuldades, os riscos e até as eventuais críticas de demagogia e outras de que esta iniciativa pode vir a ser objecto. A U. A. corresponderá com uma programação atenta, uma execução cuidada e exigente e com um contínuo espírito de auto-avaliação. Os valores em jogo, para o operário, para a empresa, para a Universidade e para a Sociedade, são de tal monta que, naquelas condições, esta experiência pedagógica — a primeira no seu género em Portugal — não deixará de ser de grande alcance. O departamento de Engenharia Cerâmica e do Vidro da U. A. está apostado, não só pelos mecanismos tradicionais, mas particularmente pela admissão de operários-alunos e pela integração das suas experiências profissionais, em fazer do curso de Engenharia Cerâmica e do Vidro um exemplo a multiplicar.

EXTENSÃO CULTURAL

A função de educação a realizar por uma Universidade não pode dispensar uma intensa acção de extensão cultural, no âmbito da Universidade e no âmbito da comunidade em que ela se integra. Também aqui a interacção com organismos exteriores, nomeadamente os que perseguem semelhantes objectivos, é muito importante.

Recordam-se algumas das realizações passadas nesta linha: semana de cultura francesa, com música, filme, poesia e livros franceses; conferências várias e cursos livres; exposições bibliográficas; audições de música gravada; exibição de filmes, etc.

Reconhece-se, porém, como imperioso multiplicar e variar iniciativas neste capítulo. Para esse efeito foi especialmente constituído um Conselho para a Extensão Cultural composto paritariamente por professores, estudantes e funcionários.

DOMÍNIOS DE INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇO

A intenção de empenhar a Universidade de Aveiro na realidade social portuguesa determinou, não só os principais cursos a lançar, como os principais domí-

nios de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e serviço directo à comunidade a desenvolver.

Sem prejuízo da criação cultural e de alguma investigação científica ligada ao avanço do conhecimento em certas disciplinas, indispensáveis numa universidade, temos, assim, uma investigação essencialmente centrada em problemas reais. Com ela, não só se espera a resolução de alguns destes como, eventualmente, se encontrarão respostas genuinamente inovadoras e criadoras a questões não previamente formuladas.

De momento estuda-se o lançamento da investigação, porventura em colaboração interuniversitária, nos domínios da Matemática, Línguas e Culturas e Ciências da Educação. Há, porém, três domínios em que os objectivos da pesquisa se encontram já muito bem definidos, os necessários meios claramente equacionados e os primeiros trabalhos iniciados. Espera-se agora o alargamento efectivo das instalações (previsto para Outubro próximo), seu apetrechamento com o equipamento científico existente e em vias de aquisição, e a admissão de novos docentes-investigadores ou/o regresso de bolseiros em especialização no estrangeiro, para nos lançarmos intensamente na produção científica e tecnológica e na correlativa prestação de serviços.

As áreas de investigação em causa são:

1. Electrónica e Telecomunicações
2. Cerâmica e Vidros
3. Estudos do Ambiente.

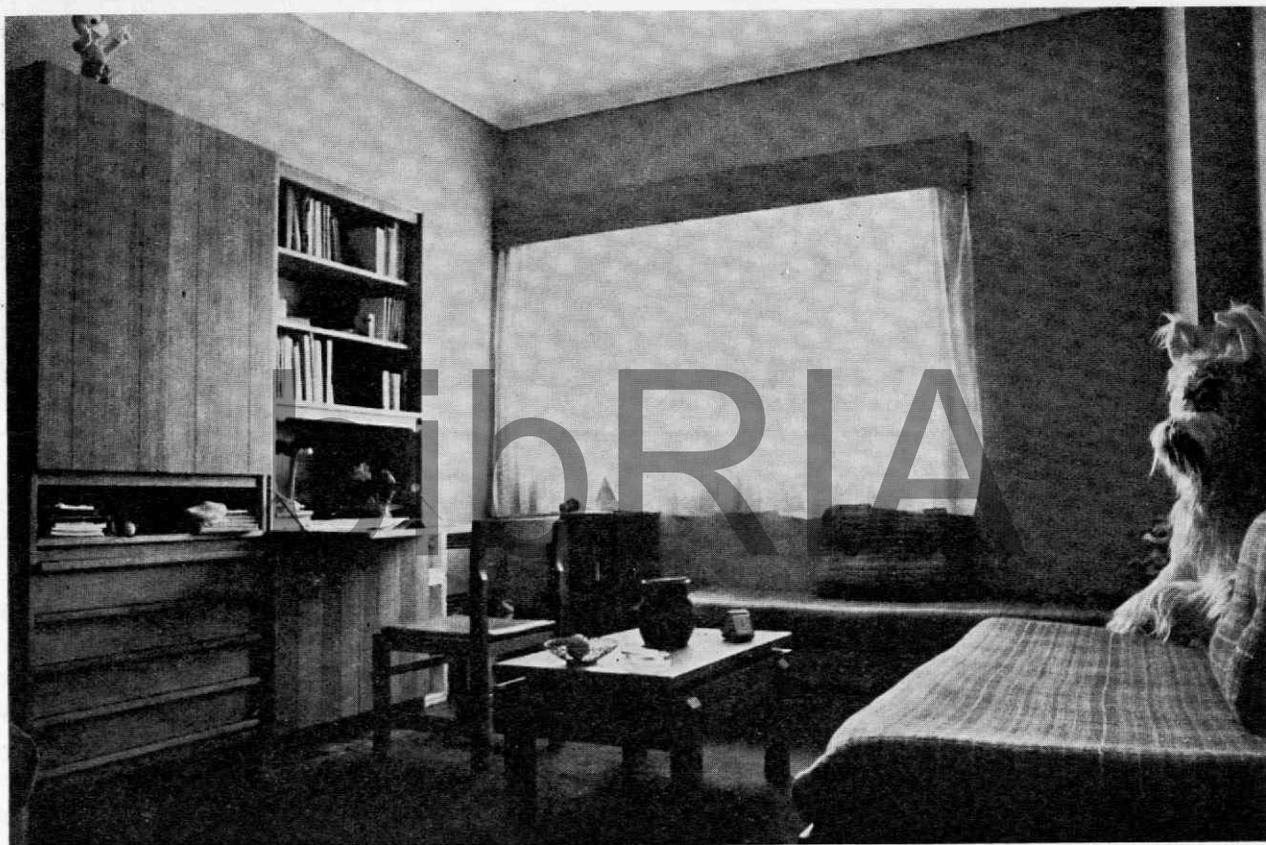
Na área 1. — Electrónica e Telecomunicações — desenrolam-se actividades de projecto e de pesquisa e desenvolvimento, ditadas primordialmente pelo estado actual da indústria e da tecnologia da electrónica em Portugal. Pelas primeiras espera-se contribuir para o arranque duma indústria electrónica capaz de suprir as necessidades de equipamento até certo nível de sofisticação; pelas segundas se olha mais além, como compete à Universidade. As linhas de trabalho nesta área são quatro, a saber:

- 1.1. Electrónica aplicada à medicina — iniciando-se com a construção de um protótipo para obtenção de secções de objectos, através de feixes de raios X (com a colaboração da Universidade de Manchester, Laboratório de Radioisótopos da Faculdade de Medicina de Coimbra e, eventualmente, Instituto Superior de Bio-Medicina Abel Salazar, Porto).
- 1.2. Controle electrónico na indústria — iniciado com a construção de um controlador digital programável de temperatura de um forno (colaboração do departamento de Cerâmica e Vidros).

- 1.3. Tratamento do sinal e sistemas associados a meios de comunicação — central telefónica automática PPCA (colaboração com o Centro de Estudos de Telecomunicações dos CTT, Aveiro); sistema de leitura e escrita, em gravadores de «cassettes» comerciais, de informação digitalizada (colaboração com a Universidade Nova de Lisboa); estudo de transitórios em transformadores de alta potência (solicitação da indústria).
- 1.4. Projecto de equipamento — gerador de palavra, medidor de painel (solicitação da indústria).

geológicos com relevância para Cerâmica e Vidros; cinética de transformação de argilas caulínicas, etc. (colaboração da Universidade de Sheffield e Instituto Politécnico de Stoke-on-Trent, Inglaterra).

- 2.2. Refractários básicos e especiais — aproveitamento de dolomites portuguesas no fabrico de refractários com aplicação na indústria siderúrgica; estudos fundamentais em refractários (colaboração das Universidades de Leeds e Sheffield, Inglaterra).



Quarto da residência

Na área 2. — Cerâmica e Vidros — igualmente se manifesta a preocupação de desenvolver linhas de trabalho que são, umas, de ligação mais imediata à indústria nacional do presente e, outras, mais projectadas para o futuro. No primeiro caso foram já estabelecidas relações com a U. A. nomeadamente pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. Assim, temos:

- 2.1. Materiais com interesse na indústria das faianças e porcelanas e matérias primas cerâmicas — propriedades e comportamento de suspensões e pastas de argila; reservas de corpos

2.3. Materiais com propriedades especiais (eléctricas magnéticas, ópticas, etc.) — materiais cerâmicos relevantes na indústria electrónica; propriedades ópticas de materiais isoladores e semi-condutores em relação com as suas propriedades eléctricas. (Colaboração da Universidade de Leeds e departamento de Física da U. A.).

- 2.4. Vidros e Vidros Cerâmicos — Vidros cerâmicos a partir de matérias primas nacionais; cristalização controlada em vidros; ligação vidro-metal, etc.



Cafeteria-convívio

- 2.5. Tecnologia de processos e desenvolvimento de sistemas — contribuição para o aperfeiçoamento de processos de manufatura (colaboração do departamento de Electrónica da U.A.).

A referida colaboração das Universidades inglesas processa-se ao abrigo dum esquema de intercâmbio patrocinado pelo British Council.

Na área 3. — Estudos do Ambiente — inscrevem-se primariamente problemas de defesa de Ambiente e optimização do aproveitamento de recursos, especialmente do Ambiente Ria de Aveiro e bacia hidrográfica do Vouga, sem prejuízo da qualidade de vida. A resolução destes problemas exige aproximações multi- e interdisciplinares. No futuro próximo, e enquanto não é possível lançar os estudos de Planeamento, a abordagem está apoiada nas ciências básicas Biologia, Geociências, Química e Física. Como linhas de trabalho temos:

- 3.1. Comunidades biológicas da Ria de Aveiro — reconhecimento e estudo ecológico de comunidades vegetais e animais (especial incidência em Moluscos, Crustáceos e Peixes) com vista ao seu aproveitamento económico, sem con-

tudo descontrolar irreversivelmente o equilíbrio ecológico indispensável à sua preservação.

- 3.2. Protecção da Hidrosfera e Atmosfera — biocidas e nutrientes inorgânicos e micro-elementos na Ria de Aveiro; poluentes orgânicos; gases poluentes e poeiras atmosféricas, etc.
- 3.3. Ambiente geológico da bacia do Vouga — estudo geológico tendo em vista a exploração racional do ambiente, com especial incidência em solos e ambientes de sedimentação.

O desenrolar destes trabalhos de pesquisa, desenvolvimento e serviço processa-se em ligação com departamentos estatais nomeadamente com a Secretaria de Estado das Pescas e Secretaria de Estado do Ambiente.

ESTRUTURA

A estrutura que se está projectando para a U.A. procura corresponder, directamente e de forma flexível, às tarefas primárias da Universidade, nomeadamente os cursos — necessariamente pluridisciplinares — e a investigação centrada em problemas reais — exigindo frequentemente abordagens pluri- e interdisciplinares. Assim, falamos de uma **malha de unidades estruturais funcionais (ou operantes)**, que não se identifica com a

malha de unidades estruturais físicas (ou logísticas). Da primeira fazem parte especialmente os Cursos e as Áreas de Investigação, Desenvolvimento e Serviço e à segunda pertencem nomeadamente os Departamentos.

Teremos, assim, um **sistema departamental aberto e mitigado** em que a existência e dimensionamento dos departamentos, tomados essencialmente como «depósito» de recursos humanos e materiais afectos a uma ou a disciplinas afins, são directamente determinados pelas exigências das unidades funcionais. Deste modo se conseguirá, designadamente, um dimensionamento racional dos vários departamentos. Outras vantagens se esperam: a gestão estritamente científica (nas áreas de Investigação, Desenvolvimento e Serviço) e a gestão estritamente pedagógica (nos Cursos) adquirirão uma identidade própria e a importância devida em relação à gestão de pessoal, patrimonial e administrativo-financeira (nos Departamentos), o que se admite melhorará a qualidade da gestão, pela identificação clara de atribuições, pela participação racional nos conselhos de gestão, etc.

Da malha de unidades estruturais físicas fazem ainda parte os Serviços de Apoio (Serviços Académicos, Administrativos, de Documentação, Sociais e Técnicos), a Reitoria como unidade de coordenação e decisão geral, e unidades livres especialmente a Associação de Estudantes. Naquela incluem-se os órgãos de coordenação científica, pedagógica e cultural e os órgãos de decisão superiores da Universidade.

No projecto de regulamento, em fase adiantada de discussão na U. A. e a ser apresentado brevemente ao Ministério da Educação e Investigação Científica como peça fundamental dos futuros Estatutos da Universidade, estabelece-se um sistema de gestão ao mesmo tempo democrático, funcional e responsável, apoiado em vários órgãos colegiais, de base e gerais. Alguns estão a funcionar a título provisório e experimental há já algum tempo. Aquele cuja criação concentra talvez maior expectativa é o Conselho Universitário, órgão da interface Universidade-Sociedade, constituído por representantes da Universidade e dos legítimos interesses sociais e culturais da Comunidade. Espera-se que, sem prejuízo da necessária intervenção estadual garante da valorização dos interesses nacionais sobre os eventuais interesses exclusivamente regionalistas ou sectoriais, ele desempenhe um papel muito importante designadamente em manter e reforçar o compromisso da Universidade com a realidade social viva em que se integra. Com a participação de representantes dos interesses sociais gerais na direcção dos destinos da Universidade a autonomia universitária adquirirá um conteúdo novo.

A inevitável prorrogação do período de instalação da Universidade de Aveiro (o primeiro período

em Dezembro de 1976) obrigará a algumas soluções transitórias que compatibilizem a execução das tarefas de instalação e desenvolvimento acelerados com as de governo duma Universidade em infância.

INSTALAÇÕES

Obtido o acordo do MEIC para a instalação dos edifícios definitivos da U. A. em terrenos da chamada zona de Santiago, na periferia da cidade de Aveiro, e em harmonização com o projecto habitacional do Fundo de Fomento da Habitação na zona, espera-se para breve a definição exacta da área destinada à Universidade e a possibilidade de obtenção dos primeiros terrenos. Na verdade, torna-se absolutamente inadiável iniciar a programação do conjunto universitário e o projecto dos primeiros edifícios definitivos. É que as soluções provisórias a que adiante se faz referência serão quantitativamente sofríveis durante, no máximo, dois anos mais. A premência do problema é tal que, acaso a questão se continue a arrastar, a Comissão Instaladora da U. A. se verá obrigada a reexaminar soluções alternativas outrora abandonadas por menos satisfatórias sob vários pontos de vista.

As edificações provisórias resumem-se, de momento, a dois blocos: um bloco escolar (temporariamente cedido pelos CTT) com uma área de pavimento de cerca de 2 400 m²; e um bloco de apoio (alugado) com uma área de pavimento de 1 260 m², onde se concentram a Reitoria, vários Serviços, a Associação de Estudantes e uma Cafeteria-Convívio. Devido sobretudo ao grave problema de alojamento na cidade, a U. A. dispõe ainda de um andar e de um bloco habitacional (alugado) como residências universitárias.

Entretanto encontra-se em construção um edifício pavilhonar pré-fabricado, com a área de cerca de 3 600 m², para ensino e investigação. Esta edificação situa-se em terreno cedido pela Câmara Municipal de Aveiro e que se inscreve na referida zona de Santiago. Estará concluído a tempo de ser utilizado no início do próximo ano lectivo.

COMPOSIÇÃO E CRESCIMENTO HUMANO

1. Corpo Discente

A actividade pedagógica da U. A. iniciou-se em 1974/75 com 46 estudantes nos cursos de Electrónica e de Telecomunicações. Devido a desistência ou reprovação, mantiveram-se na U. A. apenas 29 alunos transitando para o ano seguinte -28. No ano lectivo 1975/76

inscreveram-se mais 152 novos alunos (não contando os operários-alunos do curso pré-universitário de Cerâmica e Vidros); devido à exigência dos cursos e a outras razões desistiram, entretanto, 25. As limitações de espaço e de corpo docente não permitirão aceitar mais do que 200 a 240 novos alunos em 1976/77.

Em relação ao total de alunos matriculados em 1975/76 (181), cerca de 50 % são naturais do distrito de Aveiro, e cerca de 16 % dos distritos contíguos; 65 % pertencem a agregados familiares residentes naquele distrito.

A distribuição por grupos etários é a seguinte:

17—21 anos	78
22—25 »	35
26—30 »	28
31—35 »	21
36— »	19

Da totalidade, 95 são do sexo masculino e 86 do feminino. 86 são trabalhadores-estudantes. Quanto à proveniência económica dos estudantes, cerca de 37 % pertencem a agregados familiares de capacidade económica mais débil.

2. Corpo Docente-Investigador

No início de 1975 o número de docentes-investigadores da U. A. era de 18, número que passou a 51 no começo de 1976. Destes, 12 encontram-se a realizar estudos de especialização no estrangeiro com vista ao doutoramento, 13 são já doutorados e 7 são diplomados com o grau de «Master of Science» ou equivalente em Universidades estrangeiras. Naqueles números não se incluem 10 docentes em regime de colaboração parcial e pertencentes aos quadros do Centro de Estudos de Telecomunicações dos CTT, em Aveiro, e das Universidades de Coimbra e Porto.

Os cortes orçamentais que, contrariamente ao esperado e até superiormente anunciado, se acabaram por verificar obrigaram a sacrificar apreciavelmente outras rubricas para permitir uma absolutamente indispensável admissão mínima de pessoal em 1976. Assim, recrutar-se-á, ao longo de 1976, um mínimo de 30 novos docentes-investigadores a repartir por 10 domínios.

Quanto aos 51 docentes-investigadores existentes no início de 1976, 9 são naturais do distrito de Aveiro e 19 dos distritos contíguos; 2 são estrangeiros. Do número total, 23 provieram de instituições universitárias e de investigação das ex-colónias portuguesas, 6 da

biblioteca



Trabalhos de construção dos pavilhões pré-fabricados

Universidade de Coimbra, 8 de escolas secundárias e 7 não tiveram emprego anterior.

3. Corpo de Pessoal de Apoio

No início de 1975 o número de trabalhadores não-docentes era de 31, número que passou a 63 no começo de 1976. No corrente ano, admitiram-se já 10 trabalhadores prevendo-se ainda uma admissão mínima de 26 novos elementos.

No tocante aos 63 elementos existentes em começos de 1976, 29 são naturais do distrito de Aveiro e 37 dos distritos contíguos. Do número total, 41 provieram de instituições públicas das ex-colónias, 7 tiveram a Universidade de Coimbra como último local de trabalho e 12 não tiveram emprego anterior.

O Quadro seguinte resume a situação geral quanto a contingentes humanos na U. A.

Crescimento humano na U. A.

	Jan. 75	Jan. 76	Jan. 77 *
Estudantes	46	183	400
Docentes-Inv.	18	51	> 81
Trabalhadores não-docentes	31	63	> 99
Totais	95	297	> 580

* Não contando o ISCAA.

Um observador desatento surpreender-se-á com a elevada relação professor/aluno no corrente ano. Ora, há que ter em conta, nomeadamente, **a)** o relativamente alto número de docentes-investigadores em especialização no estrangeiro, **b)** a diversidade dos cursos e departamentos e **c)** a necessidade de envolvimento dos professores em muitas outras tarefas que não docentes, nesta fase de instalação.

De igual modo se pode considerar anormal o elevado quociente trabalhador não-docente/trabalhador docente. Esta é, em verdade, uma situação inevitável em fase inicial.

CUSTOS — BREVE ANÁLISE

Os custos da Universidade de Aveiro até ao presente, tanto em despesas correntes como em investimentos, têm respeitado, como é natural, essencialmente às tarefas gerais de instalação e só uma parte menor à «produção pedagógica e científica» desenvolvidas. Os benefícios daquela maior parte dos custos começarão a ser colhidos provavelmente só no próximo ano.

Reflectindo o espírito desde início estabelecido na U. A. de procurar nada esconder, tanto internamente, como frente ao MEIC, como em face do cidadão contribuinte e interessado, os órgãos gestores da U. A. propõem-se apresentar anualmente um «relatório e contas» que permita uma acessível análise dos custos-benefícios embora em muitos aspectos inevitavelmente qualitativa, ou em termos relativos.

Aproveita-se, para já, para apresentar alguns quadros significativos.

Quadro 1 — Despesas correntes

	1974	1975	1976
Encargos totais c/ Pessoal *	2 617	12 439	25 303
Bens duradouros	379	1 675**	2 810
Bens não-duradouros	230	1 147	1 891
Conserv. e Aproveit.º de Bens	412	177	465
Despesas Gerais de Funcionamento	1 314	1 216	2 152
TOTAIS	4 952	16 654	32 621

* Inclui bolsas de estudo para estudantes e encargos sociais com funcionários.

** Mais 580 contos de livros e outros bens de educação, cultura e recreio concedidos pela Fundação Gulbenkian e cerca de 210 e 50 contos de livros oferecidos, respectivamente, pelas Embaixadas da Alemanha Federal e da França.

Em aditamento ao Quadro 1, refere-se que (descontadas as bolsas de estudo para estudantes, 142 contos) os encargos totais com pessoal em 1975 se distribuem em partes aproximadamente iguais, por docentes-investigadores e outro pessoal. Verifica-se, ainda, que apenas cerca de 20 % do encargo com docentes-investigadores se pode afectar à função-ensino desenvolvida estritamente em 1975. O restante deve atribuir-se, fundamentalmente, a tarefas de planeamento pedagógico e científico, apetrechamento e organização de Departamentos, etc.

Devemos ainda acrescentar, em relação a 1975, os encargos com pessoal da U. A. mas não suportados por ela. Nomeadamente: cerca de 700 contos correspondentes a bolsas de estudo no estrangeiro concedidas pelo Instituto de Alta Cultura; cerca de 120 contos também de bolsas no estrangeiro concedidas pela Fundação Gulbenkian; e cerca de 470 contos de remunerações a pessoal pertencente ao Quadro Geral de Adidos e destacado na U. A.

Quadro 2 — Investimentos

	1974	1975	1976
Equipamento científico e didáctico	158	12 301	3 585+8 433*
Mobiliário (didáctico, de secretaria, etc.)	1 622	1 648	3 500
Maquinaria e equipamento diverso	764	3 277	2 915
Material de transporte	—	—	400
Edifícios e Construções diversas	—	—	14 500
Terrenos	—	—	5 100
TOTAIS	2 544	17 226	30 000+8 433*

* Verba correspondente a compromissos de 1975 a suportar em 1976.

Em relação à verba inscrita na 1.ª linha do Quadro 2 e referente a 1975, pode acrescentar-se que uma fracção de cerca de 40 % respeita a equipamento didáctico, ou melhor à estimada utilização do equipamento para fins didácticos. A verba orçamentada para 1976 (3 585 contos) será quase exclusivamente para equipamento indispensável à função-ensino embora se

preveja alguma utilização para fins científicos; o reforço (8 433 contos) correspondente aos compromissos de 1975 não satisfeitos nesse ano respeita em 85 % a equipamento científico.

Aveiro, 8 de Junho de 1976.



Brasão de Aveiro na Fonte da Praça do Peixe, construída em 1876.

Anadia

Pelo Dr. José Rodrigues

Com a referência mais remota à Vila de Anadia, conhece-se um pergaminho do século XI, precisamente do ano de 1082, em que o topónimo aparece grafado, não sob a forma actual, mas como NADIA.

A irresistível curiosidade de desvendar a razão das coisas, fez com que um estudioso filiasse o nome antigo da povoação no adjectivo «nativa» que, por abrandamento da segunda consoante e ensurdecimento da terceira, se converteu na palavra NADIA. O primitivo étimo aludiria à água que nasce abundantemente na parte baixa da vila, no sopé do Monte Crasto.

A designação deste outeiro que desce em forte declive na sua vertente norte, deriva, sem dúvida, do castro ou crasto, fundado na época romana e do qual resta ainda vária tijolaria, uma soterrada outra dispersa por entre o silvado que reveste parte da encosta. Propriamente o que haveria das construções castrejas deve ter sido destruída pela instalação já antiga, que ocupa grande parte da plataforma cimeira, do cemitério paroquial e da capela de Nossa Senhora das Febres.

O castro estava belamente situado, pois dominava o traçado da antiga estrada militar romana de Olisipo a Bracara Augusta (Lisboa a Braga). O panorama que daí se disfruta é duma beleza e duma harmonia de cores que não esquecem.

Os restos da via romana devem ter sido na sua quase totalidade destruídos com a construção da estrada actual Lisboa-Porto. Devo ao ilustre Professor da Universidade de Coimbra, Padre Nogueira Gonçalves, o favor de me ter revelado *in loco* a existência de um trecho das guias marginais de lages calcáreas dessa estrada, no extremo sul da povoação de S. João da Azenha. Oxalá os habitantes as saibam conservar.

A povoação das Vendas da Pedreira, que fica à margem da estrada Lisboa-Porto, perto do Monte Crasto, sugere a existência remota duma «albergaria» ou «pousada» medieval, para serviço dos peregrinos

e viajantes. Com efeito, a designação de «vendas» veio substituir em certos casos a de «albergarias», com o declínio destas instituições que se foram convertendo, com o andar dos tempos e dos costumes, em simples casas de venda de comestíveis e bebidas aos viandantes.

A proximidade da estrada nacional Lisboa-Porto, a fertilidade das terras circundantes, a própria densidade da população, justificariam, de certo modo, um maior desenvolvimento da vila de Anadia e respectivo concelho, relativamente às vilas que lhe ficam a norte em direcção ao Porto. É possível, porém, que a proximidade de Coimbra e, portanto, a facilidade de contactos comerciais com essa cidade, por meio de «recovagem» frequente, a pé e a cavalo, e depois com o serviço das malapostas, atrofiasse por muito tempo o comércio local da vila em benefício de Coimbra. Convém lembrar que as malapostas tinham uma estação, cujo edifício ainda existe, muito perto de Anadia. O serviço respectivo começou em 1859, seguindo-se-lhe em 1864 o funcionamento do caminho de ferro. Isso talvez explique que a vila não assumisse tão rapidamente como seria de desejar, o desenvolvimento demográfico, comercial e industrial a que teria direito.

Todavia, nas últimas décadas, o progresso do concelho tem sido promissor, mercê da criação de novas unidades fabris, sobretudo na preparação de vinhos espumantes e espumosos, na cerâmica de construção, nas serrações de madeira, nas carpintarias, na fabricação de bicicletas simples e motorizadas, nas artes gráficas, etc.

Relevo especial merece a estância termal e de turismo da Curia, uma das mais frequentadas do país, pelo número e categoria dos estabelecimentos hoteleiros. E ainda a de Vale da Mó, que pela riqueza ímpar das suas águas férreas e intensa mineralização são das mais notáveis do País.

No contributo para o progresso das instituições



ANADIA — Vista panorâmica.

políticas e administrativas do País há que assinalar dois nomes ilustres de anadienses: o do Visconde de Seabra e o de José Luciano de Castro; nas ciências médicas, o de José Feliciano de Castilho; na arte, o de Fausto Sampaio.

O **Visconde de Seabra**, António Luís de Seabra, de Mogofores, foi autor do primeiro Código Civil Português, par do reino, ministro, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, reitor da Universidade de Coimbra. Notabilizou-se ainda no estudo da Filosofia e em vários trabalhos literários, humanísticos e políticos. Em 1828, sendo então Juiz de Direito em Montemor-o-Velho, alistou-se no exército liberal que combatia o absolutismo de D. Miguel e tomou parte nos combates da Cruz dos Morouços, ao sul de Coimbra, e do Marnel, ao norte de Águeda, à frente duma unidade de cavalaria que ele próprio organizara.

Frustrada a primeira tentativa de instauração do liberalismo, viu-se obrigado a emigrar com todo o exército liberal para a Espanha e depois para a Inglaterra, Bélgica e França.

Em 1832, integrado no referido exército desembarcou no Mindelo e fez depois toda a campanha até ao triunfo da Causa Liberal. Faleceu na sua casa de Mogofores em 1895.

José Luciano de Castro, de seu nome completo José Luciano de Castro Pereira Corte Real, natural da Oliveirinha-Aveiro, mas radicado pelo casamento à vila de Anadia, onde tinha a sua casa e onde faleceu, foi um dos mais notáveis estadistas da monarquia liberal. Jurisconsulto, jornalista, orador e político sagaz, muito se lhe deve na obtenção do tratado de reforço da aliança com a Inglaterra para defesa do império colo-

nial português, cobiçado pela Alemanha. Faleceu em Anadia em 1914.

O **Doutor José Feliciano de Castilho**, nascido em Aguiem em 21 de Abril de 1769, morreu em 5 de Março de 1826. Doutorou-se em Medicina em 1796. Nomeado lente da respectiva faculdade foi também sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Era pai do grande poeta António Feliciano de Castilho. Primeiro médico da câmara de D. João VI, acompanhou-o no seu regresso do Brasil onde fora pedir justiça ao monarca pela perseguição que contra ele e outros lentes moveu o reitor da Universidade.

Fausto Sampaio, nascido em Alféloas, concelho de Anadia em 4 de Abril de 1893, frequentou a Academia Julien, a Academia Rénard e a Academia de la Chau-mière, em Paris. Em 1928 e 29 concorreu ao Salon, tendo sido admitido por unanimidade.

Em busca de novos motivos para as suas telas esteve na ilha de S. Tomé, em Macau, Timor, Ilhas Neerlandesas, Indochina, Singapura, Hong-Kong, Filipinas, Goa e África do Sul.

A sua arte maravilhosa está representada nos melhores museus de arte portugueses, como o Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa, Museu Machado de Castro, em Coimbra, Soares dos Reis, do Porto, José Malhoa, das Caldas da Rainha, Santos Rocha, da Figueira da Foz e ainda no Museu de Goa.

A Câmara Municipal de Anadia tem na sua sala

nobre uma panorâmica pintada pelo grande artista, que amava a sua terra estremecidamente.

*
* *
*

Tanto no aspecto puramente turístico, como no ponto de vista da economia geral do concelho, duas obras se impõe realizar urgentemente: a ligação directa da estância termal e turística da Curia à praia de Mira; e a ligação, hoje deficientíssima, da sede do concelho a Mortágua, através da zona serrana, intensamente arborizada. Parte da primeira foi já efectuada há anos, faltando apenas construir alguns quilómetros através da planície gandareza. A segunda tem primordial importância económica para valorização da zona florestal norte da cordilheira do Buçaco. Sem a construção do trecho rodoviário de Vale da Mó ao limite do concelho de Mortágua, já servido pela nova estrada há pouco concluída, o problema da exploração das matas, que constituem por assim dizer a única riqueza da região, não terá solução.

Espera-se que a comparticipação do Estado já solicitada pela Câmara Municipal de Anadia, para a construção do respectivo troço, seja concedido para bem da numerosa e activa população serrana que desde há anos persistentemente espera essa obra fundamental para a sua recuperação económica.

biblioteca

Para uma abordagem sócio-económica do concelho de Estarreja

Por José Luís Vidal

e

Júlio Dias Gomes

I

CARACTERIZAÇÃO GEO-DEMOGRÁFICA

Ao norte Válega, Sr.^a das Entre-Águas, e outros lugares e lugarejos dispersos entre a fertilidade da terra húmida. Do lado do poente o Bunheiro, a Murtoza, as Quintas do Norte, a água, o sal e a maresia, a Torreira. Para leste, caminhando para o interior, Loureiro, Tonce, Contumil e a terra mais dura e enrugada. Ao sul Angeja, Cacia, Esporões, e mais abaixo Aveiro, a capital do distrito. Assim temos delimitado na sua geografia o concelho de Estarreja.

Concelho de transição entre uma realidade aquática que é a ria que o penetra em várias frentes, e uma sensação real de terra já mais firme, não de todo seca, mas sempre algo mais dura e impenetrável. Deste modo, toda a natureza definidora da sua situação é dependente destes factores básicos, que determinam toda a vivência de luta e trabalho das suas gentes. Estas devem ser compreendidas nas suas atitudes, tendo em conta essa singular posição que a peculiaridade da situação geográfica, bem definida, influencia. E tal é aplicável, no caso concreto ao concelho de Estarreja, mas não deixa de o ser a um nível genérico, a todo o distrito de Aveiro.

Domina no concelho, como em todo o norte do país, a pequena propriedade. A agricultura, apesar de se notar um certo incremento do sector industrial, que focaremos adiante, continua a ser uma actividade com predominância no quotidiano das gentes do concelho. Daí que toda a sua psicologia seja voltada prioritariamente para os problemas da terra, tanto para os que através dela se resolvem, como para os que a sua cultura diariamente levanta.

É por isso que não podemos falar da existência, apesar de um grande número de unidades industriais,

de um verdadeiro proletariado. Os operários, na sua grande maioria, quase que só o são, passe a expressão, nas horas vagas. Toda a sua acção na fábrica se reduz a uma luta contra o tempo, já que terminado o trabalho fabril há o regresso à recolha do pasto para os animais, à rega do milho, ou à sementeira das batatas, trabalhos que já foram sendo adiantados pelas mulheres e demais familiares. Assim, os seus interesses são em primeira análise os do agricultor que mira o céu antevendo ou não um tempo favorável à actividade agrícola, e só secundariamente os desejos do operário que apontam normalmente para o aumento do salário, dia-a-dia mais necessário, devido à subida em flecha dos géneros.

E como podemos encarar a população do concelho em termos quantitativos? Os últimos números de que dispomos são os referentes ao recenseamento de 1970, e apontam para 24233 pessoas repartidas por 6510 famílias, o que dá uma média de 3,7 pessoas por agregado familiar. Verifica-se também, em relação ao censo de 60, um decréscimo de 765 pessoas, o que corresponde, em percentagem, a uma variação negativa da ordem dos 3%.

Esta variação poderá, de certo modo, explicar-se se atendermos ao fluxo emigratório que se verificou com forte intensidade em algumas freguesias do concelho. Possivelmente a tendência que se materializará no próximo censo será, já não de sentido negativo, mas apontará, isso sim, para um aumento populacional com alguma expressão.

E que possibilidades de produção, em termos de rentabilidade económica, representa o concelho de Estarreja, contribuindo para a afirmação de um distrito que possui o terceiro parque industrial do país, só ultrapassado pelos de Lisboa e Porto? É esta questão que abordaremos de seguida.

CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA:

AGRICULTURA E INDÚSTRIA

Como atrás se disse a agricultura desempenha um papel importante no cômputo das actividades locais. O concelho apresenta-se auto-abastecido em produtos agrícolas e pecuários, desenhando-se mesmo um movimento de exportação para outros concelhos, que tem vindo a aumentar no que respeita à carne e ao leite e que tem diminuído no que toca a produtos agrícolas, tais como milho, feijão, arroz e batata.

Quanto à organização dos produtores agrícolas, existe desde 74 uma cooperativa de compra e venda, que vem fornecendo aos seus associados os adubos, pesticidas e outros produtos de que carecem.

Sobre a renovação de métodos agrícolas com a introdução de maquinaria e novas técnicas de cultura, basta dizer que de 73 a 74 foram adquiridos por agricultores do concelho 13 máquinas agrícolas e 15 tractores, o que logicamente implica um aumento dos padrões de produtividade.

No que toca ao tipo de solos existentes e consequentemente ao tipo de culturas praticado, não se verificam diferenciações acentuadas entre as várias freguesias componentes do concelho. Não se pode estabelecer uma predominância de terrenos de regadio em determinada zona e de sequeiro noutra. Nas várias zonas verifica-se uma composição de solos muito equilibrada, relativamente a estes dois tipos de terrenos. Daí que seja a rotação das culturas similar nas diversas freguesias, não havendo também, no que respeita à produção pecuária, diferenças significativas entre elas.

Mas vejamos o que se passa no capítulo da indústria.

Acompanhando a industrialização que começou a ganhar corpo incipientemente no nosso país em meados da década de 40, o concelho é dotado de uma série de unidades industriais que foram aumentando ao longo dos anos a sua capacidade produtiva, sendo também progressivamente crescente o número de empresas a fixarem aqui a sua actividade. Deste modo, e tal como é conhecido ser apanágio do aparecimento da industrialização, começou a verificar-se uma nítida passagem progressiva de mão-de-obra do sector primário para o sector secundário em expansão, com evidentes reflexos de retraimento no primeiro. Assim, muitas das terras de cultura tradicionalmente cuidadas deixaram de o ser devido à falta de mão-de-obra que se vem a fazer sentir, já que a agricultura em termos de rentabilidade económica não tem possibilidades de competir ao nível de vencimentos com as empresas industriais, isto devido

a uma série de factores entre os quais se designam os métodos de trabalho rudimentares, verdadeiramente arcaicos, que continuam a ser usados em muitos casos.

Por outro lado, o aparecimento de unidades industriais bem apetrechadas, a requererem um elevado quantitativo de operários, veio contribuir para se notar ano após ano uma crescente expansão da vida económica do concelho, com um avolumar das actividades comerciais, a construção de novos e cada vez mais necessários equipamentos colectivos, e um inerente aumento do nível de vida das populações.

As diversas unidades fabris existentes podem enquadrar-se genericamente numa definição por sectores, que passaremos a enumerar, valorizando-os tendo em conta quer o seu volume de vendas num determinado período (neste caso o ano de 1974) quer o número de postos de trabalho directamente mantidos a essa altura.

Assim, e reportando-nos a dados estatísticos concretos directamente cedidos pelas empresas, ficamos a saber que o sector químico apresentou por si só em 1974 um montante de vendas da ordem dos 800 000 contos, assegurando na altura 1400 postos de trabalho. Os produtos fabricados são dos mais variados, e vão do hidrogénio ao sulfato de amónio, das resinas sintéticas ao cloro, do amoníaco ao hipoclorito de sódio, passando pelo ácido sulfúrico, pelo azoto, pelo ácido clorídrico, produtos de larga aplicação industrial.

Mas, reflectindo as diferenciações geográficas já acima apontadas, que concorrem para uma interessante diversidade industrial, encontramos um outro sector que pelas mesmas razões já aludidas em relação ao sector químico, ocupa lugar de destaque: o sector dos lacticínios. Este apresentava um montante de vendas da ordem dos 240 000 contos, assegurando 400 postos de trabalho directos. E produzia, para além de queijo e manteiga, leite em pó, alimentos infantis e dietéticos, bem como bebidas instantâneas de base láctea.

Num outro sector, que podemos designar genericamente por metalurgia leve, e onde se incluem a produção de mobiliário metálico doméstico, escolar, de escritório, hospitalar, e ainda a feitura de peças de fundição e alfaias agrícolas, o aspecto também não deixava de ser animador. O ramo apresentava um volume de vendas da ordem dos 55 000 contos, mantendo directamente 340 postos de trabalho.

Por outro lado, apresenta também um certo incremento o ramo da serração e construção de móveis e estruturas em madeira. O valor de vendas global foi da ordem dos 19 000 contos, sendo inferior a outras actividades já referidas o número de postos de trabalho, que rondava os 100.

A cerâmica não deixa também de ter uma palavra a dizer. Existindo três unidades fabris em laboração,

estas produziram (e repete-se que todos estes números e dados estatísticos são referentes a 74) um total de 6096 020 peças, atingindo um montante de vendas de 10 700 contos, e mantendo no seu conjunto 120 postos de trabalho.

E a diversidade industrial do concelho não fica de modo algum por aqui. Podemos ainda referir a produção de refrigerantes ou de flores artificiais, a existência de uma unidade fabril de descasque de arroz, assim como uma empresa de transportes de camionagem.

Quanto a perspectivas de evolução futura, elas apontam visivelmente para um incremento do sector industrial, nomeadamente no que respeita ao sector químico com o aumento qualitativo a médio prazo da capacidade produtiva do Amoníaco Português, com a introdução da fabricação de anilinas.

III

EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

Neste campo, as disponibilidades não são totalmente desfavoráveis, se tivermos em consideração as enormes carências existentes em largas zonas do país, nomeadamente no interior. Contudo, também não podemos dizer que elas sejam de todo em todo suficientes. Vejamos uma panorâmica dos vários sectores.

No que toca à saúde ela é assegurada por um hospital que dispõe de 135 camas, para além da actividade dos postos dos serviços médico-sociais da Previdência. Domiciliados no concelho existem ao todo treze médicos, o que significa uma cobertura sanitária traduzida numa média de um médico para cada 1902 habitantes, o que não pode considerar-se satisfatório. Nota-se simultaneamente uma certa carência de diplomados nas diversas especialidades, excepção aberta à estomatologia.

No campo escolar, para além da normal rede de escolas do ensino primário, existe ainda uma escola do ciclo preparatório que no ano lectivo de 74/75 registou uma frequência de 532 alunos. Para além dela, funciona ainda a Escola Secundária que ministra os cursos gerais de mecânica, de electricidade e de administração e comércio, bem como o curso geral e complementar dos liceus. Assim, nota-se a ausência dos cursos complementares técnicos, o que obriga ao deslocamento para Ovar, Aveiro ou Oliveira de Azeméis dos alunos que os desejam prosseguir. Por outro lado, a própria Escola Secundária enfrenta desde há muito uma angustiante exiguidade de instalações, para além do facto, sempre desmobilizador para o bom funcionamento das várias actividades, de se encontrar repar-

tada por três secções e simultaneamente três edifícios.

Quanto ao fornecimento de carne, ele é assegurado pelo pleno funcionamento do Matadouro Municipal que, e isto no sentido de se dar uma ideia do peso da sua actividade, abateu no ano de 1975 um total de 22 072 reses, com um peso total de 1 414 473 quilos.

Relativamente à rede de transportes, o concelho é servido pelo caminho de ferro (Linha do Norte), e pela estrada nacional n.º 109, normalmente utilizada no trajecto Porto-Aveiro, ficando a escassos quilómetros da estrada nacional n.º 1. As estradas municipais não são totalmente suficientes se atendermos ao volume de trânsito actualmente existente, mas têm vindo a ser progressivamente melhoradas quer no aspecto de qualidade de piso, quer no que toca ao traçado da via ou à largura da mesma.

IV

O CONCELHO E A

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PAÍS

Inserindo-se actualmente numa realidade física, económica e geográfica que é o distrito de Aveiro, o concelho de Estarreja irá pertencer, segundo o projecto do M. A. I., da Administração Regional, à Província da Beira. Por outro lado, o distrito de Aveiro será administrativamente seccionado, já que concelhos que hoje em dia nele se integram, serão incluídos uns na Província do Minho, Douro e Trás-os-Montes, outros na Província da Beira, ou ainda, e finalmente, na Área Metropolitana do Porto.

Apresentando, o M. A. I., como critérios específicos para a delimitação da Província da Beira toda uma série de razões de ordem ecológica e histórico-naturais, estas não deixam de ser, contudo, passíveis de discussão e desacordo. Isto porque a utilização de determinados critérios implica, quase sempre, a não utilização, o afastamento de outros tão importantes como os utilizados. Daí que tenha a definição ou delimitação seja sempre uma parcelização das questões em causa. E, se tal é assim genericamente, aqui também o não deixa de ser. Mas o mais importante na análise do projecto apresentado não é, de maneira nenhuma, o prisma geográfico delimitativo de tal ou tal província. Portanto conviria adiantar duas ou três ideias de crítica estrutural ao projecto em causa.

Desnecessário quase se torna referir a importância da transformação do aparelho administrativo do Estado num sentido progressivo de descentralização e desburocratização. E o termo descentralização deve aqui ser

empregue possuindo uma carga inerente a todo um processo de depercimento das funções omnipotentes e omnipresentes do Estado, em favor de uma mais activa comparticipação das populações, tentando apontar as vias de resolução que achem mais correctas, no sentido de sanarem localmente os seus problemas específicos.

É que, para além de uma diferente divisão administrativa (que, de facto, aparece consignada no projecto apresentado), para além de uma certa autonomia financeira e de decisão que é conferida às regiões administrativas que surgem delimitadas por essa nova divisão, para além de tudo isso, resta apontar-se que sem se favorecer simultaneamente um reforço da actuação financeira e jurídica dos municípios e dos órgãos locais que as populações eventualmente possam constituir para promover o desaparecimento das carências com que lutam, será muito difícil definir-se uma verdadeira descentralização, uma descentralização tal como ela deve, de facto, ser entendida.

Na verdade, não é segredo para ninguém a existência de fortes distorções no desenvolvimento das diversas zonas do país. E muito se tem falado e especulado sobre as suas causas últimas. Tais causas têm, quanto a nós, uma acentuada caracterização política, e

são facilmente assimiláveis atendendo ao tipo de poder derrubado em 25 de Abril.

Contudo, não será correcto considerarmos que modificado o actual aparelho administrativo — surgido para apoiar esse tipo de desenvolvimento assimétrico — estarão imediatamente resolvidos os problemas das regiões que até aqui mais têm sido esquecidas pela administração central e pelas competentes entidades dos processos de planeamento. Isso não passaria de um modo algo subtil de iludir as questões de fundo, relativas ao atraso, não de certas zonas do país, mas sim de todo o país. É que o modo de ultrapassar esse atraso, não está, em última análise, dependente do aparelho administrativo do Estado, mas sim da natureza do poder político que dominar esse mesmo aparelho.

Deste modo, nunca será demais referir que para que o projecto de regionalização não passe de uma alternativa materializadora de um desenvolvimento tecnocratizante, recuperadora da incapacidade do aparelho político central em termos de um mudar alguma coisa para que tudo permaneça na mesma, urge que ele ultrapasse a mera redefinição de novos espaços sócio-económicos, e que consubstancie uma participação activa e autonomamente cada vez mais acentuada dos órgãos de poder local.

bibRIA

Oliveira de Azeméis e o seu tempo:

Pelo Dr. Alberto Barbosa

Assim se refere a este aglomerado populacional e, as, agora dezanove freguesias, que constituem o concelho de Oliveira de Azeméis, o Alvará Régio de 5 de Janeiro de 1793, que elevou a pequena povoação de então à categoria de Vila e criou o concelho.

Não nos iremos debruçar, contudo, sobre a história do concelho de Oliveira de Azeméis, porquanto entendemos que tal aspecto deverá ser tratado por especialista, além de que exigia aturado trabalho de investigação que se não coadunaria com as notas que se vão tentar expôr em síntese.

Diga-se, no entanto, que o concelho de Oliveira de Azeméis, ou pelo menos grande parte, pertenceu às Terras de Santa Maria, ricas quanto ao passado, atestado pelas vetustas e musgosas pedras do seu Castelo.

O Concelho de Oliveira de Azeméis, ainda que de criação relativamente recente, pode orgulhar-se de ter sido berço ou estância de personalidades que se projectaram, sob vários aspectos, principalmente o cultural, por todo o País e até no estrangeiro. Se é melindroso citar nomes, por se correr o risco de omitir algum, deverá referir-se o de José Maria Ferreira de Castro, em relação ao qual não são precisas palavras de identificação, por mundialmente conhecido.

Quem não conhecerá a «SELVA»? Quem ignorará que foram as terras de Ossela que o viram nascer e partir para essa imensa e misteriosa Amazónia menino-homem de doze anos de idade?

Em CARREGOSA nasceu D. Manuel Correia de Bastos Pina, Bispo de Coimbra que no fim do século passado mandou construir o primeiro bairro operário do país, na encosta dos Montes Claros, daquela cidade, demolido há anos.

CUCUJÃES viu nascer o sábio Ferreira da Silva, professor da Universidade do Porto;

LOUREIRO D. Frei Caetano Brandão, Bispo do Perú;
OLIVEIRA DE AZEMÉIS, Vila, o Professor Bento Car-

queira, Dr. José da Costa Pinto Basto, Par do Reino e um dos bravos do Mindelo, combatente pela Liberdade nas hostes de D. Pedro IV.

A estrada para o Covo e Quinta do mesmo nome, fazem-nos lembrar Eça de Queiroz que por esta terra andou. «A Capital» é a prova de que o novelista mais europeu do seu Tempo — como o considerou Juan António Zunzunegui, escritor vasco-espanhol —, passava temporadas em casa de familiares da Quinta do Covo.

O concelho de Oliveira de Azeméis situa-se entre a beira-mar e a serra, constituindo a transição das planuras da Ria para a Serra da Freita, albergando dentro dos seus 152 km² cerca de 60 000 habitantes.

Possue uma economia diversificada que se reparte pela agricultura, nas freguesias do sul do concelho, predominantemente, pela indústria, disseminada esta por todo o concelho, mas com maior incidência na freguesia de UL, — moagem de cereais e descasque de arroz — Cucujães, calçado, passamanarias, colchões, molas — Santiago de Riba Ul, calçado, confecções — Oliveira de Azeméis, vidro, moldes em aço, calçado, recolha e tratamento de leite, confecções, cerâmica, etc. — S. Roque, calçado — Cesar, louça de alumínio, calçado — Carregosa, metalurgia, calçado, mobiliário — Palmaz, papel. Estas as principais indústrias.

A sede do concelho e vila de Oliveira de Azeméis é, presentemente, um aglomerado urbano com características de uma pequena cidade, com cerca de 10 000 habitantes, centro não só das indústrias atrás referidas, mas também sede de uma Comarca de 1.ª Classe e Círculo Judicial, aqui se encontrando ainda estabelecido um Tribunal de Trabalho, abrangendo concelhos circunvizinhos, Secretaria Notarial, Conservatórias do Registo Predial e Civil, além do Liceu Nacional Ferreira de Castro, Escola Industrial e Comercial, Ciclo Preparatório, com enorme frequência estudantil, o que, só por si,

lhe confere a categoria de importante centro de serviços.

É de assinalar que Oliveira de Azeméis, de longa data, se caracteriza por intenso e diversificado comércio. Aqui estão estabelecidas empresas do ramo automóvel, das mais importantes do País, para só citarmos estas.

Semanalmente publicam-se dois periódicos: «Voz de Azeméis» e «Correio de Azeméis», sempre dedicados ao progresso e defesa dos interesses do concelho e transmissores dos acontecimentos que a ele dizem respeito, aos inúmeros Oliveirenses radicados noutras terras do país e estrangeiro. Diversas bandas musicais e grupos folclóricos são, também, índice relevante de cultura dos habitantes do concelho.

Os bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis são uma das mais antigas e prestigiosas corporações do Distrito de Aveiro.

Em actividade esperançosa a Associação Recreativa e Cultural de Azeméis, A. R. C. A.

Encontra-se a Vila dotada de uma esplêndida casa de espectáculos. O Hospital da Misericórdia — Hospital Distrital — é um dos maiores e mais antigos do Distrito, bem assim como o Asilo para crianças desprotegidas. Mais recentemente ficou-se a dever a César Pinho — benemérito Oliveirense — um magnífico recolhimento de inválidos.

É ainda Oliveira de Azeméis, pela sua situação, entre o mar e a serra, a distante equidistante do Porto e Aveiro, atravessada pela E.N. Lisboa-Porto, servida por caminho de ferro e inúmeras carreiras de autocarros, um polo turístico de importância.

Aqui se encontra o Parque de La-Salette, local donde se contempla magnífico panorama emoldurado do nascente pelas serranias de Vale de Cambra e a poente e sul pela ria de Aveiro, planuras de Estarreja e Murtosa.

No parque encontra-se em construção uma estalagem — «Estalagem de São Miguel» que será elemento valorizador, em alto grau, do Turismo desta Região;

no centro da Vila ultima-se a construção de um restaurante panorâmico e giratório, único na Península. Já em funcionamento a Piscina Municipal que, quer pela sua localização e concepção, é considerada uma das melhores do norte do País.

Também em construção uma pista para aviões ligeiros, factor de grande desenvolvimento nas comunicações e ainda instrumento inestimável para apoio e detecção e combate de incêndios nas extensas florestas da região.

Em projecto a zona escolar e desportiva a construir em local admirável, contíguo à actual Escola Industrial e Comercial, abrangendo instalações para o Ciclo Preparatório, — presentemente não albergando em condições satisfatórias a sua enorme frequência —, pavilhão Gimno-Desportivo, vários campos de Jogos e piscina olímpica, de molde a dar satisfação às actividades desportivas do concelho, onde existem, há longos anos, diversos grupos desportivos praticando várias modalidades.

Apresenta o concelho de Oliveira de Azeméis uma das características, talvez a fundamental, do Distrito de Aveiro: o equilíbrio económico e social das suas Gentes. Daí o espírito liberal, o respeito e tolerância recíprocas, a não violência entre opções políticas divergentes, a convivência entre todos, independentemente das profissões ou, a que se convencionou chamar categorias sociais. São estes os aspectos que de longa data se fortaleceram, num centro político de importância projectada a nível nacional, como foi e cremos que ainda é Oliveira de Azeméis.

Oliveira de Azeméis e suas Gentes, pela sua idiosincrasia, encontra-se e sente-se bem integrada no Distrito mais equilibrado económica e socialmente do País, que é o Distrito de Aveiro e cuja integridade e unidade Todos os Aveirenses devem defender.

Oliveira de Azeméis, Maio de 1976.

Oliveira de Azeméis — Subsídios para a sua história

Pelo Prof. António Magalhães

Dos contrafortes da Gralheira, e até às vizinhanças da extensa planície que a ubérrima Ria de Aveiro fertiliza, estende-se o vasto e progressivo concelho de Oliveira de Azeméis, repartido por dezanove freguesias em visível desenvolvimento.

Vários achados arqueológicos provam que esta região foi habitada em épocas recuadíssimas: machados da idade da pedra encontrados em Palmaz, machados da idade do bronze descobertos em Ossela, e manilhas de ouro de origem celta foram desenterradas nas Baralhas. Nos crastos de Ul, Ossela e S. Martinho, que não foram ainda devidamente estudados, têm surgido à luz do dia peças de incalculável valor e que muito falam da antiguidade e da importância da região através dos séculos.

Em 1970, quando se procedia à reconstrução da igreja paroquial de Ul, foi retirado dos caboucos um bloco cilíndrico que viria a ser classificado como um marco miliário da via militar romana que ligava Gaia a Coimbra, e que agora se conserva no átrio dos Paços do Concelho.

A mais remota referência à povoação de Oliveira de Azeméis encontra-se num documento de 922, que refere uma doação feita pelo Rei Ordonho ao Bispo Gomado e ao Mosteiro de Crestuma. Para alguns historiadores teria sido em Oliveira de Azeméis (precisamente em Lações) a discutidíssima cidade de Lancóbriga. O padre Dr. Manuel de Oliveira Ferreira, que dirigiu a paróquia de S. Miguel entre 1742 e 1777, foi grande defensor desta teoria, posta de parte pelos investigadores contemporâneos.

A região que hoje constitui o concelho de Oliveira de Azeméis pertenceu às terras de Santa Maria, beneficiando do foral da Feira, dado por D. Manuel I, em Lisboa, em 10 de Fevereiro de 1514. Foi elevada à categoria de vila por alvará da Rainha D. Maria I, de 5 de Janeiro de 1799. Em 24 de Outubro seguinte o príncipe regente D. João (mais tarde D. João VI) confirmou

e ampliou o alvará de sua mãe: cria um juiz de fora, erege câmara com três vereadores e um procurador do concelho; ordena que se façam eleições e confirmações; concede aos administradores da casa do infante a criação e data dos ofícios que se julgassem necessários, sem excepção dos órfãos; ordena que o novo juiz de fora (que era do cível, do crime, e de órfãos) tivesse o mesmo ordenado, aposentadoria e propinas que vencia o seu colega da Vila da Feira, sendo pago o ordenado e aposentadoria por lançamento no cabeção das sisas, quando nele não houvesse sobejos, visto que a criação da vila fora feita a requerimento dos povos. Mais tarde, em 1855, a reforma administrativa de Mousinho da Silveira extinguiu o concelho do Pinheiro da Bemposta (criado também por D. Manuel I três séculos antes) e cinco das freguesias que o compunham transitaram para o concelho de Oliveira de Azeméis.

Oliveira de Azeméis teve capitania-mór e ordenanças, que desempenharam notável acção aquando das invasões francesas e das lutas liberais. O lugar de Carcavelos, em Santiago de Ribá-Ul, está mesmo tristemente ligado ao célebre morticínio de Arrifana: teria sido ali, junto a umas alminhas que se conservam, que soldados de Arrifana mataram dois oficiais franceses, referindo a tradição que um deles era o tenente-coronel Lameth, sobrinho do general Sout.

As lutas liberais andam ligados os nomes de varões ilustres que tiveram por berço as Terras de La Salette. Entre eles avulta a figura prestigiosa do Dr. José da Costa Sousa Pinto Basto, voluntário do célebre «Batalhão Académico», companheiro de Garrett e de José Estêvão, e que com D. Pedro IV desembarcou nas areias do Mindelo e a seu lado combateu no cerco do Porto. De recordar ainda os nomes de José Vitorino Barreto Feio, de António Barreto Pinto Feio, e de alguns outros a quem o ideal da liberdade fez sofrer perseguições e conhecer as agruras do exílio.

Mas entre os seus conterrâneos virá sendo esquecida a figura de um verdadeiro caudilho da liberdade, que por ela ofereceu a própria vida em holocausto. Por isso o recordaremos.

Eram os Vasconcelos, da Quinta do Outeiro, em Cesar, família fidalga aparentada com a melhor nobreza da região. Representavam-no no final do Século XVIII José Bernardo Pereira de Vasconcelos, casado com Ana Margarida de Almeida Cabral.

Houve do casamento quatro filhas e cinco filhos. Destes, Simão e José entraram na vida monástica; Joaquim Maria e Frederico optaram pela carreira das armas, segundo a tradição da época; António, o mais novo, colaborava com o pai na administração da abastada casa, cujas propriedades se estendiam de Cesar a Arouca, onde era senhor da Quinta do Outeiral.

Frei Simão de Vasconcelos, Monge de Cister, nasceu em Cesar a 28 de Setembro de 1789. Não conhecemos a data da entrada no Convento de Alcobaça, mas fácil é de concluir a sua reduzida permanência na vida religiosa; efectivamente, um «breve» do Núncio Apostólico, Cardeal Pacca, de 17 de Março de 1816, concedia-lhe a solicitada secularização. Por conseguinte, Frei Simão de Vasconcelos abandonou a vida monacal, aos 26 anos de idade.

O motivo invocado para deixar o convento foi o

de prestar assistência a suas quatro irmãs, todas solteiras: Maria Albina, Ana José, Antónia e Maria Henriqueta. Mas estaria aí a verdadeira razão? Não seriam antes inconciliáveis o temperamento fogoso e lutador de Simão de Vasconcelos e os limitados horizontes das quatro paredes de uma cela? Não seria já reacção latente ao conservadorismo da Igreja perante os seus ideais?

Regressado a Cesar, à Quinta do Outeiro, Simão de Vasconcelos transformou-se em trabalhador agrícola. Mas a vizinhança não via com bons olhos o «desparrado», que não escondia, bem pelo contrário, o entusiasmo com que aderira às ideias revolucionárias vindas de além dos Pirinéus.

E a perseguição começou em breve. Os «realistas» das redondezas não lhe perdoavam os seus sentimentos liberais, que roçavam mesmo pelo fanatismo. E após alguns assaltos infrutíferos à Quinta do Outeiro, os irredutíveis inimigos conseguiram prendê-lo em 28 de Maio de 1828, depois de o balearem pelas costas. Conduzido à Cadeia da Vila da Feira, aí permaneceu durante pouco mais de um ano.

Conseguindo iludir a vigilância dos carcereiros, e contando, certamente, com a colaboração de alguns companheiros de ideal, Simão de Vasconcelos fugiu para o Porto, onde passou a arrostar com a penosa



OLIVEIRA DE AZEMÉIS — Paços do Concelho.



OLIVEIRA DE AZEMÉIS — Casa Sequeira Monteroso

vida do foragido, qual fera indomável que mãos criminosas pretendem eliminar. E por aí se manteve até à entrada triunfal de D. Pedro IV. ■

Em breve Simão de Vasconcelos é recebido pelo monarca liberal, a quem conta a sua odisseia e apresenta um pedido: homens e armas para a organização de uma guerrilha. Pretensão satisfeita, o frade secularizado avança com os seus homens para Cesar, numa romagem de saudade que não mais se repetiria. Dali partiu para Arouca, onde, na Quinta do Outeiral, seu pai se refugiara.

Como é óbvio, o conhecimento da presença de Simão de Vasconcelos aguçou a sede de vingança das guerrilhas miguelistas. O embate foi inevitável, e Simão de Vasconcelos e os seus homens tiveram de render-se, por falta de munições, na manhã de 8 de Setembro de 1832, nas terras agrestes de Moldes, no concelho de Arouca.

Simão de Vasconcelos e seis companheiros de armas foram conduzidos à cadeia de Arouca. Dali seguiram a pé para Viseu, onde entraram no dia 19 do mesmo mês, por entre os insultos da multidão.

Na cidade de Viriato funcionava o célebre «tribunal do Terror», que já mostrara a sua crueldade ao ordenar o fuzilamento de três sacerdotes. E em 16 de Outubro nova sentença implacável: fuzilamento para Simão de Vasconcelos e os seis companheiros (António Joaquim, do Porto; Joaquim Gonçalves, de Penafiel; Francisco José Marques e José de Oliveira, da Vila da Feira; Joaquim José da Silva, do Porto, e Luís Ferreira da Costa Santana, de Viseu).

No dia seguinte, Simão de Vasconcelos é atravessado pelas balas das milícias de Bragança, no chamado Campo de Santa Cristina. Com impressionante serenidade—só possível nos heróis, que sentem a paz de consciência do dever cumprido—abraça os companheiros e agradece-lhes a lealdade. Ao ouvir a voz de «fogo» dirigida aos carrascos, pôde ainda gritar: Viva Deus! Viva a Liberdade!

Todos foram sepultados na capela de S. Martinho. Mais tarde, após a consolidação da vitória liberal, os restos mortais destes e doutros mártires da liberdade foram trasladados, no meio de impressionante manifestação cívica, para um honroso mausoléu que uma comissão patriótica levantara nos claustros da Sé de Viseu.

Ali pode ler-se: **«Pela adesão à Liberdade, Carta e Rainha Maria II, por iníquas sentenças foram inocentemente condenados e fuzilados.** (Seguem-se os nomes de Simão de Vasconcelos e outros mais, incluindo alguns espanhóis.) **Descansam suas cinzas neste monumento, o qual em detestação da execranda tirania daquele tempo, e para memória perpétua de varões tão beneméritos da Pátria, os cidadãos de Viseu religiosamente e por comum subscrição lhes dedicaram no dia 16 de Agosto de 1836».**

Eis, muito em síntese, a história deste herói oliveirense, cujo nome bem merece figurar na toponímia da vila—sede das ridentes Terras de La Salette. A sugestão aqui fica.

Numisma com a efígie de Honório

— CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA
PRESENÇA ROMANA EM CACIA

Por João Sarabando

É consabido que Gaspar Barreiros, fidalgo e cónego da Sé de Évora escreveu, em meados do século XVI, um volume, **Corografia de alguns lugares**, onde conclui que a tão buscada e jamais achada Talábriga demorava, afinal, em Cacia, «nas ribeiras do rio de Vouga, junto da villa de Aveiro, specialmente onde ora stá a igreja de Sanct. Juliani».

Ao sabor da indolência de certos escritores ou ainda de inflamados bairristas, o mito pegou de estaca até 1907, altura em que Félix Alves Pereira lhe deu profunda se não mortal machadada. Entretanto, e para engordar a fábula, Frei Bernardo de Brito, que tinha dois hábitos — o de frade e o de meter a ficção onde não era chamada —, iria ao ponto de fazer coincidir a localização de Talábriga com a da vila de Aveiro. Mercê de tal pólen, a fabulazinha, aliás sem qualquer justificação, como que germinou, até se esfolhar por completo.

Há pouco ainda, Francisco Ferreira Neves, estudando a possível situação geográfica da decantada

urbe era de parecer, aduzindo para tanto razões plausíveis, que a devíamos procurar em terras do interior e não na corda do litoral.

Contudo, se Gaspar Barreiros deu raia — e perdoe-se-nos a chã locução — ao identificar Talábriga com Cacia, teve, paralelamente, o altíssimo mérito de trazer à baila um antigo e esquecido local onde estanciam outrora gentes de Roma, e, depois, os suevos. Com efeito, lê-se em dado passo da mencionada **Corografia de alguns lugares**: «Na qual villa (Cacia) e igreja de Sanct. Juliã nas ribeiras de Vouga situadas, se acham vestígios antigos. s. os fundametos de hua torre que na memoria dos homes inda stava quasi inteira, onde em outro tepo segundo ficou fama de hus em outros chegavam navios da foz do mar, porque inda ali se achãram pedaços d'elles e anchoras juncto da dita torre em hua lagoa. Afora muitos vestígios e ruinas de argamassa que dentro em seu ambito cõprehede hua milha pouco mais ou menos».

Da leitura atenta destas linhas não se torna difícil concluir que Barreiros, embora personagem viajada e



A moeda (anverso e reverso), ampliada, que ostenta a efígie de Honório.

culta, nunca passou por Cacia, valendo-se, isso sim, de informações obtidas. E que dificuldade, se gravitava à sua volta enxame de turbulários, alguns deles com boas luzes? Mas foi pena, já que o exame directo lhe forneceria abundante cópia de inestimáveis pormenores.

Não obstante Cacia vir à tona nas páginas de autores dos séculos XVI e seguintes, a verdade, porém, é que só recentemente as suas entranhas seriam desvendadas. Aconteceu nas décadas de vinte e trinta, quando fornecedores de pedra e saibro para as estradas revolveram completamente o sítio da **Torre**, ou seja, aquele a que aludira quatro centúrias antes Gaspar Barreiros.

No seu opúsculo **A Estação Arqueológica de Cacia — I — Primeiras palavras, Primeiras impressões**, Alberto Souto refere a pags. 9: «Examinando o corte das pedreiras abertas, constatei que uma camada de cacos e destroços de habitações se estendia por todo o terreno, a um metro, pouco menos, da superfície do solo arável e cultivado, e que nessa camada abundavam os fragmentos de louça e as pedras, de granito e xisto, de construções demolidas».

E mais adiante:

«Arranquei alguns cacos. Surgiu-me cerâmica doméstica de qualidade e forma vária, mas alguns pedaços de colo de ânfora, misturados com **tegulae**, **imbri-ces** e tijolo, restos de cozinha, ossos de caça, cascas de moluscos, e uma grande extensão de cinzas e carvão, mostraram-me que ali existira um povoado importante e não apenas uma **vila**.

«Procedi ao exame topográfico do local e abri um inquérito.

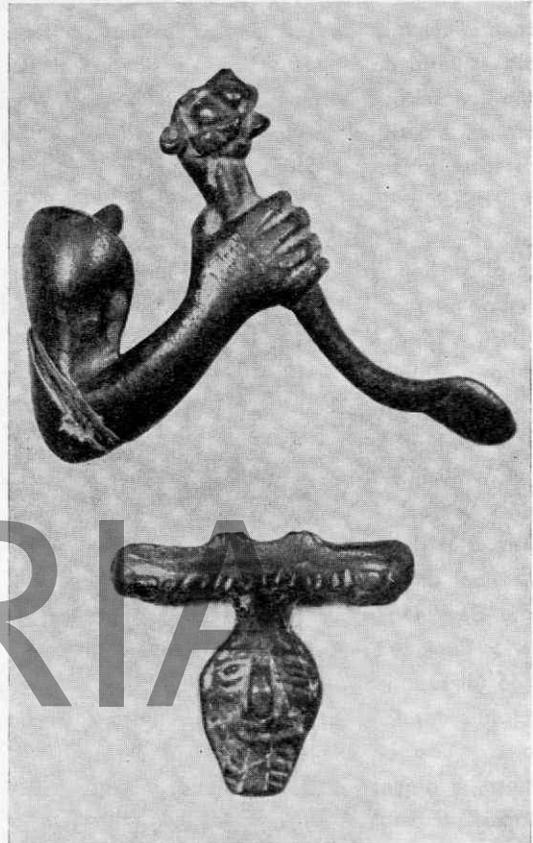
«O sítio chama-se **a Torre** e dali se têm desenterrado há muitos anos louça, âncoras, ferragens, moedas de ouro, prata e cobre, mós, fornos, restos de esqueletos humanos, ossos, etc.

«Tudo condizia, afinal, com a importância que a Cacia alguns autores atribuíam, sem contudo a inspecionarem e classificarem.

«Estava indubitavelmente ali o **ubi** de um **castrum** ou de um **oppidum** dos tempos romanos, possivelmente vindo da época lusa, posteriormente romanizado e mais tarde destruído, cujos escassos restos o destino poupou /.../».

Das suas visitas ao sítio da **Torre**, Alberto Souto recolheu um minguado mas valioso espólio, que se encontra no Museu Nacional de Aveiro. Inumeráveis elementos, como sublinha, anteriormente desenterrados, não deixaram rastro. Levados alguns por curiosos e outros pura e simplesmente desfeitos. O costume... E, por mal dos pecados da Arqueologia, não há que esgravatar de futuro no outeiro da **Torre**, porquanto foi totalmente, deploravelmente, revolvido e rasado. Bon-dará dizer-se que a procura dos citados materiais para

a construção de estradas implicou barreiras da ordem dos vinte metros de altura. Tal qual assinala o antigo director do Museu de Aveiro, extrairam-se ali milhares de metros cúbicos de pedra. Tantos que, no dizer de testemunhas fidedignas, de velhos moradores da freguesia, o outeiro ficou reduzido de dez a doze metros na sua altura primitiva. Numa palavra, desapareceu do mapa.



Fragmentos de uma estatueta e de uma armela, em bronze, encontrados no sítio da Torre.

Noutra página do opúsculo, Alberto Souto, e com razão, adverte: «O problema (respeitante à **Torre**) tem um grande interesse arqueológico, tem uma grande importância histórica /.../» E acrescenta: «Pode Cacia ter sido a **Talabriga** da Lusitânia pré-romana, mencionada por Apiano. Pode ter sido uma **Lavara**, confusa e nebulosamente apontada por alguns autores. Pode Cacia ter sido uma das **Talabrigas** da Lusitânia romanizada, sem ser mesmo a do **Itinerário** de António Pio.

«Pode Cacia ter sido uma cidade sua vizinha e irmã, uma aliada na guerra ou sua rival na prosperidade.

«Mas que o não tenha sido, nem por isso, como diz o ilustre professor sr. dr. Mendes Correia, a estação agora classificada, deixa de ter uma grande importância sob o ponto de vista arqueológico.

«O estudo sobre o assunto está apenas no começo».

Sem pretendermos, de modo nenhum, apresentar uma tese acerca do tema, sempre adiantaremos que não se nos afigura haver existido ali qualquer Talábriga. A menos que queiramos utilizar uma lupa para engrandecer as coisas. Não começou logo o próprio Gaspar Barreiros por nos dizer que o local «em seu âmbito cõprende hua milha pouco mais ou menos»?

Em nosso entender, no outeiro, com pendor mais suave para os lados da igreja matriz e então praticamente cercado de água, que dominava a foz do amplo estuário do Vouga, houve apenas um **vicus**, isto é, um lugarejo, suporte de torre ou vigia, sentinela atenta às incursões dos piratas oriundos do norte e, sobretudo, do sul. **Oppidus** importantes, como os do monte de São Gião (Souto da Branca, Albergaria-a-Velha) e do Cabeço do Vouga, não ficavam longe. Além disso, importará correlacionar tudo com o comércio marítimo praticado. Por exemplo, a saída de minérios das várias laborações existentes. Nas minas de chumbo da Malhada (Sever do Vouga) recolheram-se lucernas, como acentuam Jorge de Alarcão e outros, dos séculos I e II d. C.

No volume **Póvoas Marítimas do Norte de Portugal**, Alberto Sampaio não alude a Cacia. Será, portanto, que no sítio da Torre existiu tão somente, como supomos, uma atalaia militar, depressa abandonada ou mesmo destruída escassas décadas após a queda do Império Romano? Não se nos antolha carecida de sentido tal suposição. Como, apesar de tudo, não merecem totais desatenções os topónimos Paço e Póvoa do Paço e, muito especialmente, o que reza **Campo da Matança**, qualquer deles correspondendo a localidades ou locais próximos.

Assinalando este último, Alberto Souto, que foi quem o detectou, admite a hipótese de ali se haver travado uma sangrenta e quiçá decisiva batalha. Do povoado, em suma, ter visto um dia, com pavor, «as hordas bárbaras entradas pelo Vouga ainda ali, então, largo e profundo, saltarem pela borda dos seus barcos, businando e gritando ameaças de extermínio e escreverem na sua **ribeira** verdejante a sentença de morte que o prostrou».

A conjectura não é de excluir, pelo menos no tocante a uma possível batalha naval. Outrora, o Chão da Matança, mais tarde parcela do extenso **campo** vizinho, formado que foi pelos terrenos de aluvião, situava-se, de facto, em pleno estuário do Vouga.

Rocha e Cunha esclarece: «Num passado relativamente distante, o litoral tinha um aspecto muito diferente daquele que hoje apresenta; a partir do local em que está a lagoa de Esmoriz, ou da Barrinha, seguia, mais pelo nascente, por Cabanões — povoação anti-quíssima donde provém a grande vila de Ovar —

Estarreja, Salreu, Angeja, Cacia, Aveiro, Ilhavo, Vagos, Portomar, Mira, até ao Cabo Mondego, formando uma extensa chanfradura, com alguns recortes. Entre Angeja e Cacia jazia a embocadura do estuário, porto marítimo nessa época, onde desaguava o Vouga. [...] A antiga linha da costa está traçada, com bastante exactidão, no **Portulano de Petrus Visconte** (1318). Nesta chanfradura existe hoje a laguna de Aveiro.»

Mas, como alude o autor do opúsculo «A Estação Arqueológica de Cacia», no sítio da **Torre** haviam sido já encontradas, ao longo dos anos, moedas de ouro, prata e cobre. Em nenhuma, infelizmente, pôs a vista em cima, pois a nenhuma se refere, de maneira objectiva, no seu trabalho. A ausência de qualquer exemplar no espólio depositado no Museu Nacional de Aveiro não deixa de confirmar plenamente a ilacção. Caindo em mãos ignaras ou ávidas, documentos destes, que podiam ser basilares para a história do lugar onde foram descobertos perdem assim muito do seu valor — passam a ter mera cotação no mercado numismático.

Entretanto, e do facto damos agora conhecimento, uma moeda de ouro, achada na Torre, no fundo do imprescindível poço que alimentava o **vicus** — ou a villa — dos aros de Cacia, não caiu em saco roto, constituindo elemento inestimável para o estudo exacto da época em que por ali andaram os romanos e seus imediatos sucessores.

Ao proceder-se à limpeza do poço, e à profundidade de doze a quinze metros, a moeda luziu entre cinzas, terras barrentas e restos de berbigões. Contou-nos isto Manuel Martins Simões, seu achador, e que também explorou pedra e saibro naquelas paragens. Muito instado, oferecê-la-ia a uma pessoa da sua consideração, recebendo em troca, e deveras a contra-gosto, pois que «dera a moeda, estava dada», uma libra de cavallinho. Dessa pessoa, cujo nome ignoramos, passou às mãos de António Mortágua, falecido há uns dois anos, numismata e coleccionador de peças arqueológicas, tudo levando a crer que continue na posse da família.

Enumeramos estes pormenores para deles ressaltar a necessária autenticidade, até porque de histórias e historietas está a arqueologia, e nem só, verdadeiramente empaturrada...

Fotografias do anverso e do reverso da moeda, amavelmente cedidas, aí pelos anos cinquenta, por António Mortágua, remetemo-las mais tarde ao numismólogo portuense Sousa Oliveira, que redigiu o seguinte parecer:

«Ao observar as fotografias que nos foram apresentadas imediatamente vemos que se trata duma moeda do tipo imperial romano. A sua leitura é fácil:

Anverso: — Cabeça do imperador, à direita. Legenda: D(ominus) N(oster) HONORI V(ota) S(uscepta ou soluta) P(rius) F(elix) AUG(ustus).

Reverso: — O imperador pisando aos pés um inimigo e tendo na mão direita um lábaro. Legenda: A AUG(ustus) HONOR VICTORI

Aparentemente estamos em presença de um soldo do puro do imperador Honório (nascido em 384 e falecido em 423). Com efeito a efigie e as legendas assim o demonstram. As iniciais VSPF referem-se aos votos públicos, concedidos aos imperadores; a letra S pode estar em relação com a palavra *suscepta* — aceites, ou *soluta* — cumpridos. *Pius* — piedoso, e *felix* — feliz, eram

povos nórdicos chamados bárbaros, limitaram-se a copiar os numismas imperiais de Honório, durante o reinado do qual se deram as invasões. E essa cunhagem continuou-se mesmo depois da sua morte. Esses soldos são aqueles que os documentos coevos referem como soldos galicanos. Inicialmente possuíam o mesmo toque e peso que os romanos que eles imitavam. Depois o cunho tornou-se mais grosseiro, tornando-se até por vezes indecifrável. Persistiu idêntica a liga mas o peso que era de 4,54 gr. foi descendo para 3,60 gr. a



Fotografia aérea, mostrando a localização do rasado outeiro da Torre (no círculo), próximo da igreja matriz de Cacia (x). Também na imagem, o casario da Sarrazola e um trecho do rio Vouga.

dois dos títulos usados por este imperador. A ideia de Victoria, nesta época, era expressa por uma figura de Imperador esmagando um inimigo ou uma serpente com cabeça humana. Repare-se que na legenda do reverso o **A** inicial corresponde ao final da palavra VICTORIA.

O aspecto grosseiro desta moeda leva-nos porém a pensar que se trata duma peça cunhada durante o domínio suevo no noroeste peninsular, onde aquele povo reinou cerca de século e meio (desde 409 a 585). Para aumentar o seu numerário estes como outros

3,75 gr., que passou a ser o peso normal do soldo suevo. O peso inicial era constante nos soldos imperiais. Não se pode entrar em mais considerações sem saber o peso exacto da moeda em questão».

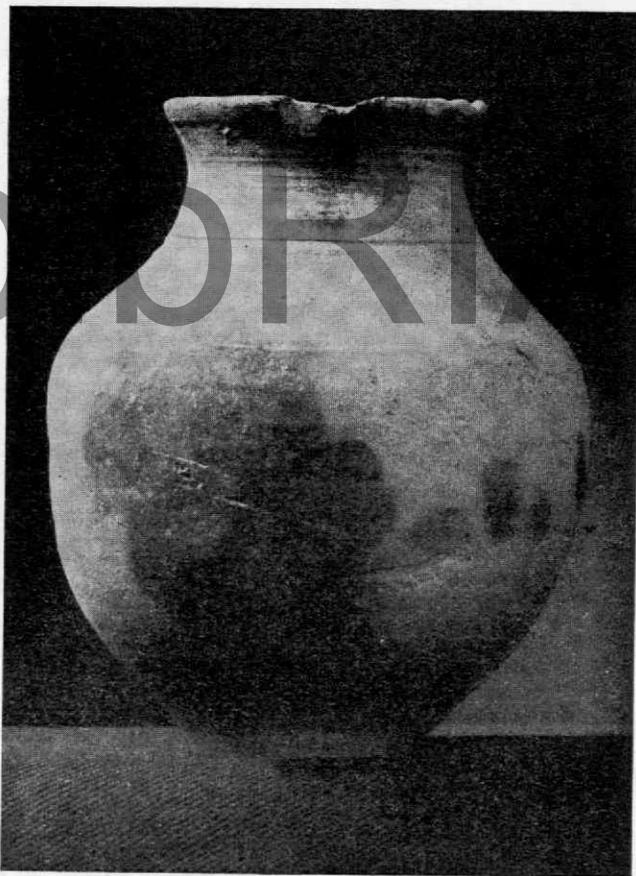
Será, todavia, o soldo com a efigie de Honório tão grosseiro que justifique a dedução do dr. Sousa Oliveira? Ele, como nós, não o viu. Limitou-se a apreciá-lo através de fotografias, para cúmulo muito ampliadas. Seja como for, o contributo resultante do aparecimento da moeda no processo da Cacia romana ou, talvez, pós-romana, não pode ser subestimado.

Ao pegarmos no papel para rabiscar as linhas de que estas são o termo, quase estivemos tentado — confessamos — a redigir uma curta e objectiva legenda para as patenteadas fotos da numisma. É que sobre o desaparecido monte ou outeiro da **Torre** e suas implicações económicas e militares muito há que averiguar. Referido já lá vão quatrocentos anos e esventrado sem quaisquer cuidados há uns cinquenta, suscitou uma larga mão-cheia de hipóteses e até de efabulações. Sem dúvida que avultado número de documentos se perdeu irremediavelmente. Mas outros ainda existirão, importando rastreá-los sem demora e estudá-los convenientemente, ou seja, à luz da Arqueologia — que, óbvio se torna, é uma ciência e não mero passatempo ou devaneio.

Exceptuando Alberto Souto, que visitou Cacia no período da exploração da pedreira, salvando algumas espécies incontroversamente notáveis, os especialistas da matéria jamais aprenderam o caminho da **Torre**.

*
* *

(Além de textos dos autores citados, consultaram-se outros de Abel Viana, Amorim Girão, Augusto Soares de Sousa Baptista, Dulce Alves Souto, João Domingues Arede, Joaquim Soares de Sousa Baptista, Marques Gomes, Miguel de Oliveira e Rocha Madahil.)



O Sal e o Homem

(REQUIEM SOBRE O APAGAR DE UM TEMA)

Por M. da Costa e Melo

O sal é para o homem de Aveiro ou que na zona da sua Ria criou raízes, guelras ou asas, uma constante.

Vai desde o comezinho agradável do tacho ou da panela até ao quase irreal das transparências e reflexos ímpares que motiva nos espelhos de água circundantes.

Mas, para lá chegar, o comezinho e o quase irreal têm toda uma rota de suor, lágrimas e calos em que o sal vive na metamorfose do sangue, da pele e da água.

Não é o problema económico do sal que eu vou focar. Para tanto minguavam conhecimentos, e, felizmente, não me falta — julgo eu — uma clara noção do género de calçado que o tamanqueiro que em tal matéria sou, poderia fazer.

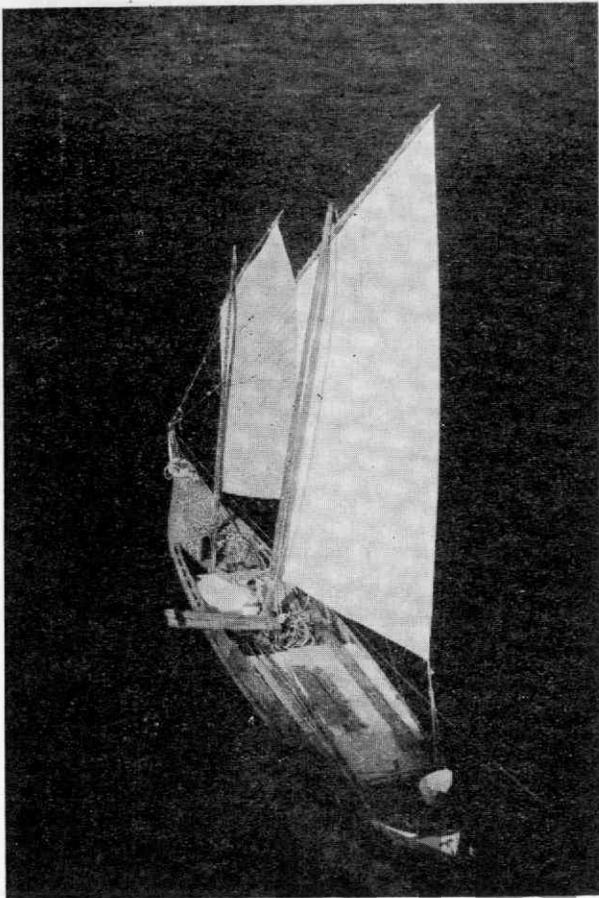
O que me leva a abordar o tema é a saudade, cada vez mais «delicioso pungir de acerbo espinho» para usar a perfeita síntese de Garrett, a que tirarei o delicioso dada a vizinhança ou proximidade do tempo em que seja pungir sem delícia e espinho cada vez mais acerado.

É que antevejo as romagens de saudade ao templo de luz que toda a Ria é, sem o ver marchetado de cristais em pirâmide a marcarem, no azul dos céus baixos ou nos distantes e altos cinzas do Caramulo, do Buçaco ou do Arestal, aquele contraste que enche os olhos ávidos de reter as imagens que sabem perder em breve.

Eu sei que à «iconografia» do sal só falta a sistematização que pode ser-lhe dada por um profundo



Os difíceis caminhos da lama...



Os saleiros marcam a presença duplamente branca das velas e do sal...

e atento trabalho de grupo a culminar, um dia, numa sala de museu em que figurem, para além dos repositórios materiais de alfaias e até de «maquettes» das marinhas, todo esse mundo de reflexos artísticos e humanos que o cinema, a fotografia, a pintura e a escultura foram fixando, sem esquecer, como elemento fundamental, o estudo das afinidades salgadas da água e do suor com os marnotos e moços do seu moirajar e até—porque não?—aqueles arroubos d'alma interessada e sensível de quantos se sentiram atraídos—enfeitiçados, até—por todo esse mundo de luz, tragédia e angústia, esforço e contrastes que na planura mista da laguna toma corpo na mais espantosa das núpcias que o trabalho e a natureza criaram.

É que em parte alguma isso nos surge como aqui. Em nenhures a paleta do artista-vida-trabalho é tão rica e se mostra tão naturalmente propícia à criação da beleza sem desvirtuar o Homem que lhe dá a espantosa verdade do real fantástico que, só por habitual, nos escapa ao contemplá-lo.

Aqueles esteiros que, como os do Soeiro Pereira Gomes, se mostram, por vezes, como dedos de mão espalmada onde também labutam Ginetos e Guedelhas

que nunca foram meninos, são bem o traço de união e fronteira que une e separa a fita dos cansaços nervosos da bicicleta em busca do lar tantas vezes distante, dos estreitos e difíceis caminhos de lama onde, canastra à cabeça e pernas de infância mal acabada, fazem maratonas de esforço em busca de uma meta que raramente se sabe onde está à espera.

É todo um desafiar de sensações profundas esse contacto com o salgado da Ria, qualquer que seja a época do ano em que sobre ele abramos os olhos do corpo com os da alma e os do pensar.

Nem Inverno é, verdadeiramente, uma pausa nas imagens em constante mutação por força do Homem em busca de alianças com a matéria que, usurária, só dá o sal salgado em troca do salgado do suor. No Inverno a água cobre tudo e o geométrico xadrez a que uma ou outra estaca marca a irregularidade e o ousio, mal se nota. Há qualquer coisa de incubação em tudo isso que escapa aos olhos virgens mas não foge à atenta expectativa dos que já sentiram, em cada ano que passou, a beleza corrosiva do sal, esperança e desespero do seu viver.

E é vê-los, logo que o tempo os chama para a faina, a preparar a oficina do seu labutar, limpando-a do moliço com carinhos de dona de casa em seu lar e quase a encerando, na lama dos rectângulos planos,



Pernas de infância mal acabada...



A sugestão de seios turgidos...

depois de lhes abrir a água, ainda suja e negra, que toma contornos fantasmagóricos dignos de atrevido pintor.

É curiosa essa fase de preparação das marinhas.

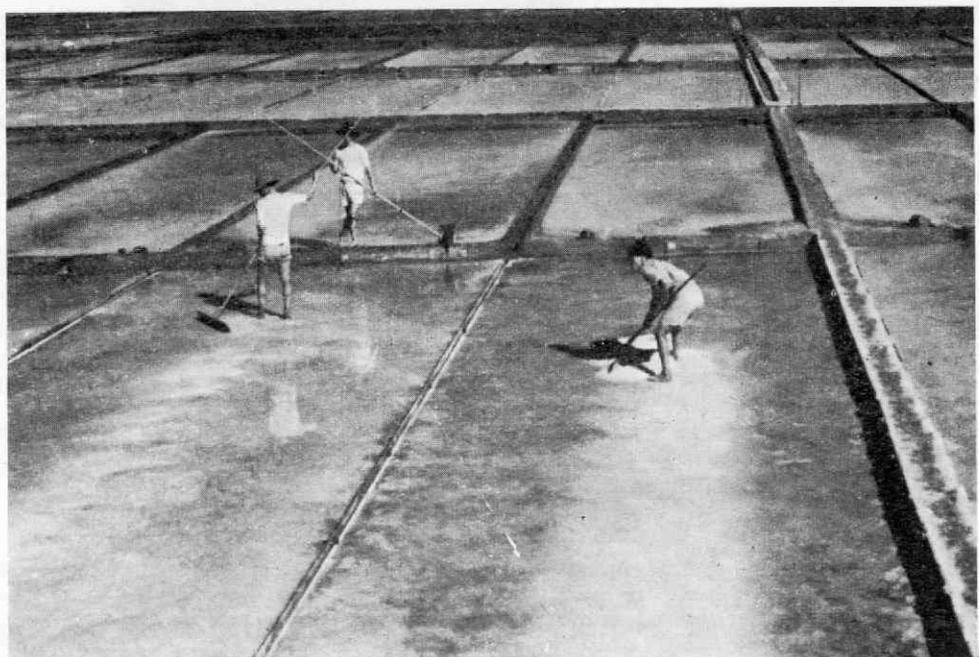
Talvez seja aquela em que todo o esforço é esperança e tudo parece sorrir nela ainda que ausentes sejam os cristais que o pagarão.

É quase sempre o trabalhador mais velho do salgado o que alinha os sonhos do inverno ao ver retirar o que cobre as linhas direitas do seu xadrez, antes

do sal começar a nascer, como que a medo, em espumas a que o sol dá brilho e reflexos de beleza sem par.

Se o Norte ajuda e o Sol é amigo, ei-los açodados no bailado do arrastar dos cristais até à canastra do moço e depois, por esforço deste, até ao crescer alegre dos cones a marcar volumes na planura mista.

E, quando o ano vai de feição, é curioso ver como a cordilheira se forma e altera as perspectivas. Não raro surge, na vizinhança casual de dois montes, a



O sal salgado em troca do salgado do suor...

sugestão de seios túrgidos de sempre renovada virgem que cada ano deixa de o ser para o ser de novo a causar inveja àquelas que tendo deixado de o ser de uma vez, se o foram, não o voltarão a ser!

O monte de sal destapado ou coberto, completo ou incompleto é um manancial inesgotável de sensações estéticas.,

Basta que o céu mude de tom ou as núvens resolvam brincar fazendo pano de fundo variável, para que o espectáculo se renove e nos prenda, mais e mais, os nossos olhos.

E mesmo depois, quando os frios do Outono comecem a apontar as próximas matanças e a lembrança dos «Malhadinhas» de antanho impõe que o sal saia do seu lar e vá, por aí acima, cumprir o seu dever gostoso, mesmo então, o salgado tem beleza e surge, saudoso do branco e do brilhante mas enfeitado no gretado das lamas secas com aspectos irrealis de criação fantástica.

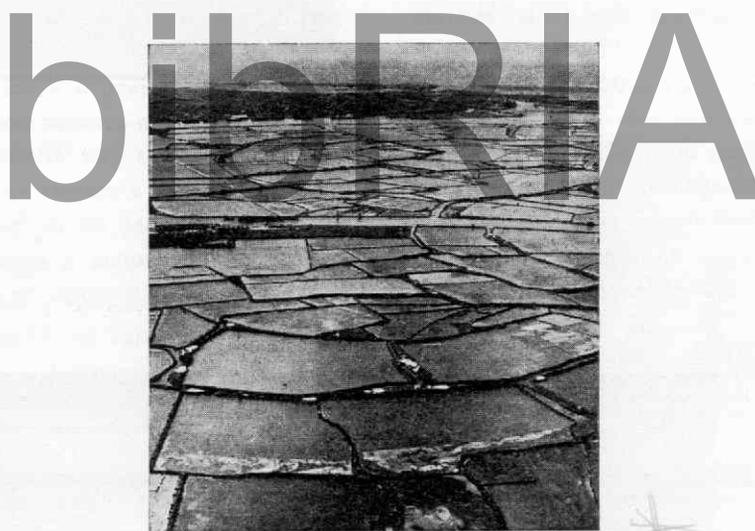
Se é certo que os prosaicos taipais da caminheta ou do vagão não fazem esquecer, antes pelo contrário, o dorso dos burricos e o choutar dos almocreves do passado em busca das Beiras amigas de para além das serras, também o é que os saleiros marcam, ainda embora raramente, na pista ventosa da Ria, a presença duplamente branca das velas e do sal. E do alto da ponte da Varela vale a pena ver, em dia de nortada, as proas altaneiras a dizer à concha das velas que sabem a rota do seu destino.

*

Mas... penso agora, não estarei eu a viver, cedo demais, a saudade de um ressuscitar de sensações? Cedo demais? Mas que tempo terei eu ainda?

É melhor aproveitar!

Junho de 1976.



*

O Vouga e o «Vale do Vouga»

Por Fernando Soares Ramos

1 — O Rio Vouga

Situa-se a sua nascente na freguesia de Quintela da Lapa, concelho de Sernancelhe, distrito de Viseu, e tem um percurso aproximado de 140 kms. até à foz, na majestosa região lagunar que é a Ria de Aveiro.

O seu curso desenvolve-se por três zonas de relevo distinto: numa primeira parte, a mais recuada, predominam os terrenos graníticos, por onde as suas águas, pouco caudalosas, se esgueiram; numa parte média, atravessando terrenos de origem precâmbria, arcaica e pliocénica, graciosamente contorna as zonas de relevo da Gralheira, Caramulo e Talhadas; finalmente, na última parte, a mais baixa, e antes de se misturar com as águas salgadas do Atlântico, são as plagas e acúmulos holocénicos (medos, aluviões e lodos). Tem portanto acentuadas características de planalto, montanha e planície. O seu percurso, dentro do concelho de Sever do Vouga, situa-se já no final da parte média do seu traçado, a caminho do mar.

Autores eruditos da mais alta confiança que nos deixaram trabalhos de inegável valor sobre toda a região do Vouga, nos domínios da geografia e arqueologia, nomeadamente Amorim Girão e Alberto Souto, ensinam que a bacia do Vouga nem sempre teve a amplitude, o vigor e o movimento dos nossos dias e que há cerca de dez séculos «o vale era mais estreito e reintrante e a foz muito mais recuada — ficava perto da confluência do Águeda e do Cértoma.» Por esse motivo toda a costa marítima acompanhava esse recuo, cobrindo os fertilíssimos terrenos jacentes da parte baixa e avançada, pelo que os núcleos populacionais de Mira, Vagos, Aveiro e Estarreja se encontravam, então, debruçados sobre o mar.

Fosse pelo volume das suas águas, fosse pela vida intensa que então se desenrolou nas terras da parte baixa da sua bacia, o que é certo é que aparece citado nos documentos mais antigos sobre a região. Quando

das suas viagens pela Lusitânia alguns escritores da época se lhe referem. Ptolomeu na sua «Geografia» chama-lhe «ouakoua»; Plínio, Vacca; Estrabão, Vacuum, aparecendo também citado no Itinerário de Antonino, no trecho da via militar romana entre Aeminium e Cale.

O grande mestre Dr. Leite de Vasconcelos no aprofundado estudo que fez sobre o nome deste Rio, diz que a palavra Vouga derivou do latim Vacua, tendo as formas intermediárias «Va-u-ca (trissilábico), Va-u-ga (trissilábico) e Váu-ga (dissilábico).» Esta última grafia é mais uma forma do latim bárbaro do que da língua viva, forma que se encontra num texto do século XIII (Leges et Consuetudines, pág. 687) e já então se pronunciava Vouga.

Afirma também o citado mestre que só a forma Va-u-ca (trissilábico) podia dar o moderno Vouga porque só assim o *c* passaria para *g*, pois se *au* fosse ditongo permaneceria *c* e então teríamos Vauca e não Vouga.

Já em 1634 a palavra Vacua foi inscrita no Dicionário Latino e Português, do padre Bento Pereira; autores mais modernos, porém, consideram-na como latim lusitano, apresentando como razão a sua introdução no vocabulário da época por povos que vieram dominar a península ibérica antes dos romanos, que mais tarde se latinizou e evoluiu para a actual forma portuguesa.

Pretendem alguns autores que o Vouga teria sido o limite mais ou menos aproximado da antiga Lusitânia. Mas o que é certo, certíssimo, segundo no-lo afirmam documentos medievais dos séculos XI e XII, é que ele era o término das Terras de Santa Maria, a divisão natural dos territórios de Entre-Douro e Mondego dos tempos da nossa primeira monarquia. Foi ainda ele que contribuiu para dar o nome ao concelho, pela junção da palavra Vouga ao vocábulo Sevéri.

Todo o seu curso se desenvolve graciosamente, em maviosos requebros, primeiro entre alcantilados penhascais de bravia e rasteira vegetação, depois no meio de virentes e férteis campos.

No inverno, as suas cheias são fenómenos frequentes e provocam inundações na parte inferior, embora de pequena duração, enquanto que no curso médio as suas águas atingem níveis consideráveis: é o vazadoiro dos córregos peçados de água que descem das serranias, engrossando terrivelmente o seu volume, e se precipita em absurda e estrepitosa correria em busca de local onde possa distender-se.

Nas longas estiagens o seu caudal é insignificante

diversas tonalidades das flores silvestres pregadas nos pendores da serra.

Cenário maravilhoso de verdura, recantos de beleza incedível aí plantados pela mão do grande Artista para pasmo do nosso olhar, embriaguez do espírito e retempero dos nervos, eis o quadro que se apresenta ao viandante que queira perscrutar a prodigalidade da mãe Natureza, que não é avara quando ali passa.

Verdadeiro repto lançado ao turismo da região do Vouga que permanece inexplorado por entidades oficiais ou particulares, na contumaz cegueira das reais possibilidades que ele oferece. O povo da nossa



O Vouga, abaixo de Pessegueiro, deslizar entre jardim...

e permite, em muitos locais, a passagem a vau entre as margens. Ouve-se, então, o murmúrio das suas águas cristalinas esgueirando-se por entre os seixos puídos semeados no seu leito e descobrem-se, aqui e ali, pequenos areais à sombra de choupos e salgueiros e lagos de água quente e remansosa.

Em cada curva do rio se vislumbram novos motivos de contemplação: constelações de pequenos e irrequietos peixes; o estridente coaxar da rã na água estagnada, longe da corrente; o constante chilrear da passarada na frondosa ramaria das árvores; o bater de asas apressado de algum melro ribeirinho, rio acima; a fuga de um ou outro réptil assustadiço que se bronzeava na pedra descarnada e escaldante, e as mais

terra, de conceitos simples mas imbuídos de sabedoria, desloca-se em catadupas à beira-rio nas tardes cálidas dos domingos de verão a gozar uns momentos de lazer à sombra acolhedora das árvores amigas, repousando das fadigas de uma semana de árduo trabalho. E enquanto se fazem piqueniques com os farnéis despeçados na areia, as crianças, sob os olhares vigilantes dos pais, tomam banho e gritam despreocupadamente.

Mas cuidado! É que o Vouga também sabe ser cruel e traiçoeiro. As fauces hiantes dos seus fundos poços podem ser, num ápice, o sorvedouro de um ser incauto, a despontar, promessa que se desfaz num momento.

A actividade comercial que o rio Vouga permitiu, décadas atrás, foi na verdade bastante apreciável. E se hoje não subsiste esse mérito, deve-se o facto exclusivamente a duas causas fundamentais: a abertura ao tráfego da EN. 16, de Aveiro a Viseu, que se iniciou em 1874, e o estabelecimento da linha férrea do Vale do Vouga, cujo troço dentro do concelho foi inaugurado em fins de 1913, e de que adiante falaremos.

Na verdade, numa altura em que o transporte rodoviário praticamente não existia, era o Vouga, navegável até próximo da povoação de Pessegueiro, que avalizava a maior soma das trocas comerciais. Por ele subiam grandes barças impelidas por movimentos sincronizados dos possantes músculos de gente rude e simples, no labor frenético da conquista do seu magro pão, até um local situado um pouco acima do Poço, que a tradição popular aponta com as designações de Marridas, Amarridas ou Esmarridas.

Lá se carregavam, com destino a Aveiro e a outros centros populacionais, madeiras, lenhas, matos, a saborosa laranja de Pessegueiro e dos lugares próximos; no regresso, traziam telha, sal e outras mercadorias. Pelos caminhos íngremes e tortuosos das serranias, parte desses produtos eram depois conduzidos para servir a região de Lafões.

Podemos assim, mesmo à distância, imaginar o quadro rico de cor e movimento, que aquele porta em miniatura, outrora situado próximo do Poço de Santiago, oferecia a quem, directa ou indirectamente, participava na azáfama febril da carga e descarga dos «mercantéis», cujo número atingia, ao que parece, as dezenas.

É por isso que as gentes dos lugares próximos do rio, nomeadamente de Sóligo, mantêm uma arreigada paixão pela pesca, herdada de muitas gerações. E o rio corresponde inteiramente aos seus desejos, dando-lhes saboroso peixe, barbos e lampreias principalmente.

A lampreia é pescada, ou fígada, como se diz em gíria popular, na época que medeia entre Fevereiro e Maio, altura das prováveis cheias. O ciclóstomo sobe o rio, aproveitando a maré para a desova. Nessa época, quem de noite viajar na EN. 16, frequentemente enxerga, rio acima, ou escondido nalgum recanto, um barquito munido de uma lanterna espalhando pálido clarão à sua volta, a lembrar duendes ou almas penadas. É o pescador que, atento e de olhar sereno, penetra avidamente a espessura da água na mira de encontrar o almejado peixe; e, se adrega lobrigá-lo, despede estocada rija e certa e é vê-lo, num ápice, contorcer-se trespassado pelas aceradas pontas da físga.

São famosos os pitéus confeccionados com a lampreia e prova cabal do que afirmamos pode colher-se no Matias do Poço, émulo dos gastrónomos da actua-

lidade. Mas a lampreia fez parte dos lautos banquetes reais. D. Dinis recebia a terça parte do peixe pescado no rio, como o atesta um documento datado de 1282, onde se lê: «Na aldeia de Sever de Pecegueiro do Vouga, tem a ordem do Spital hum casal que paga a terça do peixe que matar no Rio e as primariças (primeiras lampreias) que ha a dar a El-Rey...».

Parece contudo que o povo de então não estava muito disposto a pagar o foro ao rei, pois um outro documento referente a uma inquirição feita ao julgado de Sever, com data de 11 de Julho de 1284, informa que de um lado e do outro do rio foram feitos muitos caneiros, com o intuito certamente de impedir a passagem dos sáveis e das lampreias, e que só com uma barca e na água mais funda se poderia colher o pescado para entregar ao Rei. O povo entendia que também precisava dele...

Não quero finalizar a primeira parte deste desprezioso trabalho sem uma referência à ponte de Pessegueiro.

Foi mandada construir pelo padre dr. Manuel António Dias Santiago, natural da freguesia de Louredo, concelho de Vila da Feira. Tomou posse da freguesia em 21 de Fevereiro de 1807, vindo a falecer a 26 de Janeiro de 1827.

Quando, em 1872, a EN. 16 atingia a povoação de Pessegueiro, foi a ponte incorporada na estrada e, como era estreita, procedeu-se ao seu alargamento por meio de cachorrós que ficaram a suportar os passeios, passando para cinco metros a sua largura.

Tem um comprimento de 64 metros e é constituída por três arcos em cantaria de granito, medindo o arco central 17,80 m. de vão e os arcos laterais, de volta inteira, um de 9,80 m. e outro 7,80 m. de vão. A sua altura a partir do ensoleiramento dos pilares é de 13 metros.

O local da sua implantação era alcantilado e a passagem entre as duas margens fazia-se através de barcos. Barca e Barquinha, lugares debruçados sobre o rio, são topónimos que confirmam aquele meio de transporte. As cheias causadas por prolongados invernos dificultavam o transbordo e não raro acontecia ficarem cadáveres insepultos, na banda de lá, ou seja, em Paradela, que não era freguesia independente ainda, ou ficarem por satisfazer os pedidos de auxílio reclamados ao pároco. Para obviar a esse inconveniente, concebeu o padre dr. Santiago o plano de construção da ponte, destinando a quantia de 8 000 cruzados para suprir as barcas e obtendo dos agricultores o transporte gratuito das pedreiras de Talhadas.

A um século e meio de distância e por apresentar algumas fendas, a ponte de Pessegueiro foi devidamente reparada em 1973 e 1974, para garantir a segurança do trânsito rodoviário.

Outros melhoramentos foram feitos durante os 20 anos de apostolado na freguesia e para os quais contribuiu. Bastaria, porém, somente este para o impor indelevelmente a uma dívida de eterna gratidão.

2 — «O Vale do Vouga»

Numa implantação mais ou menos paralela ao Rio Vouga estende-se a linha de caminho de ferro denominada Vale do Vouga, no seu último troço entre Sernada e Viseu. O cenário idílico continua a ser o mesmo, prenhe de verdura e de encanto, de uma beleza sem par.

Terreno muito acidentado, com acentuados desníveis, foi debaixo de enormes dificuldades que os trabalhos se iniciaram e prosseguiram, obrigando ao estabelecimento de uma emaranhada teia de curvas. Tantas são que, por ironia, houve quem passasse a denominar a via férrea por «linha do vale das voltas».

De via reduzida e dotada de máquinas a vapor com as anacrónicas e obsoletas carruagens das primeiras horas, constituía, contudo, um espectáculo aliciante seguir a composição encosta acima, sem pressas, arrastando vagarosa e gemebunda o seu corpo comprido a denunciar cansaço da viagem, e deixando atrás de si uma espessa e negra cortina de fumo carregada de carvão. O comboio, de silvo estridente a ressoar pelas quebradas, era sem dúvida um elemento decorativo da paisagem.

Chamaram-lhe também, e com razão, o comboio incendiário. Na verdade, o verão de todos os anos era assinalado por incêndios, aqui e além, alguns de enormes proporções, provocados por faúlhas incandescentes cuspidas com força da sua enorme barriga de fogo. O último, célebre nos anais da região, e que motivou a paragem temporária da circulação ferroviária, ocorreu entre 19 e 20 de Agosto de 1972 e causou prejuízos incalculáveis no arvoredo das matas, que devorou numa área de muitos quilómetros. Foi o fim do velho e ronco comboio, digno de figurar em museu de arte adequado.

O povo exigiu-o e a circulação de passageiros e mercadorias passou então a fazer-se, através de camionagem, a partir de 26 de Agosto de 1972, tocando em todas as estações e apeadeiros.

A substituição do transporte, porém, não trouxe vantagens à população pela morosidade que denunciava e cedo choeram junto das autoridades responsáveis pedidos para o restabelecimento da circulação ferroviária com a utilização dos modernos transportes munidos de máquinas diesel.

Fizeram-se estudos para substituição do material circulante; mas perante os resultados obtidos e a soma do investimento, as entidades entenderam por bem

recomeçar o transporte de passageiros a partir de 1 de Junho de 1975 com algumas automotoras a gasóleo, continuando o transporte das mercadorias através de camionagem. Ficou satisfeito, em parte, o desejo formulado pelo povo.

Historiemos agora, em breves palavras, a consecução do projecto do Vale do Vouga.

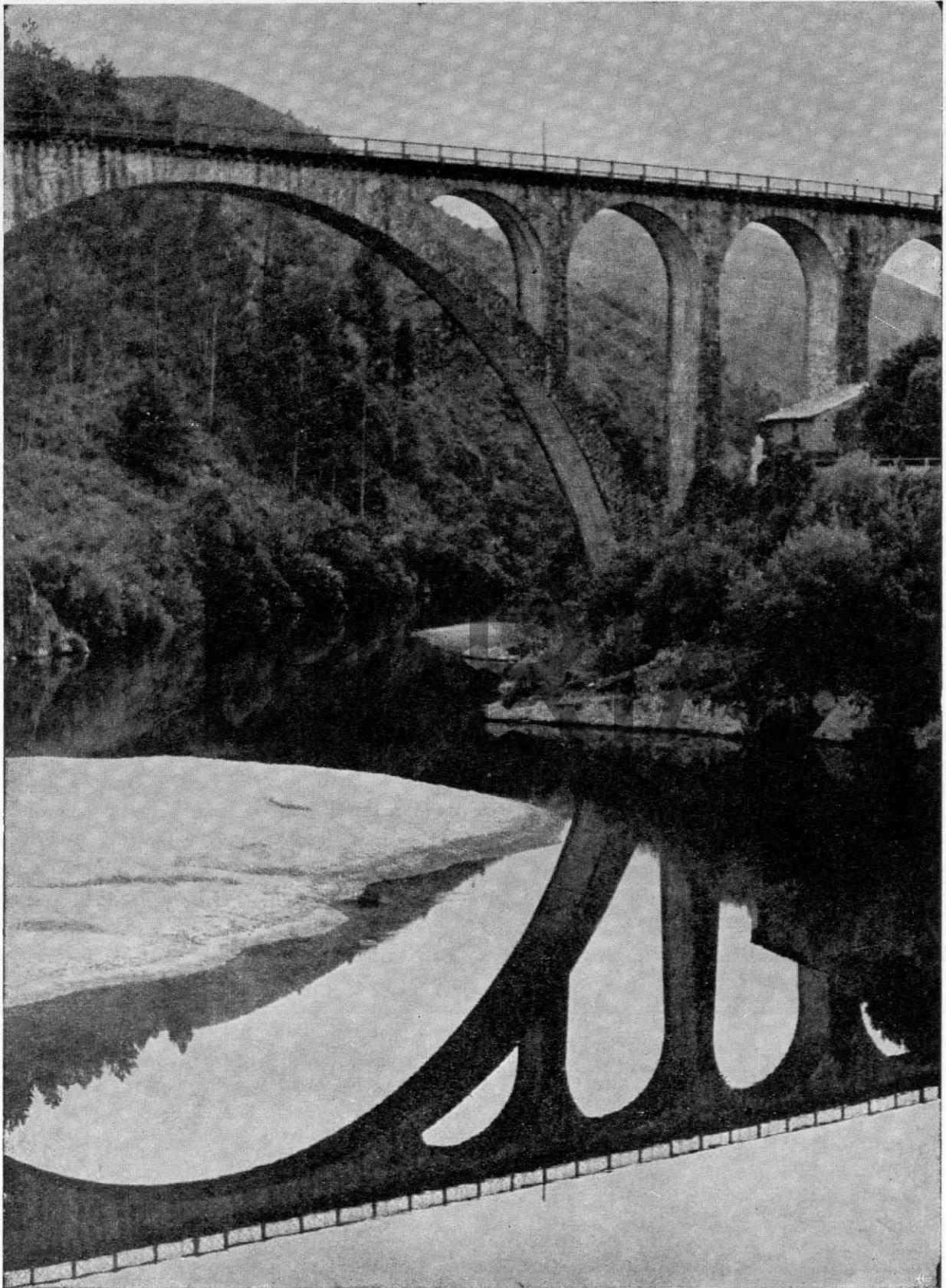
Logo que lançada a linha da Beira Alta, outro estudo passou a estar na ordem do dia para servir toda a região do Vouga e possibilitar o comércio com as Beiras. Desse estudo foi encarregado o engenheiro Mendes Guerreiro, que preconizava a construção de uma linha que partisse de Estarreja e fosse entroncar na de Santa Comba Dão a Viseu, por alturas de Torre Deita. Foi esse estudo incluído no Plano de 1877 com a classificação de Linha do Vale do Vouga desde Estarreja, Albergaria-a-Velha, Vouzela e S. Pedro do Sul, ficando por classificar o restante percurso, objecto de novos estudos. Posteriormente, em 7 de Fevereiro de 1879, de novo foi incluída em Plano, mas partindo de Aveiro para Estarreja, passando por Sever do Vouga, Oliveira de Frades, Vouzela e S. Pedro do Sul, na extensão de 60 kms.

Estavam em franca actividade as minas de chumbo do Braçal, Malhada e Coval da Mó, e as minas de cobre do Palhal e Telhadela. Além de que o prolongamento da linha até Viseu encurtaria distâncias entre esta cidade e o Porto. Eram razões fortes para fundamentar a proposta da inclusão do estudo em Plano.

A primeira concessão foi dada por alvará de 11 de Julho de 1889 a Frederico Pereira Palha para a sua construção e exploração, por um prazo de 99 anos, mas que ficou logo condenada ao malogro, uma vez que a sua directriz foi estabelecida a partir de Espinho até Vouzela e daqui a Torre Deita.

Em 1895 novos estudos foram apresentados, baseados no critério de 1879, cujo custo ascendia a 2 500 contos. Para diminuir o percurso entre Porto e Viseu a linha partia de Espinho, fazendo-se um ramal de Sever do Vouga a Aveiro. Vários foram os incidentes surgidos depois, que determinaram a supressão do referido ramal (e foi pena porque isso teria proporcionado desde logo um mais rápido incremento comercial e industrial da sede do concelho) até que em 30 de Outubro de 1903 foi o projecto aprovado definitivamente de acordo com o actual traçado, sem contudo aparecer quem pusesse em marcha o empreendimento, uma vez que o Governo não oferecia garantias.

Em 1906 constituiu-se a Compagnie Française pour la Construction de Chemins de Fer à l'Étranger, com sede em Paris, e por decreto de 17 de Março do mesmo ano faz-se a transferência da concessão de Francisco Pereira Palha para a referida Companhia. Em 5 de Fevereiro do ano seguinte é feito o contrato definitivo



Paisagem da região do Vouga, emoldurada pela bela obra arquitectónica que é a Ponte do Caminho de Ferro no Poço de S. Tiago, em Pessequeiro do Vouga.

do empreendimento entre ela e o Estado, e a obra contratado com o engenheiro francês François Mercier que lhe dá início ainda no final desse mesmo ano.

Em 21 de Dezembro de 1908 abriu-se à exploração o troço entre Espinho e Oliveira de Azeméis, com 33 kms., inaugurado em 23 de Novembro com a presença do rei D. Manuel II; a 1 de Abril do ano seguinte o de UI a Albergaria-a-Velha; a 8 de Setembro de 1911 os de Albergaria-a-Velha a Sernada e daqui a Aveiro.

Faltava concluir o prolongamento até Viseu. Como o terreno era muito acidentado a ligação foi morosa, com acabamentos mais rápidos onde as soluções o permitiam de imediato, enquanto que pequenos troços eram abertos à exploração. Assim, a 5 de Maio de 1913 iniciou-se o tráfego da Sernada à Foz do Rio Mau, ao km 4; do km 4 ao km 18, até Ribeiradio, passando por Pessegueiro, Paradela e Cedrim, e Bodiosa e Viseu, respectivamente a 4 e 5 de Setembro de 1913; em 30 de Novembro do mesmo ano o de Arcozelo das Maías a Vouzela e, finalmente, em 5 de Fevereiro de 1914 o das Termas de S. Pedro do Sul a Mo-

çâmedes. Estava terminada a grande odisséia desta via férrea.

Por outro lado a Companhia Francesa transformou-se numa companhia nacional e em 1 de Abril de 1924 os estatutos da nova empresa são publicados, a qual passou a denominar-se Companhia Portuguesa para a Construção e Exploração de Caminhos de Ferro.

Ao km 70,080, no Poço de Santiago, houve necessidade de construir uma ponte em alvenaria que é uma imponente obra de arte. Tem um comprimento de 165 metros e uma altura de 28,5 m. e ficou concluída em 1913. É obra do engenheiro francês François Mercier, sob projecto do engenheiro Sejourné da mesma nacionalidade.

Está assente sobre 12 arcos, sendo o maior de forma parabólica e vencendo a largura do rio, com um comprimento de base de 53 m. e 27 de altura. Dos restantes 11 arcos, 2 estão totalmente assentes sobre o principal e outros dois, um de cada lado, também com uma das bases comum assente no central.

Sever do Vouga, 31 de Maio de 1976.

bibRIA

Concelho de Aveiro — Nótulas de Etnografia e Folclore

Por J. Vieira

Vizinho do mar, liso como a palma da mão, entretecido de linhas de água doce e salgada, o concelho de Aveiro, onde as mais diversificadas faixas se processam, tinha de ser, como de facto é — é ainda —, embora o não pareça aos olhos menos avisados, incomensuravelmente rico do prisma etnográfico e folclórico. Com a particularidade, nada comum, de semelhante riqueza, longe de apresentar carácter uniforme, diferir de região para região. Completamente distintas, em seus usos e costumes, são na verdade a Beira-Mar aveirense, a faixa ribeirinha do Vouga, as zonas agrícolas do interior e a própria nesga de areia de S. Jacinto, de incontroversas raízes murtoseiras.

Os específicos trabalhos, adaptados ao meio geográfico ou por ele impostos, acham-se necessariamente na base da apontada diferenciação, assaz profunda por vezes. As salinas, as marinhas de junco, as pescas lagunar, do alto e à boca da barra, as vetustas indústrias, tantas delas exercidas em moldes artesanais, a par dos modernos estabelecimentos fabris, certos e contrastantes pormenores entre o labor agrícola nos campos que marginam o Vouga e nas terras mais «velhas» dos aros de Aveiro, criaram todo um pequeno mundo de exigências, que se reflectem no vestuário, na alimentação, nas ferramentas e aprestos, na linguagem, na maneira de viver, em suma, das populações.

Um camponês da Oliveirinha, por exemplo, ignora numerosos vocábulos correntios na Beira-Mar, como um marnoto desconhece histórias tradicionais consabidas na Oliveirinha. A labuta pela negra côdea não deixa de ser idêntica. Simplesmente, o modo — ou a técnica — de a agenciar é que é totalmente diverso. Onde florescem os pampilhos e as papoilas não medram as tramagueiras...

Com o dobar dos anos e ao influxo do progresso, a vida do povo foi ganhando outra feição. Para melhor, felizmente. «No meu tempo é que era!», escuta-se a par e passo, numa louvação. Nada mais enganador. Se a gente que trabalha ainda hoje vive mal, outrora apenas vegetava. Moirejando como escrava de sol a sol, alimentava-se pobremente, carecia de comezinhos agasalhos, restava-lhe morrer quando a doença batia à porta, mais bastos que as suas alegrias seriam os tão raros trevos de quatro folhas...

Com as vivificantes aragens, muita coisa, alguma sem dívida tocada de maravilhosa poesia, de supremo encanto perfumada, quase levou sumiço. Serão horas, portanto, de rastrear o que ainda subsiste, de desencantar o que possa fazer esquecido, a modos de inúteis maravilhas, na arca do peito dos mais velhos.

Do que foi salvo e compendiado, ao longo dos tempos, por uma plêiada de beneméritos da Cultura, deveras lucraram, têm lucrado, sociólogos e artistas. Páginas onde não flua o povo ou aquilo que respeita ao povo são laudas ao mar — nem um brilhante estilo lhes dará perenidade.

Trindade Coelho, num volume, «O Senhor Sete», apresentado e anotado por Augusto da Costa Dias, escreveu em dado passo: «Tudo o que vem do povo interessa. O povo é o passado. O povo há-de ser também o futuro. Tudo o que vem do povo interessa: costumes, crenças, superstições, poesia, música — e até a sua própria culinária».

Dando o nosso apagado amém aos dizeres, redigidos no ocaso do século XIX, pelo escritor transmontano, apresentamos seguidamente uma gabelazinha de singelas nótulas. Respeitantes ao concelho de Aveiro e, implicitamente, de índole etnográfica e folclórica.

AS ESTEIRINHAS

A Senhora da Conceição abre os armários — rezava velho provérbio aludindo ao ciclo festivo a decorrer até princípios de Janeiro. Tempo das esteirinhas, como se dizia em Aveiro, designadamente na Beira-Mar, ou seja, das festas de confraternização da família, que, uma vez ou outra, incluíam também parentes e aderentes. Caso, por exemplo, de alguém da casa «reber o Ramo»...

As **esteirinhas** eram cinco e o povo enumerava-as assim:

- 1.^a Esteirinha — Véspera da Senhora da Conceição.
- 2.^a Esteirinha — Véspera de Natal.
- 3.^a Esteirinha — Véspera do Ano-Bom.
- 4.^a Esteirinha — Véspera dos Reis.
- 5.^a Esteirinha — Véspera de São Gonçálio.



Entrega dos Ramos, uma velha tradição aveirense.

Mas, esteirinhas porquê? Talvez — e não encontramos razão mais plausível — por a família comer sempre na cozinha, sentada invariavelmente numa esteira onde, ao centro, sobre uma toalha ou um pano muito limpo, fumegava a comida. Esteira e, daí, **esteirinha**, o diminutivo a sugerir refeição melhorada, própria, como o povo diz ainda hoje, dos dias diferenciados.

ENCAMISADAS

Pela festa de «São Bartolameu», em Sarrazola — que se realiza em Agosto e é o drago (orago) da localidade —, efectuavam-se, outrora, movimentadíssimas e pinturescas **encamisadas**.

De noite, com grande alarido, negros barretes de lã na cabeça e faixas escarlates na cinta, homens e

rapazes já espigados, montando toda a sorte de cavalgaduras — éguas, cavalos, machos, jumentos —, partiam em tropel, seguidos de numerosa peonagem, a transpor, de qualquer modo, as fogueiras que se fizessem por ali ou nos lugares próximos.

Já de sobreaviso, os promotores das fogueiras buscavam que elas fossem tanto quanto possível intransponíveis...

Motivo de enorme e duradouro gáudio para a **encamisada** ou para quem fazia as fogueiras era, respectivamente, a facilidade ou a dificuldade que o obstáculo oferecera...

De anos a anos, a **encamisada** levava grades de lavoura, puxadas por muares, a fim de, lançando os animais pelos pontos onde as labaredas se mostrassem menos alterosas, as grades destruíssem as fogueiras, apagando-as depressa.

Por ocasião da festa do Espírito Santo, em Cacia, também se organizavam **encamisadas**.

A SENHORA DAS AREIAS

A Senhora das Areias,
ai dim, ai dim, ai dão,
Tem um dedinho cortado,
ai charlequiti, ai charlequitão,
Que lhe cortaram os moiros,
Que lhe cortaram os moiros,
Mariquinhas logo disse,
Mariquinhas logo disse,
De cima do seu telhado!

(S. Jacinto)



A Senhora das Areias, em S. Jacinto, «deita fitas a voar...»

A CASA DA BEIRA-MAR NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO

De um só piso, beiral corrido, uma porta com soleira alta de pedra e uma janela de guilhotina, eis a casa típica da Beira-Mar. Designadamente do bairro piscatório e salineiro, onde tais moradias, lambuzadas de cal, sucedendo-se, sem intermitências, umas às outras, constituíam inteiras e características ruas.

Se, exteriormente, a arquitectura era simples, simples era também a do interior. À frente, a toda a largura, o aposento nobre, a sala, para a qual dava uma alcova. Ao fundo, porta e janela rasgadas para exíguo logradouro ou quintalzinho, a cozinha, centro de toda a vida familiar, pois nela se comia e recebiam as visitas. No corredor, que, invariavelmente fronteiro à janela e não à porta da rua, por mor das correntes de ar, ligava a sala com a cozinha, uma ou duas alcovas mais. Mas, por vezes, a casa tinha sótão — amplo, sobretudo para armazenagem das redes, ou dividido em quartos de dormir, destinados aos filhos-família — para a qual se subia, da cozinha, por modesta escadita. Quando não por uma escada móvel, de trolha. Como o espaço escasseava, forçoso era economizá-lo...

No pequeno logradouro, onde se situava a casinha ou sentina, arrumavam-se, sob um telheiro, as velas, os remos e demais alfaias do barco. Não raro, ao longo do corredor da casa, em suprtes altos, cravados na parede mestra, ou no próprio sótão, é que se arrecadavam alguns dos aprestos. As velas, especialmente, que, no inverno, não convinha de forma alguma «deixar ao tempo».

O tecto era de madeira e o pavimento de terra negra batida e coberto de junco, que se renovava todas as semanas, por via de regra ao sábado.

Ingénuo luxo ou vaidade consistia, entretanto, em se espalhar areia do mar e fazer a juncada «ralinha» para que a brancura da areia luzisse — aos olhos indiscretos da vizinhança ou das poucas visitas da casa...

BILHARACOS

Fritos de massa de abóbora menina, farinha de trigo, ovos, açúcar e manteiga.

Cose-se a polpa da abóbora, previamente cortada aos pedaços, e põe-se a escorrer, de um dia para o outro, numa saca ou num pano. Bem escorrida portanto, amassa-se com ovos, um tudo-nada de farinha, açúcar e manteiga. Em forma de bolos, frita-se em azeite ou óleo, numa sertã. Já na travessa, os bilharacos polvilham-se com açúcar e canela. Entretanto, há quem prefira cobri-los, o que é menos vulgar, com uma calda de açúcar em ponto.

A quantidade dos ovos, do açúcar, da manteiga e até da farinha depende do critério — ou das posses — de quem faz os bilharacos (!), doce caseiro generalizado na quadra do Natal.

AS SESTAS

A Senhora da Alegria traz a sesta e o S. Paio leva a sesta — recordam a seu tempo os poucos lavradores e trabalhadores que, em Aveiro, ainda fabricam as terras. Por sua vez, os operários da cidade e arredores diziam, outrora, ir buscar as sestas à romaria da Senhora do Álamo ou do «Almo». Uma outra sentença lembra, igualmente: Senhora da Piedade, primeiro dia de sesta.

Na Oliveirinha, já a regra é mais completa e quiçá mais curiosa. Reza desta maneira: As sestas e as merendas começam na segunda-feira de Pascoela. Mas vem o S. Paio e rouba (sic) as sestas, as merendas e dez tostões.

Efectivamente, como os dias são mais pequenos, toca de os trabalhadores ganharem menos. Outrora, os tais dez tostões.

Uma data que, no concelho de Aveiro, recorda também o início das sestas respeita à pequena romaria da Senhora da Conceição, na segunda-feira de Pascoela, em **Modeiro** (Mamodeiro), onde se comem muitos folares. Aflui povo das redondezas e, como incentivo para a ida à festa, vá de relembrar: — Vamos a Mamodeiro buscar a sesta!

A propósito, refira-se que a Senhora da Piedade se venera na Quinta do Gato e que da Senhora da Alegria existe em Aveiro, no velho Bairro de Sá, uma

capela do século XVI—ou talvez XV—pertencente outrora a irmandade de mareantes e pescadores.

Quanto ao S. Paio, entronizado na Torreira, torna-se desnecessário falar. A romaria é famosa muitas léguas em redondo.

FORNOS DA POIA

Nos fins do primeiro quartel deste século, se não da terceira década, existiam ainda em Aveiro três «fornos da poia» — o da Maria do Forno e o da Rosa Lavada, contíguos, ambos na rua do Vento, e o do «Polino», no Alboi.

As donas de casa — daquelas casas em que, quando muito, só se comia pão-trigo de manhã, ao almoço —, depois de amassarem e levdarem a massa com fermento caseiro, deixado de uma vez para a outra numa malga, iam coser a broa ao «forno da poia». Tantas broas quantas supunham necessárias para o governo da casa durante a semana. Assim, cosiam um alqueire, meio alqueire, uma quarta ou tão somente um «çurmil» (selamim).

Com as broas era também cosida uma bola, à boca do forno, que iam buscar, à noitinha, para a ceia. A fim de não arrefecer até casa, pois devia ser comida ainda quente, por mais gostosa, embrulhavam-na cuidadosamente numa toalha e outros panos. As broas, mais altas do que a bola, ficavam no forno, para coserem melhor, até à manhã do dia seguinte.

No intuito de se evitarem trocas, ou enganos — só o forno da Rosa Lavada tinha capacidade para quinze alqueires —, as freguesas usavam marcas diferentes,

como conchas, carolos, seixos miúdos, carimbos recortados em folha de flandres, rolos de papel de várias qualidades...

Quem, por qualquer razão, tinha de antecipar o dia de coser, ia, de manhãzinha, «pedir ordens», quer dizer, espaço no forno: — Ordem! — gritava da porta. — Quanto? — queria saber a forneira. — Meio alqueire!

Quando não havia «Ordem», algumas freguesas chegavam a atribuir-se mutuamente as culpas e punham o «creto» ao sol uma das outras. Isto é, descompunham-se. Com reflexos nas vendas ou tabernas, dado que os maridos também comentavam a seu modo a «falta de ordens»...

AS ANDORINHAS E AS GRALHAS

As gralhas e as andorinhas encontram-se no caminho. Quando umas chegam, as outras já partiram.

Os lavradores não poupam as primeiras, atirando-lhes cada «fogacho» que fica o chão estrumado delas, mas respeitam as segundas. De modo que as gralhas regressam dizimadas e mais numerosas partem as andorinhas.

Quando se cruzam no caminho, estas perguntam, irónicas:

— Que vos aconteceu, minhas loucas, que éreis tantas e vindes tão poucas?!

Ao que as gralhas, não menos ironicamente, logo contrapõem:

— Que fizestes, minhas p..., que éreis tão poucas e vindes muitas?!

(Conto trad. — Oliveirinha)



Corrida de bateiras no Canal de S. Roque.

REMAR À JOJA POR MOR DAS BRUXAS

O ti Pedro, de noite, foi à chinha. Chegou à praia, desembarcou, e veio por ali fora. A certa altura, topou uns patos. Foi direito a eles e agarrou dois.

—Patos! Mas que ricos patos!

Regressou a casa e disse:

—Maria, topei agora dois patos na praia.

—O home, olha que pode ser alguma bruxa.

—**Quais** bruxa, **quais** diabo! Vão mas é já prá caixa.

E meteu-os na caixa da cozinha, pumba! pra dentro.

Foi deitar-se com a mulher, mas ainda não tinha pregado olho quando os patos começaram:

—Ti Pedro! Abra-nos a caixa, ti Pedro.

E a mulher, que também ouviu, principiou a dizer baixinho:

—Eu não te dizia que eram bruxas?!

O ti Pedro levantou-se, foi à caixa, mas, quando lá chegou, quero que é deles. **Qual** patos, qual diabo!

—Já cá não estão, Maria!

—**Caredo!** Sempre eu tinha razão, **caredo**, santo nome de **Jasus!**

O ti Pedro, quando, depois, ia à praia, só remava à joja, com os remos cruzados, e deixava-os também da mesma maneira, isto é, em forma de cruz.

Nunca mais lhe assucedeu nada.

(Conto trad. — Beira-Mar)

SABEDORIA DAS NAÇÕES

Encomendas sem dinheiro ficam no cais de Aveiro.

—

O peixe nunca puxou à carroça.

—

Peixe morto, pescador vivo.

—

Quem muito aperta a enguia, ela lhe foge da mão.

—

A cebola é a galinha dos pobres.

—

Barco afundado, embarcação nova.

—

Até ao S. João, gabão; do S. João em **diente**, gabão sempre.

—

No Santo António é devida uma chuvada. No S. João, também. O S. Pedro manda a última cabaçada.

—

Feijão segura o calção.

—

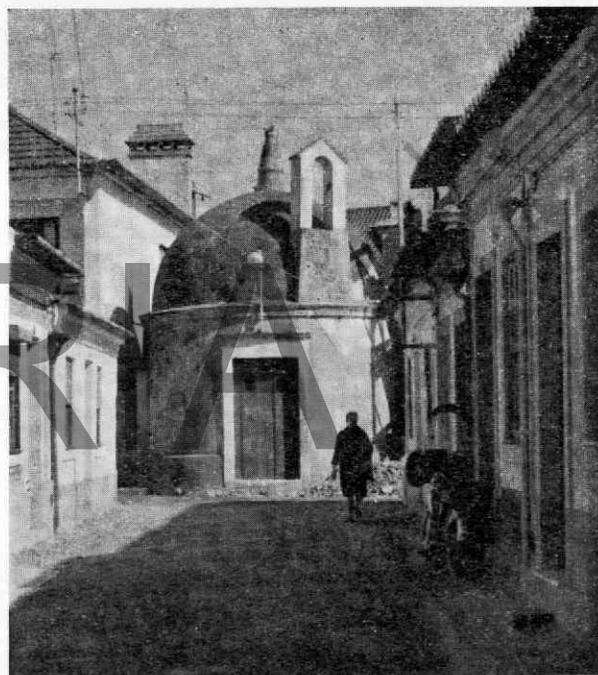
Portugal é um ovo, a Espanha uma peneira e a França uma eira.

SÃO BARTOLOMEU E O SEU MOÇO

No dia de «São Bertolameu» anda o diabo à solta — consta da chamada sabedoria popular. Sucedem muitos desastres e não se deve fazer qualquer trabalho a eles mais atreito.

Não obstante o atávico temor popular, recorre-se ao santo para resolver situações delicadas.

Em Sarrazola, de que é padroeiro, figura com o **Dialho** preso por uma corrente. À cautela, o povo, nas suas promessas, costuma englobar um e outro. Assim, ao entregarem qualquer óbolo, destinam, por exemplo, dez mil réis ao santo e vinte e cinco tostões ao «moço» — nome que dão ao inseparável companheiro de São Bartolomeu...



A capela de São Bertolameu, na Beira-Mar

Ainda em Sarrazola, algumas casadas, quando desconfiam que o «seu home» anda metido com outra mulher, vão, ao dar da meia noite, bater à porta da capela. Pedindo ao santo que lhes deite o marido abaixo da cama da amiga...

Por seu turno, em Aveiro, quando alguém se acha roubado ou perdeu um objecto e não lho entregam, vai igualmente bater à porta da capelinha de São Bartolomeu, na Beira-Mar, e diz três vezes:

«São Bertolameu»
desprende o teu moço,
que faça guerra
àquilo que é meu.



Pescadores fazendo a caldeirada. Foto de há meio século, que podia ser repetida hoje.
Os pobres da laguna continuam pobres...

Tais palavras devem ser proferidas ao bater da meia-noite e repetem-se, pela semana adiante, até que o objecto apareça. Ao mesmo tempo, é de obrigação deitar por baixo da porta a mais insignificante moeda que então correr. Em tempos, cinco réis. Agora, e obviamente, um tostão...

O REBOLÃO

Ao dar da meia-noite, na véspera de São João, muitas pessoas, de todas as idades e de ambos os sexos, iam rebolar-se no declive da pequenina eminência onde assenta, junto do típico canal de S. Roque, a capela da Senhora das Febres.

Em trajos menores, estendiam-se ao comprido com

a soleira da porta do modesto templo beira-marense e, depois de proferirem, três vezes, «Em louvor de São João, pra me tirar a rapeira, sim ou não», desatavam a rebolar até ao largo fronteiro. Protestavam ficar curadas e mesmo preservadas da «rapeira» e de todas as doenças da pele...

A assistir, discretamente, que é como quem diz, «à descorçoça», não faltavam mirões.

Tal usança perdurou até fins da primeira metade do século em curso — mais coisa menos coisa...

(1) — Em Aveiro diz-se bilharacos e não, como consta dos dicionários, belharacos. De resto, os etimologistas ainda não chegaram a acordo sobre a origem da palavra. Consequentemente, da sua «arquitectura» definitiva.

HOMEM CRISTO

Por Fernando Moniz Lopes

Em 14 de Junho de 1969, decorreu no Cemitério Central a trasladação, para jazigo próprio, dos restos mortais do grande jornalista Homem Cristo.

Junto da urna, e entre outros oradores, usou da palavra, com carácter de representatividade, um jovem democrata — Fernando Moniz Lopes.

Proferido mas, por óbvias razões, não publicado na altura, o texto de Moniz Lopes, onde se dá um perfil do notabilíssimo aveirense, aparece hoje, finalmente, e como que numa evocação, em letra de forma.

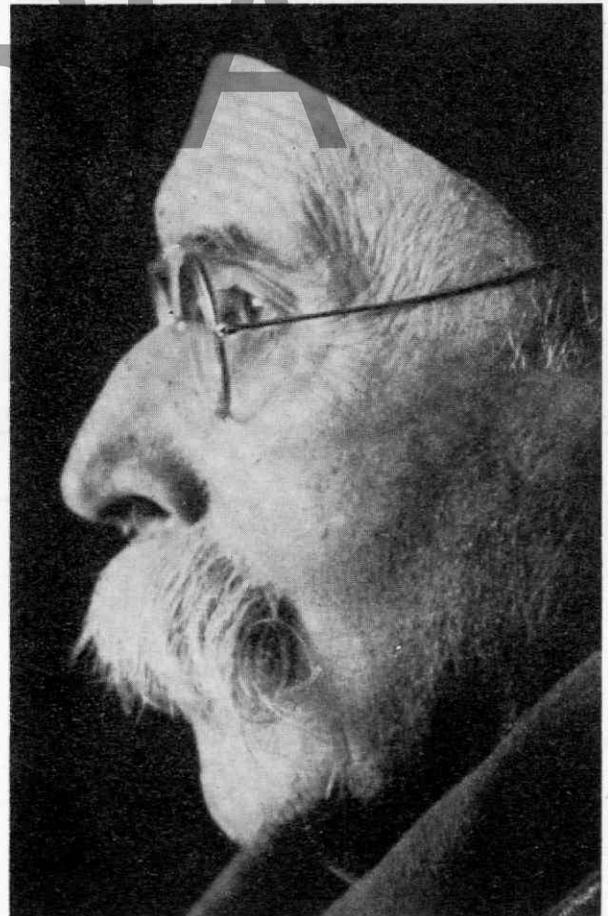
Cumpria-nos, no tempo em que as romagens de saudade vão já sendo ultrapassadas pela própria velocidade dos acontecimentos da História, homenagear a grande figura de polemista, pedagogo e sobretudo grande panfletário político que foi Homem Cristo.

E homenagem não tem como justificação apenas o acto de presença. É necessário que a continuidade da nossa acção lhe seja adicionada como diferença específica, que na polarização dialéctica do real dinâmico, tem como implicação objectiva o alertar e o lento subir das consciências na sua faina de apreensão do mundo, integrada no vasto programa social que é a preocupação dominante do homem, que se mede verdadeiro, ante a sua própria situação concreta.

É Homem Cristo o exemplo bem marcado do homem que sempre agiu na sua vida de ardente lutador, sabendo medir-se na estatura mais alta dos que compreendem e sabem integrar a folha dos seus actos no «dossier» da História.

Nunca a sua pena colaborou na ilusão traiçoeira, mascarada dos objectivos fáceis; antes, aguçada, penetrou como bisturi do pensador e homem de acção, nas vísceras do grupo social, onde, para além da ilusão macia da pele das traições, soube dissecar e apreender bem a geografia do tecido humano, o aspecto morfológico que perpetua a transformação contínua que nos rege.

Foi Homem Cristo uma das raras personalidades que, com firmeza e justiça, interveio sempre nos acon-



HOMEM CRISTO

tecimentos mais relevantes do seu tempo; dos que estruturam na acção e desencadeiam a força da LIBERDADE que consome e esgota o ser, arrostando de frente com todos os ataques; que não se isolou, lamentando-se vítima. Antes aparou e desferiu os golpes na primeira linha de combate. Se algumas vezes a sua pena se entregou ao exagero, não foi levado pela ilusão poética, mas arrastado inteiro pela sua própria força.

E, na medida em que lutava, sempre se esforçou por aprender tanto com os erros como com as vitórias. Assim, na ânsia de tudo abranger na sua rede de justiça, atacou pela base tanto reaccionários, como desmascarou os erros dos membros do próprio Directório Republicano.

Ele pensava que só se pode ser homem quando se age; e só pode agir com coerência aquele que supera a nível de estrutura, as lacunas onde decanta o conformismo das visões cegas do futuro. É que o presente e o futuro se definem como função simétrica. Nem nunca se negou a interpretar o facto político separado do dever cívico e da cultura. Nele a teoria é coincidente com o plano da prática.

Assim defendeu a instrução, foi professor de História da Faculdade de Letras do Porto, lançou a campanha contra o analfabetismo e ensinou as primeiras letras aos recrutas, defendendo que o homem ignorante não pode servir a sua Pátria, devendo antes defender-se o próprio homem. E o homem defende-se pela cultura mais que pela força das armas. O homem que luta deve comunicar com os outros homens, se não quiser ser vítima da própria luta que desencadeia. Deve ascender progressivamente a um plano de consciência, que lhe dite as razões verdadeiras da comunidade e não as de um número reduzido e artificialmente iluminado.

Homem Cristo foi homem no sentido inteiro do termo. No «Povo de Aveiro», o jornal semanário em

que escrevia, focou problemas, desde as obras da barra, atacando o Governo pelo abandono votado aos projectos de interesse comum e atacou a censura até à morte. Esta cerrava as mandíbulas incitando ao cerrar das consciências. Para um homem da sua tempera, que não fugia ao diálogo, nem temia a crítica, este ferrete de intervenção alheio à vontade consciente significava a morte. Um dia tombou o galho da árvore da frente da sua casa. E ele disse que tinha caído o galho onde tinha pensado enforcar o censor cá da terra. O grande e violento lutador aproximava-se do fim. Não se enganara. Mas prometia ainda voltar. E com essa firme decisão cancelou a publicação do jornal que durante tantos anos lhe servira de trampolim na luta — em 29-Junho-1941. Homem Cristo já não tinha espaço no mundo da Imprensa; este tornara-se demasiado estreito para lutadores da sua garra. Não era possível já o «Povo de Aveiro». O grande jornal de panfleto fora finalmente substituído pelo nível escasso de uma Imprensa de injúria irresponsável. Homem Cristo morreu. Mas só homenageamos Homem Cristo porque ele não se perdeu nas linhas do passado. A homenagem tem um sentido presente e uma perspectiva de futuro. Pressupõe projecção. É necessário que nós os jovens continuemos Homem Cristo, inserindo-nos nos problemas do nosso tempo como ele o fez, realizando a concretização do ideal democrático que foi o seu. Que saibamos como ele soube que o homem só vive quando se reganha, inscrevendo como sua a verdade que visa o bem comum, superando o egoísmo e a ignorância que impede o próprio destino de caminhar no seu rumo de futuro. Saibamos distinguir na balança da História os erros cometidos, as infracções do jogo, o desequilibrar aquela no sentido da justiça, da liberdade humana, que tem correspondência no direito e na força da deliberação consciente, valores fundamentais pelos quais ele sempre lutou.

CALDEIRADA...

VERSOS DE VIDAL OUDINOT

Nas enciclopédias, onde figura quase toda a gente, o nome de Vidal Oudinot não se encontra catalogado. E, todavia, respeita a um poeta deveras estimável, a um pedagogo altamente abalizado, a um jornalista corajoso e lúcido.

Na qualidade de pedagogo, escreveu diversas obras destinadas às crianças, inclusivamente uma peça teatral, e, já quando inspector do ensino primário, organizou numerosas festas escolares, sem excluir as da «Árvore».

Como jornalista, dirigiu a revista «Os Novos» e também «O Velocipedista», sendo esta publicação a primeira, de índole desportiva, editada em Portugal.

Finalmente, foi o autor dos volumes de versos «Melancolias», «Silvestres», «Musa aldeã», «Pelos campos», «Natureza» e «Três sóis». Integrado na chamada corrente naturalista, muitos dos seus poemas, isentos de considerações metafísicas, são outros tantos quadros onde estua a vida ao ar livre.

Após ter feito o competente exame, e antes de enveredar pela carreira do professorado, exerceu farmácia em Aveiro e a Ria servir-lhe-ia de tema para algumas páginas.

Vidal Oudinot nasceu em Arouca, da qual é, portanto, inesquecível filho, a 9 de Março de 1869, vindo a falecer no Porto sessenta e três anos depois. Preci-sando melhor, em 29 de Julho de 1932.



VIDAL OUDINOT

CALDEIRADA...

... ..

«—Disseram-me e eu creio ser verdade
Que tens um jeito para a caldeirada
Como ninguém e, como novidade,
Quero provar esse manjar de fada...»

«Ria-se, ria. Há-de lamber-lhe os dedos,
Há-de chorar por mais e não rirá...
«—Mas dize lá: como se faz...»
«Segredos!...
Muitos segredos qu'isso tem, verá...»

«Vamos. No rio há pouco vento agora.
Eu levo o meu rapaz, e no **moliço**
Bota-se a rede e é só puxar p'ra fora
Qu'ê pescaria que já dá p'ra isso.

*

«Chegamos. Eh! rapaz de mil diabos
Tu lança a rede. Eu desenrolo-a e marco.
Bonda, Manuel, aí. Agarra os cabos...
Lance o senhor a vara e empurre o barco...

«Salte p'ra terra. Anda rapaz! T'aquenha!
E agora é só puxar. Vamos depressa.
Traze a marmita, a bilha d'água, a lenha,
Essa pimenta e o sal que não te esqueça.

*

«— Ricas enguias! Que tainha boa!
Linda manhã com este sol de Maio!
«Eh! Manuel andas c'a tola à tola!
Olh'esse barco qu'anda à rola, raio...

«Acende o lume enquanto amanho o peixe.
Cruze o senhor as varas... Nessa cruz
Pendure essa marmita. Agora deixe...
Há-de fazer-se um jantarão de truz...

«É só temp'rá-la bem. Não ficam mal
Migas de pão. É bom?»

— «Eu nem te conto!

Nunca, na vida, comi cousa igual!
Mais outra malga, meu Francisco...»

«— Pronto.»

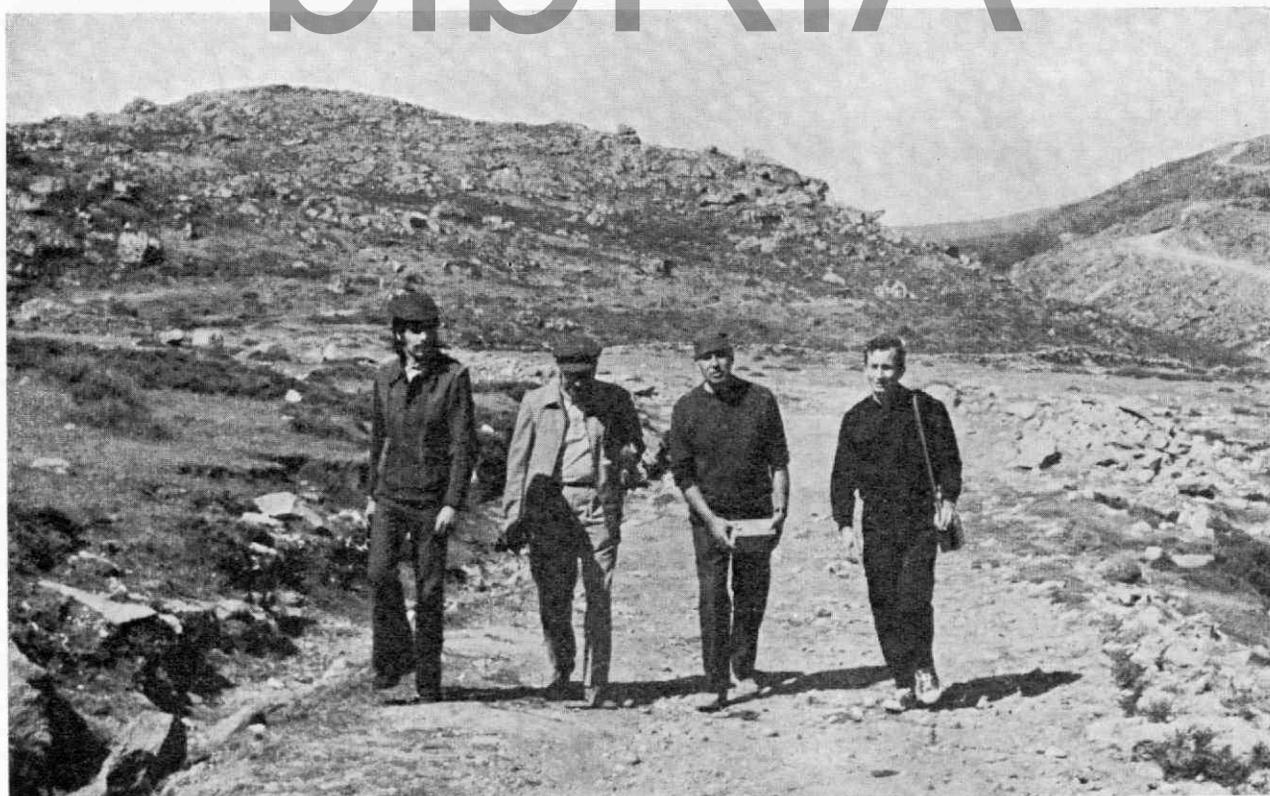
bibRIA

O Distrito de Aveiro no Cinema

Por F. Gonçalves Lavrador

No panorama da cultura portuguesa, não tem desempenhado o cinema o papel que realmente deveria desempenhar. Isto apesar das tentativas de reanimação que, nos anos sessenta, se processaram através dos esforços individuais e, sobretudo, de auxílios da Fundação Gulbenkian, e, depois do 25 de Abril, através duma actividade (que se deseja persistente e esclarecida) ao nível do Estado. Não vamos, todavia, debater aqui este problema. Apenas queremos salientar que, em face duma tal realidade, talvez não admire que as artes cinematográficas poucas vezes tenham abordado temas relacionados com a região de Aveiro.

É certo, por exemplo, que o Porto, o velho e típico Porto, com o seu casario cinzento, os becos sem luz, as ruas íngremes e as escadas irregulares que descem para o Douro, com o edificio pesado da Alfândega e a respectiva linha de caminho de ferro, com a recordação do desastre da «ponte das barcas», com a sua actividade fluvial no Cais da Ribeira (e parte dela até já se atenuou ou mesmo desapareceu), as suas admiráveis pontes metálicas, os seus muros fuliginosos por onde tantas vezes escorre uma humidade viscosa, é certo que esse Porto está presente, participa mesmo com uma larga contribuição, ao nível do referente e ao



Em plena serra da Freita — Um grupo de cineastas avelrenses.

nível dos elementos expressivos, em alguns dos filmes de Manuel de Oliveira (nomeadamente, «Douro, Faina Fluvial», «Aniki-Bóbó», «O Pintor e a Cidade»), entre eles, uma verdadeira obra-prima do cinema de curta-metragem: «Douro, Faina Fluvial». E esses filmes são, ainda hoje, os de mais funda autenticidade expressiva na obra do realizador mais prestigiado do cinema português. Mas é certo também que Oliveira nos dá uma visão pessoal da cidade onde vive e onde nasceu, e com certeza que muitas outras seriam possíveis.

Vem-nos até a tentação de apresentar o exemplo de Paris e seus múltiplos reflexos em concepções estilísticas bem diferenciadas. Trata-se, em boa verdade, dum exemplo dos mais eloquentes. Há a Paris triste, fria e húmida de Carné, a Paris alegre, tunante e um pouco anárquica de Clair, a Paris proletária ou pequeno-burguesa, mas sempre sensual e humana, de Renoir, a Paris ballética e fantasista, desordenada, zigzagante e infantil de «Zazie dans le Metro» de Louis Malle, a Paris tragicómica de Autant-Lara durante a ocupação alemã, a Paris decadente e ambígua de Godard e tantas mais...

Por outro lado, verificamos que algumas regiões portuguesas têm surgido em alguns filmes mais ou menos significativos, para os quais contribuíram com a sua quota-parte: o panorama físico e humano da Nazaré reflecte-se em duas obras das mais importantes do cinema silencioso português, «Maria do Mar» e «Nazaré, Praia de Pescadores» de Leitão de Barros; o Cabo Espichel e Lisboa encontram-se presentes em «O Recado» de José Fonseca e Costa, o melhor filme da série chamada da Gulbenkian, e o Alentejo serve de fundo e de apoio (em imagens de rara beleza plástica e sonora, em que tantas vezes se vê tremeluzir a canícula) a uma obra recente do mesmo autor, «Os Demónios de Alcácer Quibir», que, com certeza, será um ponto alto da cinematografia portuguesa contemporânea; Trás-os-Montes inspirou e forneceu o «material de base» de «Acto da Primavera» de Manuel de Oliveira; a região da Figueira da Foz serviu também de fundo paisagístico e humano a uma das obras mais interessantes do moderno cinema nacional, «Uma Abelha na Chuva» de Fernando Lopes, bem como ao pretensioso filme de António Macedo «A Promessa»; a ilha de Porto Santo, com as suas secas periódicas, empresta toda a sua força humana e expressiva às melhores sequências de «A Canção da Terra» de Jorge Brum do Canto; por sua vez, a própria capital do país fornece a matéria prima a uma comédia de Cottineli Telmo, «A Canção de Lisboa», que serviu de modelo a muitas imitações, nos anos seguintes, a maior parte das vezes bem medíocres.

E relativamente à região de Aveiro, que se passa? Mercê dum panorama físico e humano muito

variado e muito característico, tem a região de Aveiro inegáveis qualidades fotogénicas, expressivas e dramáticas. Todavia, julgamos que elas não foram, até agora, devidamente aproveitadas. Há, com certeza, o caso do Furadouro e dos seus pescadores que serviram de tema ao filme do realizador ovariense Paulo Rocha «Mudar de Vida». Mas tratou-se duma obra um tanto incipiente, embora ocupando um determinado lugar na história do cinema português por surgir numa altura em que os nossos cineastas desesperavam da sua própria condição de cineastas, como seres vivos que não tivessem oxigénio para respirar — numa altura de completa estagnação, num quase vácuo, em que um tal empreendimento representava um esforço corajoso e meritório para estruturar, com todos os sacrifícios, num meio hostil e desconfiado, uma espécie de «cinema novo», e romper com o passado medíocre duma cinematografia anemiada e imersa em pleno obscurantismo. Tentativa condenada, sem dúvida, a um relativo malogro, mas, nem por isso, menos necessária para a evolução que conduziu à fase seguinte, isto é, à fase que se concretizou com a chamada «série Gulbenkian» do Centro Português de Cinema.

Há ainda a citar algumas filmagens realizadas no Vale do Vouga para as sequências iniciais dum filme, aliás menor, de Jorge Brum do Canto, «João Ratão». Isto, que nos recordemos. Temos de concordar que é muito pouco para uma região com tantas potencialidades...

Aveiro possui também os seus cineastas — cineastas amadores, entenda-se. Realizou-se, aliás, na cidade dos canais, no ano de 1970, o Primeiro Congresso Nacional de Cinema de Amadores, por iniciativa da respectiva Secção do Clube dos Galitos.

Cineastas amadores, cineastas livres. Como não? A palavra «amadores» no-lo inculca. Mas «livres» não significa sem limitações — e limitações das mais diversas naturezas. Algumas mesmo resultantes, como dizia alguém no Congresso acima referido, duma liberdade burguesa mal-entendida (sem determinadas responsabilidades sociais), facto que conduz muitas vezes a um individualismo exacerbado e até a uma espécie de narcisismo e de «torre de marfim». Por isso, nem sempre estes amadores de cinema se devem confundir com verdadeiros cineastas independentes.

Alguns dos cineastas amadores aveirenses ou do respectivo distrito contam-se entre os melhores do país. Referimo-nos, sobretudo, a Vasco Branco e a Matos Barbosa. Também eles dedicaram alguns filmes (de 8 mm) à sua região, nomeadamente, «Gente Trigueira» e «O Espelho da Cidade», no caso do primeiro, e «Companha» (sobre a labuta da pesca na Praia do Furadouro), no que respeita ao segundo. Tudo feito, aliás, com as limitações que o tipo de amadorismo que

adoptaram impunha na época em que realizaram esses filmes, e que ainda hoje subsistem. Aliás, até agora, nunca estes dois cineastas ultrapassaram devidamente essas limitações, inclusive algumas de natureza técnica, lançando-se em trabalhos com bases mais consistentes. Há tempos, contudo, houve uma tentativa, à volta de Vasco Branco, de se criar um grupo de cinema independente convenientemente equipado e preparado para a realização de filmes que obedecessem a certas exigências estéticas, linguísticas e técnicas. Mas não foi possível levar tal iniciativa a bom termo. Algumas seqüências de ensaio filmadas (em mudo) numa das

regiões mais desconhecidas e mais remotas do distrito, ficaram apenas como recordação duma iniciativa que nem chegou, verdadeiramente, a sair do ovo.

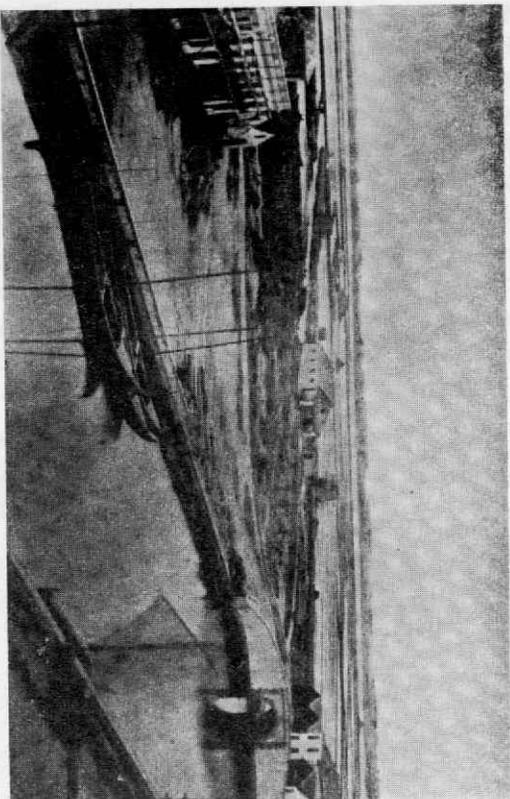
Não há dúvida que muito há a fazer, e que muito pouco se fez até aqui, não só para revelar o distrito de Aveiro através do cinema, mas também para que a sua gente possa contribuir com alguma coisa para um ramo de arte tão importante como a semiose fílmica. Por ora, não há indício de que se possa superar uma tal situação.

Aveiro, 29 de Maio de 1976.

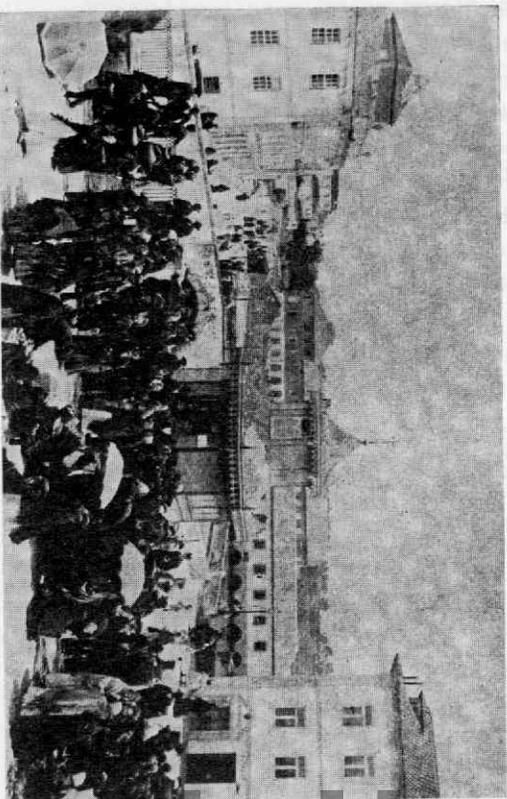


Albergaria das Cabras. Duas vidas, duas flores, vegetam nas pedras.

AVEIRO NO OCASO DO SÉCULO XIX



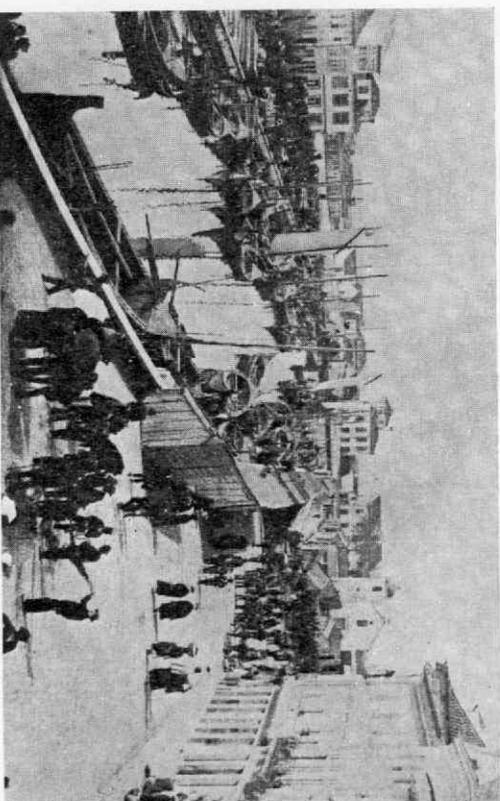
Isolado, o edifício do «novo» matadouro, obra de 1870. Ao centro, os terreiros, cortados por um esteiro, onde assentaria a parte moderna, ou seja, então ainda «a haver», do bairro do Albolí. Foto das mais antigas da cidade, presumivelmente de 1880.



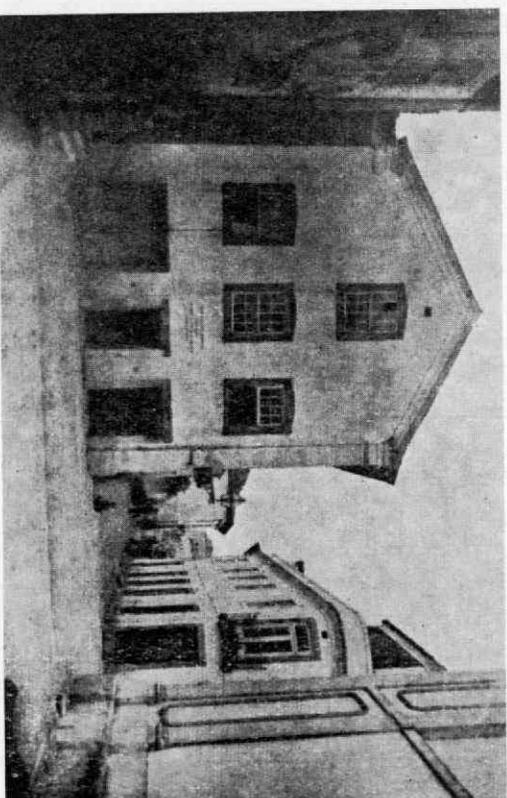
O antigo mercado de frutas e hortaliças. Dos edifícios circundantes, raros subsistem e outros apresentam fisionomia diferente. Desapareceram também «as pontes» e o quiosque de António de Sousa. Deveras curiosos os trajes fixados na Gravura. Foto de 1886.

bibRIA

AVEIRO NO AMANHECER DO SÉCULO XX



A feira anual de S. José, em 19 de Março (madeiras, instrumentos agrícolas, barcos), decorria no centro da cidade. Na Gravura, vêem-se também um trecho do abarracamento para a Feira de Março e a demolida capela de S. João, no Rossio. Foto de 1900/1901.



Extremo norte da antiga rua do Loureiro, entre a Câmara Municipal, à esquerda, e o Teatro Aveirense. Fronteira, a parte demolida da casa de José Estêvão. No primeiro andar, havia o quarto onde morreu Luís Cipriano, pai do Tribunal. Foto de 1906



BIBLIOTECA

16 de Maio de 1828

AVEIRO
1956

biblioteca

Primavera de 1956. Em pleno consulado de Salazar. Com a censura e a polícia política actuando a seu bel-prazer.

Indiferentes a possíveis riscos, os democratas do Distrito decidiram comemorar a histórica data de 16 de Maio de 1828.

Inserindo o respectivo programa, foi entretanto editado um opúsculo onde, sucintamente, se analisava e recontava o glorioso evento ocorrido em Aveiro.

Limitativas circunstâncias impediriam, todavia, o curso natural do pequeno volume, a ponto de constituir agora raridade.

Não obstante as restrições que possa acusar, aliás inevitáveis em função da época do seu aparecimento, hoje se reedita, embora com aspecto gráfico apenas assemelhável, nas páginas desta Revista. E reedita até pelo facto de bastantes aveirenses, sobretudo os jovens, quase desconhecerem, tal o denso «nevoeiro» intencionalmente forjado no último meio século, um acontecimento singular, pleno de generosidades, heroísmos e sacrifícios supremos, que avulta na gesta milenária da sua própria terra.

AVEIRO NO OCASO DO SÉCULO XIX

AVEIRO NO AMANHECER DO SÉCULO XX

... José Estêvão é o génio tutelar de Aveiro.

Oliveira Martins

COMISSÃO DE HONRA

Doutor António Luís Gomes, Escritor Ferreira de Castro, Prof. Dr. Rodrigues Lapa; Prof. Dr. Barbosa de Magalhães, Dona Alice Vidal Coelho de Magalhães, João de Moraes Sarmiento, Dr. Pompeu Cardoso, João da Silva Correia, Coronel Cunha e Costa, Dr. Virgílio Pereira da Silva, Armando Castela, Dr. Manuel das Neves, Manuel Joaquim da Fonseca e Melo, Dr. Ângelo Miranda, Manuel Lavrador, Dr. José Lopes de Oliveira, Tiago Ribeiro, Dr. Elísio Sucena, Manuel dos Santos Ferreira, Dr. Eugénio Ribeiro, Manuel Dias Vieira, Dr. João Salema, Francisco Augusto Duarte, Capitão Joaquim José de Santana, Eduardo Pinho das Neves, Dr. Manuel Rodrigues da Cruz, Agostinho Rodrigues Seabra Pato, Dr. Manuel dos Santos Pato, Aurélio de Pinho e Costa, Capitão Augusto Luís Neves Marçal, Dr. Alberto Ruela, Capitão José Gomes Silveirinha, Dr. Ferreira da Costa, António Correia Vaz de Aguiar, Dr. Ilídio Cardoso de Freitas.

COMISSÃO PROMOTORA

Dr. Alcides Strecht Monteiro, Arq. Alfredo Coelho de Magalhães, Dr. Álvaro de Seça Neves. António Osório, António Vilar, Arq. Aristeu Gonçalves, Dr. Armando Seabra, Artur Reis, Dr. Augusto Arala Chaves, Bernardo Alves Seabra, Celestino Neto, Cesário da Cruz, Cibele da Silva Carvalho, Diamantino Pereira da Cruz, Dr. Dionísio Vidal, Domingos João dos Reis Júnior, Dr.^ª Eduarda Senos, Elisiário Dias Moreira Júnior, Firmino Brito da Costa, Dr. Francisco Rendeiro, Dr. Horácio Briosa e Gala, João Martins Pereira, João Sarabando, Eng.^º João de Seça Neves, Joaquim Dias Baptista, Joaquim Gomes de Campos, Dr. Joaquim Pinheiro de Moraes, José Augusto Ferreira Nunes, Dr. José Carinha, Dr. José de Oliveira e Silva, José Ferreira, José Gala, José Pinheiro Palpista, Dr. José Rodrigues, Dr. Júlio Calisto, Dr. Manuel Augusto Pato, Dr. Manuel da Costa e Melo, Dr. Manuel Costa Pereira, Manuel de Pinho e Melo, Manuel Mendes Leal, Manuel Reis Pedreiras, Dr. Mário Duque, Dr. Mário Sacramento, Sérgio Pinheiro de Aguiar.

Na capa, um pormenor do monumento aos Mártires, no Cemitério Central

Desenhos de LIMA DE FREITAS

Aveiro — berço da Liberdade ...

Marques Gomes



bibRIA

«...Veio a Carta, e a Carta foi baptisada num rio de sangue. A Carta esteve exilada, e durante o seu exílio correu sangue por ela. Voltou às nossas praias; e de lá um jorro de sangue a trouxe à capital e a firmou no poder. Esta grande obra foi nacional; nenhuma das facções de homens que por diferentes modos sofreram pela liberdade pode arrogar-se a glória exclusiva de a ter executado. Para ela concorreram, em grande parte, os que gereram nas prisões, e que protestaram ali a todo o instante contra os horrores da tirania. Sim, foram esses corajosos mártires que conservaram, no meio dos furores da tirania, aquele fogo sagrado da liberdade que nunca se apagou no país, e que nunca se há-de apagar, a despeito desta névoa de cinza ordeira com que o pretendem cobrir. Foram aqueles que promoveram as comunicações, conservaram as esperanças, animaram os tíbios, protegeram as emigrações, armaram os soldados e abriram as portas das povoações ao exército libertador que, sem este socorro, teria de ver acabar o curso de suas vitórias diante dos frágeis muros de algumas cidades. Foram, finalmente, os sessenta mil soldados...

JOSÉ ESTÊVÃO

PERSPECTIVA HISTÓRICA

Por MÁRIO SACRAMENTO

Libertada pelas invasões francesas do maior peso da estrutura política e económica semifeudal que a afrontava (fuga da família real e alta nobreza para o Brasil, dilaceração das instituições pelo invasor) e estimulada pela ideologia que de França irradiava sob as próprias barretinas dos soldados de Napoleão, a burguesia nacional inicia em 1820 o seu processo de ascensão política. Facilita-o a campanha patriótica então suscitada pelo ocupante inglês — aliado da véspera, contra o que o precedera —, a qual promove uma larga comunhão de interesses entre a classe ascendente e as massas populares.

A sua primeira conquista é a Constituição «quase republicana» de 1822 (como lhe chamou Herculano) — conquista precária, porém, e paradoxal até, dado o carácter reformista que a imprecedência duma autêntica luta pelo poder entre a classe que dominava e a que ascendia imprimira à sua promulgação. Dai que a acção desenvolvida contra o segundo ocupante, tendo embora contribuído poderosamente para a mobilização das forças necessárias a esse êxito, abrisse do mesmo passo o caminho do revés — ao franquear as portas do regresso à família real e à aristocracia emigrada.

D. João VI jura a Constituição, mas a rainha recusa-se. E a situação passa a evoluir no sentido da derrogação constitucional, que o pronunciamento conduzido por D. Miguel sobre Vila Franca vem finalmente a impor.

Morto o rei, o ramo brasileiro da coroa é instituído herdeiro do trono, numa derradeira tentativa de reatamento da unidade do império. Já, porém, a esse tempo a proclamação da independência do Brasil creara, lá e cá, uma nova realidade: lá, pela conexão aí também existente entre o problema da independência e o da ascensão ao poder da burguesia colonial, conexão que não foi alheia ao próprio facto de D. Pedro, abdicando na filha a coroa portuguesa, acompanhar esse acto da outorga duma Carta Constitucional; cá, pela extorsão a que votou a classe dominante do apoio económico e político que essa colónia lhe constituía, a qual a debilitou consideravelmente face à sua antagonista.

Esboçara-se, então, um primeiro lance de guerra civil entre os que apoiavam em D. Miguel a salvaguarda dos seus privilégios e os que viam no reconhecimento da Carta um novo aceno de emancipação. D. Pedro fê-lo gorar, volvendo-o em expectativa, ao

intentar a conciliação dos interesses em litígio por uma dupla e simultânea doação: a da Carta e a da filha — a um regente... D. Miguel. Liberalidade régia! A qual não evita, contudo, que, jurada a Carta pelo infante, logo a 13 de Março de 1828 a Câmara que ela instituiria se veja dissolvida; e que, a 3 de Maio, um novo recuo se dê, pela convocação das Côrtes dos três estados — nobreza, clero e povo. ¿ ... e povo? Que povo, porém? — Havia muito, com efeito, que o terceiro estado se subdividira já em «burguesia e povo propriamente dito» — como se lê num curioso livro de meados do século. Pelo que, àquela, não podia convir mais uma assembleia recrutada em moldes anacrónicos como esses — e muito menos agora que se dirigia para a hegemonia política. Assim, a revolta não tarda a eclodir no Porto, a 16 de Maio, precedida pela marcha sobre essa cidade das forças militares e civis que em Aveiro a apoiavam.

A partir deste momento, ressalta no panorama político da época uma característica que, muito embora já se houvesse feito notar em 1820, só agora emerge totalmente: as hostes liberais estão divididas em duas grandes facções, uma que representa a alta burguesia do tempo e que integra um pequeno grupo de aristocratas dissidentes, destacados pelas circunstâncias do anterior aparelho de estado; outra, que engloba os restantes extractos da classe ascendente e que mobiliza para a luta as demais forças populares. A primeira é representada na revolução de 1828 pelos emigrados que demandam o Porto a bordo da **Belfast** e vai procurar triunfar pela aliança com o trono, o que conduzirá ao enobrecimento sucessivo dos seus partidários: será cartista, cabralista, etc. no decurso da história; a segunda, conhecerá os sórdidos barracões de Plymouth, apoiar-se-á nas camadas sociais que lhe subjazem e será constitucionalista, setembrista, progressista — e por fim republicana.

O fracasso de 1828 resultou da precária conjugação de esforços existente entre essas facções, a qual conduziu à traição dos elementos dirigentes (oriundos do grupo da **Belfast**), ao abandono da luta, ao êxodo pela Galiza.

Só posteriormente virá forjar-se entre elas uma base de unidade para a acção — e será então a hora do desembarque no Mindelo, a hora da recondução da Pátria a caminhos de futuro.

OS ACONTECIMENTOS

Por JOÃO SARABANDO

JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS URDE A REVOLUÇÃO

Secretamente, o Governo já havia dado ordens para que as populações aclamassem D. Miguel rei absoluto. Em 13 de Março de 1828, a Câmara foi dissolvida. Praticamente, a Carta Constitucional estava abolida...

O desembargador Joaquim José de Queirós, como deputado que era, achava-se bem ao facto dos manejos do Infante. Num derradeiro esforço, ainda tentou que os seus colegas protestassem contra política tão perigosa como anticonstitucional. Baldadamente, porém... Só um caminho restava: planejar a Revolução.

Intemerato, rijo de ânimo, ardente no seu bem-querer à Liberdade, Joaquim José de Queirós acolheu-se então à sua casa de Verdemilho, a dois passos de Aveiro. E, dia e noite, deu-se a urdir a teia na qual se haviam de enredar — não sem dilúvios de lágrimas e cataduplas de sangue — as veleidades de D. Miguel, filho dilecto da famigerada D. Carlota Joaquina...

Desenvolvendo uma assombrosa actividade, aquele que viria a ser avô de Eça de Queirós promove reuniões, escreve centenas de cartas, envia emissários a todos os quadrantes de Portugal, especialmente para norte e leste, convence, alicia, batalha — e espera.

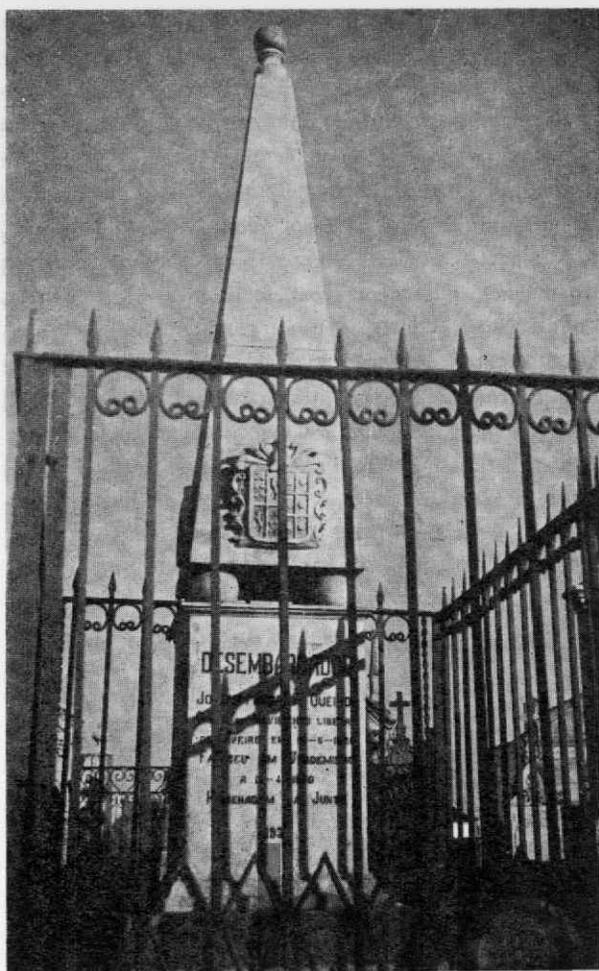
A bandeira da Liberdade tremulou sempre no coração dos aveirenses. Em 1820, a cidade vibrara quase instantaneamente ao sabor da nova aragem que, fazendo-se sentir, varreria o clima improgressivo, medievo. A sublevação do Porto, que eclodira em 24 de Agosto, tinha realmente em Aveiro ramificações vigorosas.

O conselheiro Queirós veio encontrar, assim, um ambiente extremamente favorável para o combate em que seria o mais destacado dos chefes. De resto, a própria sentença da Alçada que julgou os implicados da Revolução, após o seu malogro, não deixa margem para quaisquer dúvidas, Em dada altura, fala assim:

«Do infame, perverso e façanhoso réu Joaquim José de Queirós mostra-se o haver sido não só o mais atrevido e ousado conspirador, cabeça e principal autor dos tramas e maquinacões que urdiram e prepararam o horroroso atentado de 16 de Maio de 1828 nas duas cidades de



Aveiro e Porto, mas também incansável e poderoso agente do seu desenvolvimento e acérrimo mantenedor da sua destruidora persistência e deplorável duração. Porquanto se acha provado e demonstrado até à evidência, como se ponderou na primeira sentença desta alçada pelas correspondências originais deste mesmo audacíssimo réu, apreendidas ao co-réu Francisco Silvério de Carvalho, já justicado, as quais constituem a parte mais essencial da devassa da rebelião a que se procedeu naquela cidade de Aveiro, juntas ao apenso 33.º, que o réu, a quem devorava o espírito da soberba e ambição, e do ódio e vingança contra a augustíssima e sagrada pessoa de sua magestade e contra as instituições salutarres e fundamentais da monarquia, que o mesmo senhor se propunha restabelecer, apenas dissolvida a câmara dos deputados em Lisboa, de que o réu havia sido membro muito pernicioso e desgraçadamente muito influente, recolhendo-se ao insignificante e obscuro lugar de Verdemilho, donde era natural e morador, nas vizinhanças de Aveiro, entrou logo a idear e forjar o diabólico e sacrilego plano de arrancar das reais mãos de sua magestade a felicíssima e gloriosíssima regên-



Túmulo do grande paladino Joaquim José de Queirós no cemitério do Outeirinho, em Verdemilho, a três escassos quilómetros de Aveiro.

cia, que legalmente exercitava nestes reinos, e a estorvar a reunião dos três estados, convocados para salvação e segurança comum, tudo isto manobrado e procurado à custa duma subversão geral e até de uma guerra civil, se tanto fosse necessário».

E a sentença da Alçada, redigida de olhar torvo e empapada de ódio, continua deste jeito:

«Mostra-se mais das ditas correspondências originais que, para levar a efeito este vastíssimo e insidiosíssimo plano, continuará o mesmo malvado empreendedor, de acordo com outros furiosos maquinadores confederados, a aliciar e coligar ao seu infame partido os comandantes e oficiais de vários corpos do exército, aos quais se expediram emissários de confiança, que foram a Viseu, S. Pedro do Sul, Gouveia, Coimbra e Porto, para dispor e seduzir os corpos aí estacionados ou alojados na sua marcha, os batalhões 7, 9

e 10 de caçadores, os regimentos de infantaria 6, artilharia 4, além de outros; sendo o mesmo réu o que por seu próprio punho escrevia a maior parte das ditas correspondências, escolhia e industriava os ditos emissários, destinava as pessoas a quem eram dirigidas e preparava de antemão o espírito daqueles corpos, alienando-os pela comemoração sediciosa de escritos e periódicos subversivos, que outros conspiradores traçavam dentro e fora do reino».

O alto relevo, significativo relevo, dado pela Alçada ao Desembargador no desenrolar dos acontecimentos só serve, em contrapartida, para realçar o ambiente de saturação que dominava o país. Sem uma tal asfixia, jamais teria sido possível a Joaquim José de Queirós fomentar a Revolução, herdeira do espírito vintista e que, embora transitoriamente afogada em sangue e lágrimas, triunfaria, alagada de glória, em 34.

NA MADRUGADA DE 16 DESPONTA A LIBERDADE

A Primavera estava no auge. Desabrochavam mil flores, desde as rosas sangrentas aos queridos amores-perfeitos. Não faltariam também os martírios...

Na madrugada do dia 16, e conforme estava determinado, a Revolução deflagrou. É nos céus de maio que se desencadeiam as maiores trovoadas, que surgem os mais estonteantes clarões... Ainda o sol vinha longe, reuniram-se, na moradia do corregedor Francisco António de Abreu e Lima, Joaquim José de Queirós, Manuel Maria da Rocha Colmeiro, Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão e José Júlio de Carvalho. Analisados os últimos pormenores, foi dada ordem para que formasse o Batalhão de Caçadores 10. Batiam as 7 horas e principiavam a escutar-se, nas ruas ainda mal despertadas da cidade, vivas à Carta, a D. Pedro IV, à Rainha D. Maria II! Erguia-os, imitando Queirós, que soltara as primeiras aclamações na Praça do Comércio, um grupo de entusiastas liberais dirigido pelo bravo Evaristo Luís de Moraes — mais tarde morto gloriosamente em combate — e de quem faziam parte, entre outros, seus irmãos João, António e Jerónimo e também Francisco Silvério de Magalhães Serrão, João de Melo Freitas, João dos Santos Resende, José Pacheco de Almeida, António da Cunha Toscano e Manuel António Loureiro de Mesquita.

Seguidamente, na Câmara Municipal procedeu-se à aclamação da Rainha D. Maria II. Além das mais gradas figuras da Causa Liberal, compareceu a maioria da oficialidade do Batalhão de Caçadores 10 — que tão nobremente se havia de comportar nos combates

e no desterro — e o povo, esse povo eterno que argamassa as nações.

Lavrado o auto por Evaristo Luís de Moraes, assinaram o histórico documento:

Joaquim António Plácido, João Crisóstomo Gravito, José da Cunha Guimarães, João Nepomuceno da Silva, Agostinho José Pinheiro, José Júlio de Carvalho, Francisco António de Abreu e Lima, Pedro António Rebocho, José de Vasconcelos Bandeira de Lemos, João de Sousa Pizarro, João António Rebocho, Filipe Correia de Mesquita, Paulo Maria Biquer, João Francisco Pinto, João Evangelista Coutinho, Manuel de Sousa da Silva, Luís Maria de Magalhães, Joaquim Rodrigues Simões, Manuel Júlio de Carvalho, José Leite Pereira de Balsemão, João Luís Barbosa, Vicente José de Almeida, Francisco Silvério de Carvalho de Magalhães Serrão, Luís Cipriano Coelho de Magalhães, Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, Joaquim José Marques de Melo, Luís dos Santos Regala, Joaquim Timóteo de Sousa da Silveira, António José Pereira Pinto, José Ferreira da Cunha, João António de Moraes, João dos Santos Resende, José Marques de Melo, Manuel Pereira da Cunha, Francisco Henriques da Maia, Joaquim José da Rocha, Custódio José Baptista, António Marcelino de Sá, Custódio Joaquim de Oliveira, Francisco da Silva Melo Soares de Freitas, Filipe Luís Bernardo Júnior, José António Barbosa, José Maria Plácido, José de Oliveira Lopes, Manuel Coelho de Moura, António da Cunha Toscano, José Maria dos Santos, Manuel José Baptista Pereira, Manuel José de Almeida, Manuel José Barbosa, Luís Maria dos Santos, Joaquim de Oliveira e Costa, Bento dos Santos Ventura, António José Gomes Guimarães, Francisco Caetano da Costa e Custódio José Duarte e Silva.

Marques Gomes, o notável polígrafo que nos serve de guia nesta tarefa, ignora por que motivo não figuram no longo e categorizado rol os nomes de José Estêvão, Gravito e Mendes Leite. A lacuna, todavia, poderá filiar-se com inteira razão na ausência ou outros motivos inibitórios da mesma força.

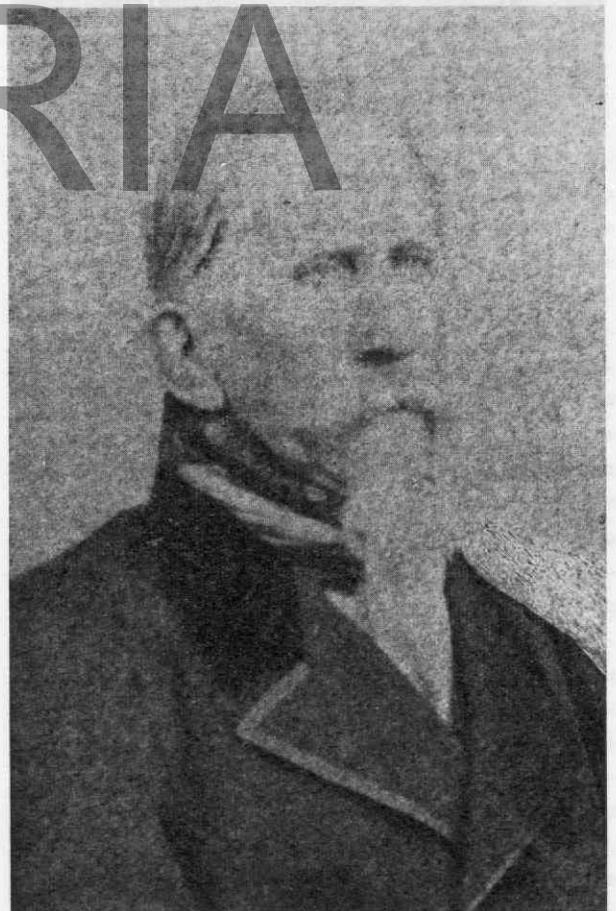
Após uma curta reunião, foi resolvido que o Batalhão de Caçadores embarcasse imediatamente para Ovar, no intuito de alcançar sem demora o Porto — como aliás estava previsto. Duzentas e oitenta praças tomaram então lugar, por entre manifestações de aplauso, nos barcos trazidos da aludida vila pelo dedicado Rocha Colmieiro.

Joaquim José de Queirós, sempre coerente, sempre inabalável na sua fé, acompanhou as tropas. Entretanto, os liberais aveirenses deliravam de contentamento. Os irmãos Moraes Sarmento — que tanto viriam a padecer — galvanizavam a população. Outros, de sangue estuante a corre-lhes nas veias, acompanhavam-nos através das ruas da cidade vivendo D. Pedro, D. Maria II e a Carta ou, como pretenderam algumas testemunhas que depuseram mais tarde da devassa, «dando morras a D. Miguel e aos patifes».

A esperança esfusiava. Aguardavam-se dias de sol para os corações, como era de sol esse dia primaveril que viviam. Marejavam-se muitos olhos. Chorava-se mesmo de alegria. Em breve, chorar-se-ia ainda, mas de desespero, ao sabor das perseguições, dos sofrimentos inenarráveis, das desditas sem par...

O FRACASSO E A RETIRADA HERÓICA

No Porto, constituira-se uma Junta, «agregado de bons homens capazes de formarem o Senado de uma cidade mas incapazes de governarem um Reino em



JOÃO ANTÓNIO DE MORAIS

Alferezes dos Voluntários da Rainha, distinguiu-se em várias ações, sendo ferido em combate na Terceira.

crise», como observa Oliveira Martins. Os seus componentes discutiam tudo e por tudo e não resolviam nada de nada... Para cúmulo, faltava um autêntico chefe militar.

A Liberdade, com todos os seus sortilégios, fascinava entretanto quase o Norte inteiro, e Tomar, ao sul, era uma cunha aceradíssima cravada no feudo de D. Miguel. Em vez, porém, de se levar o exército constitucional a seguir à frente, imobilizavam-no. A Junta falaciava ou quedava inerte... E Póvoas, que trazia uma incumbência de D. Carlota Joaquina — «cortar, cortar cabeças!» — avançou.

Na Cruz dos Moroiços, cerca de Coimbra, os exércitos acabaram por contactar. As forças em presença equilibravam-se e, ao fim de 10 horas de ferro e fogo, os liberais ficaram onde estavam — vitoriosos. Simplesmente, no vulto do triunfo viu-se o espectro da derrota. Delegados da Junta, que acompanhavam as tropas, perderam a cabeça e vieram parar às imediações do Porto.

O exército retrocedeu então, em boa ordem, e protegido pela trincheira natural e histórica que sempre tem sido o Vouga poético, ofereceu nova batalha — uma batalha de indeciso desfecho. Mas o destino estava marcado... A capital do Norte, onde os generais vindos na **Belfast** nada mais fizeram do que se entregar a escaramuças... de lana caprina, receberia os combatentes. Depois, depois foi a retirada, retirada fantástica, dramática, em direcção à Galiza, retirada comandada pelo digno brigadeiro Sousa Pizarro e — sobretudo... — pelo enérgico e heróico major Sá de engenharia, mais tarde Marquês de Sá da Bandeira, que não quisera tornar a ver a **Belfast**... bela.

A princípio, eram 10 000 os soldados. Sairam 6 000 do Porto. Quatro mil atravessaram a fronteira. Dos portos do Ferrol e da Corunha partiram finalmente 2 386 portugueses. Tinham escapado ao enxame das balas, haviam sido encharcados por chuvas torrenciais, sofreram sedes inauditas, fomes das mais negras — em Espanha chegou a trocar-se a camisa por um pedacito de pão... — mas porfiava-se na adoração à Liberdade.

Antes mil vezes — terão pensado — a sordidez dos porões e a miséria dos armazéns de Plymouth do que as paradisíacas delícias do governo absoluto do Sr. D. Miguel e de sua mãe Sr.^a D. Carlota Joaquina...

Em Aveiro formara-se, no intuito de servir a Liberdade — de se combater e morrer por Ela — um batalhão de voluntários. Muitos dos seus homens seguiram para o exílio, juntamente com a oficialidade e algumas praças do 10. Os aveirenses souberam sempre cumprir

o seu dever... Nessa epopeia que foi a retirada para a Galiza, estiveram bem presentes, padecendo e lutando.

Integrados no Batalhão Académico, organizado em Coimbra, marchavam os moços José Estêvão e Mendes Leite, amigos como irmãos, que viriam a cobrir-se de glória nos campos de batalha — onde ambos alcançaram a Torre e Espada — e, posteriormente, nas tribunas parlamentares, na luta pelo Bem e pelo Progresso.

Também não desertou o desembargador Queirós. Da letárgica Junta, foi o único que ligou o seu destino ao destino dos soldados. Acompanhou-os até à Galiza, na tão miseranda como, paradoxalmente, épica odisséia. Podendo ter embarcado na cómoda **Belfast**, optou pelos mesquinhos e tristes barcos que partiram dos portos galegos.

Honrado cidadão o desembargador Queirós! tão honrado que a Alçada ignominiosa o condenaria, a seu tempo, que «com barço e pregão fosse conduzido pelas ruas públicas da cidade do Porto, e que num alto cadafalso, que ali seria levantado, de sorte que o seu castigo fosse visto de todo o povo, a quem tanto tinha escandalizado o seu horrorosíssimo delicto, morresse de morte natural de garrote e depois de lhe ser decepada a cabeça, fosse o mesmo cadafalso com o seu corpo reduzido pelo fogo a cinzas, que seriam lançadas no mar, para que dele e da sua memória não houvesse mais notícia».

Felizmente, as garras de milhafre da Tirania jamais se cravariam no paladino. Outros, contudo, pagariam bem caro, com a própria vida, a sua dedicação, o seu afecto, o seu amor à Liberdade.

Dos cárceres atulhados, muitos presos seriam conduzidos ao patíbulo. Nas forcas, o sangue generoso e quente dos heróis ia correr...

ERGUEM-SE PATÍBULOS, TRABALHAM OS CARRASCOS

À moderação do General Póvoas, no Porto, respondeu o Governo criando os tribunais especiais por todo o Reino: inquisição política para descobrir e julgar os crimes de apostasia ou de tibieza na religião ardente do absolutismo apostólico. Para o Norte foi uma Alçada bem escolhida, de magistrados que não mentiriam, como o General mentira, aos desejos sanguinários da rainha e dos seus sequazes — escreve Oliveira Martins. «Famosa alçada — acrescenta Luz Soriano — composta dos desembargadores mais sanguinários do partido miguelista» que — elucida ainda o autorizado historiador — «teve todas as faculdades especiais para inquirir dos supostos crimes e julgar logo,

em última instância, breve e sumariamente, todos os culpados».

Como é óbvio, desde esse momento «nunca mais pôde haver repouso nem sossego entre as famílias. Por toda a parte do reino apareceram logo devassas em que se admitiam, como denunciantes, homens depravados, miseráveis agentes da confiança de outros que tais indivíduos» — acrescenta ainda Soriano, que foi também um valoroso combatente da Liberdade.

Cerca de uma dezena de milhar de portugueses viu-se enredada nas malhas de pronúncias! No Porto, doze subiram aos patíbulos e, entre eles, seis aveirenses: Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão, Clemente de Melo Soares de Freitas, Manuel Luís Nogueira, enforcados em 7 de Maio de 1829, e Clemente de Morais Sarmento e João Henriques Ferreira, em 9 de outubro do mesmo ano.

Sobre Gravito, que fora apenas uma espécie de conselheiro nos trabalhos preparatórios da Revolução, caiu — desconhecem-se ainda hoje as razões, se é que razões havia... — o ódio de Carlota Joaquina e, por tabela, o da Alçada... Havendo entrado nas cadeias em 10 de agosto de 28, em 18 de fevereiro seguinte concederam-se-lhe cinco dias para dizer de facto e de direito. Por fim, a condenação à morte!

Vale a pena transcrever algumas linhas de Marques Gomes sobre o drama patético do infeliz desembargador.

«A sentença, principalmente na parte que diz respeito a Gravito, é uma iniquidade sem igual; por mais que os julgadores se esforçassem para lhe encontrarem criminalidade, não o conseguiram e as provas por que o condenaram são irrisórias.

«Gravito foi condenado à morte porque assim o impôs a rainha D. Carlota Joaquina. Afirmou-no-lo uma e muitas vezes um antigo magistrado e amigo dedicado de Gravito e partidário não menos dedicado de D. Miguel, a quem acompanhou até Évora, e que até à morte conservou intemerata a sua fé partidária, o pai de quem escreve estas linhas, Dr. Francisco Tomé Marques Gomes, e amigo de José Estêvão.

«É fora de dúvida que o governo de D. Miguel influiu nas deliberações da Alçada, isto tanto nas sentenças como na decisão dos embargos. Mas não eram só os ministros que actuavam no ânimo dos julgadores; algumas vezes a rainha D. Carlota Joaquina impôs-lhes também a sua vontade e uma delas foi quando se tratou do julgamento de Gravito».

Da maneira escandalosa como decorreu a sessão da Alçada foi dado conhecimento ao Governo de D. Miguel que, em face do escândalo suscitado, se viu compelido a ceder nalguns pontos. A dois dos três então condenados à morte — Francisco António de Abreu e Lima e Luís Lusano — comutou-se-lhes a pena. Para um terceiro — Gravito — não houve qualquer benignidade, a mínima das mínimas comiserações. A História diz que D. Carlota — tão genialmente retratada num quadro de Goya — se opôs aos propósitos manifestados pelo próprio filho, que se inclinava por uma comutação...

No oratório, o infeliz Desembargador, de coração alanceado mas inabalável na sua fé, escreveria à filha — D. Maria Emília Teixeira Gravito — uma carta, que se publica em «hors-texte» e é, por altíssimo documento humano, das mais extraordinárias redigidas na nossa língua.

Mas, como dissemos, no dia 7 subiu aos patíbulos da Praça Nova a primeira fornada. (Fornada) não é bem... Na cidade indómita que, após o Cerco, mereceu ser cognominada de Invicta, não foram calcinados, como anteriormente em Lisboa, os pobres cadáveres...

O autor do «Portugal Contemporâneo» descreve assim o lúgubre, o tétrico, o confrangedor espectáculo:

«Subiam as escadas; a meia altura, o carasco tapava a cabeça ao desgraçado vestindo-lhe o capuz branco, pendente nas costas, atava-lhe os dois pés... Rápido! breve! passa-lhe o nó na garganta, enrolada a corda na trave da forca, e sobre o vulto branco, sem forma viva, nem vida talvez, erguia a perna, montava nas saliências já moles dos ombros, com o pé afastava-se da escada. A figura singular do homúnculo a cavalo num fardo branco, baloiçava-se no ar, sem um ruído, placidamente. Não era mister que os tambores rufassem, porque os clérigos rufavam o seu cantochão — De profundis clamavi ad te, Domine... e a plebe na rua e as senhoras na janelas soltavam aclamações».

Consoante a sentença determinava, as cabeças dos supliciados foram distribuídas pelas regiões onde germinara a semente da Liberdade. A Aveiro, a fim de serem espetadas, edificadamente, em postes, couberam as de Gravito, Silvério, Nogueira e, mais tarde, a de Clemente de Morais.

«As autoridades — elucida Marques Gomes — a quem tocava dar cumprimento a esta ordem, viram-se porém em sérios embaraços, pela dificuldade de encontrar quem fornecesse os postes necessários e os colocasse nos mencionados locais.



A VICISSITUDE DA SORTE, QUERIDA FILHA, TÃO VARIÁVEL COMO A CHAMADA FORTUNA, COLOCOU AO TEU CARINHOSO PAI NA LISTA DOS CRIMINOSOS, E HOJE É VÍTIMA DO ÓDIO, DA VINGANÇA E DA ARBITRARIEDADE.

PRÓXIMO JÁ DOS ÚLTIMOS MOMENTOS, DE TI ME RECORDO COM VIVÍSSIMA SAUDADE. EU TE CONSAGRO OS MEUS SUSPIROS, COMO O VÍNCULO MAIS DOCE QUE PRENDE A MINHA EXISTÊNCIA. A TUA MEMÓRIA ME É CARA E NO MEU INOPINADO INFORTÚNIO A TUA IMAGEM QUERIDA EXISTE A PAR DE MIM. TU PERDES UM PAI, O MELHOR DE TEUS AMIGOS. ELE É ROUBADO AO TEU CORAÇÃO INOCENTE PARA SER VOTADO AO CADAFALSO; MAS NEM POR ISSO É HOJE INDIGNO DE TI. SEM PROTECÇÃO E SEM ARRIMO, A TUA PERDA É IRREPARÁVEL E EU ESPERO, MINHA FILHA, QUE NUNCA A VEJAS INDEMNIZADA; NINGUÉM SUBSTITUIRÁ TEU PAI.

MUITO DESEJO TE CONSERVES SEM ALGUMA OUTRA RELAÇÃO SOCIAL, PARA NÃO EMPENHARES TEU CORAÇÃO NA SORTE DE UM OUTRO HOMEM, EM QUE SE PUNA, COMO EM MIM, A VIRTUDE, E PONHA A TUA EM LANCES AMARGURADOS. SE, PORÉM, OUTRO FOR O TEU DESTINO, TE ROGO QUE PREFIRAS UM HOMEM DOS SENTIMENTOS E DOS PRINCÍPIOS DE TEU PAI, NA CERTEZA DE QUE NEM ESTES, NEM O PATÍBULO EM QUE VOU TERMINAR OS MEUS DIAS, PODEM SERVIR-TE DE OPRÓBIO.

ADEUS, MINHA QUERIDA FILHA, ADEUS PARA SEMPRE

GRAVITO

CARTA DO DESEMBARGADOR FRANCISCO MANUEL GRAVITO DA VEIGA E LIMA A SUA FILHA, ESCRITA NA VÉSPERA DE SER ENFORCADO, EM 7 DE MAIO DE 1829.

Gastou-se todo o dia nestas diligências, até que no dia seguinte o juiz de fora fez prender diferentes lavradores do lugar de Azurva, a quem obrigou a trazer os pinheiros necessários, e alguns carpinteiros que violentadíssimos os ergueram nos locais designados, depois do algoz ter colocado em cada um deles uma das cabeças segura por um grande prego».

Se janelas e portas de muitas casas da cidade se fecharam — corajosamente — em sinal de luto, mal cor-

ra a nova arripiante da chegada dos despojos, Aveiro, sempre «heróica e livre», deu, de tal modo, mais uma vez mostra iniludível dos seus nobilíssimos sentimentos, da sua sensibilidade, da sua dor.

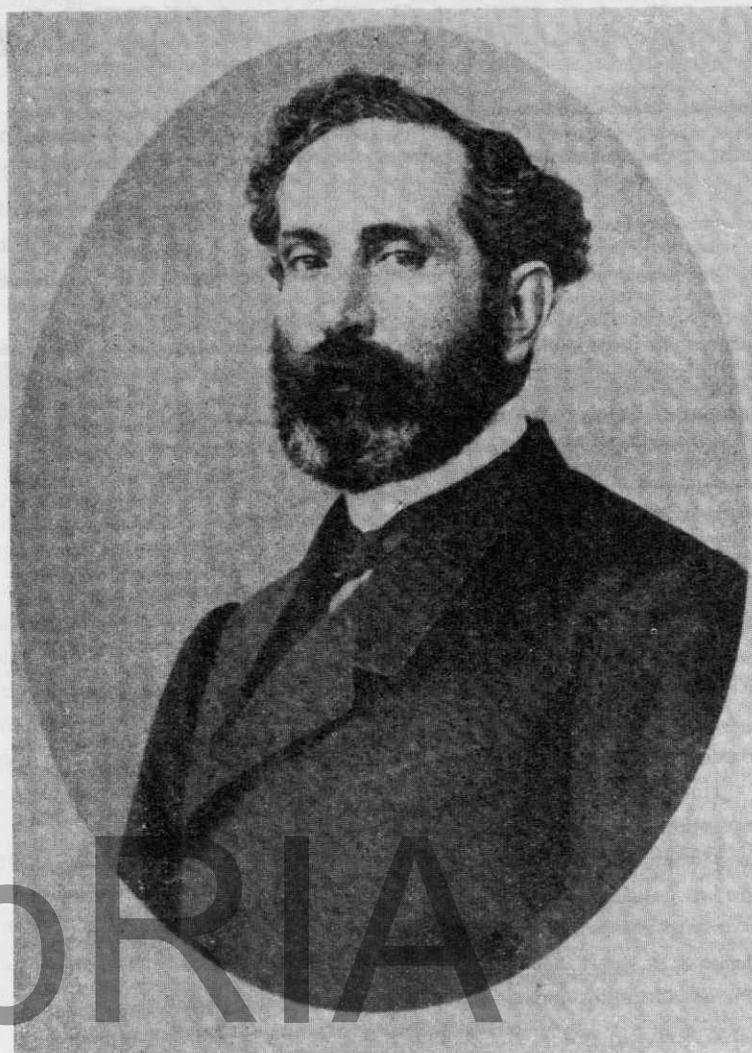
Diante de alguns estremecidos filhos mortos e com muitos outros na amargura do exílio e no inferno das prisões, que esperar dela? Depois, Aveiro foi, é e será eternamente uma devota fiel da tolerância, uma adversária irreductível da violência — ou não ame a Liberdade!



bibRIA

«Sirvo o meu País há muitos anos; não sei se o tenho servido bem, mas tenho a consciência de que o tenho servido com desinteresse e dignidade. Nunca pedi favores a este ministério nem a nenhum, e protesto que nunca os hei-de pedir. Os meus serviços estão suficientemente pagos com duas emigrações, com o Limoeiro e com a Torre de S. Julião.»

MENDES LEITE



«Nas eleições gerais de 16 de Novembro de 1851 foi Mendes Leite eleito deputado pelo círculo de Aveiro. À Câmara então eleita coube a dita de fazer incluir no acto adicional à Carta o mais notável artigo que ele contém e que por si só basta para fazer a glória dum povo que se preza de ser civilizado — a abolição da pena de morte nos crimes políticos. Este artigo não foi proposto pelo governo, como era de justiça que o fosse, mas sim pelo deputado que representava no parlamento a cidade que havia sido a primeira neste País a levantar o grito de liberdade contra a opressão, grito que lhe custou a vida de alguns de seus filhos, cujo sangue correu no cadafalso levantado na Praça Nova do Porto nos dias 7 de Maio e 9 de Outubro de 1829. O deputado foi Mendes Leite, a cidade que ele representava — Aveiro.

Foi na sessão de 10 de Março de 1852 que Mendes Leite (...) apresentou o seguinte aditamento:

É abolida a pena de morte nos crimes políticos...

Mendes Leite sustentou brilhantemente a sua proposta, alegando que não era um favor que pedia para qualquer partido, mas uma garantia para todos eles.»

MARQUES GOMES

PARALELAS DA HISTÓRIA

Por M. DA COSTA E MELO

É lugar comum, de sobejo conhecido, que a História se repete. Só por um critério simplista aceitamos o conceito. Algo tem de verdadeiro, muito, porém, encerra de incompleto. Se é certo que, à primeira vista, os factos históricos do passado vão tendo através do desenrolar dos séculos aspectos semelhantes, o que leva à afirmação de que se repetem, não o é menos que só superficialmente analisados se apresentam como repetição.

Em nosso entender, o que se verifica é a fixação, através das épocas, de paralelismos vivos que, partindo de pontos diferentes da planura imensa do tempo, se traçam indefinidamente, mantendo nas suas linhas a distância, sempre a mesma, que constitui pela visinhança o aviso e pelo conteúdo histórico a lição ou o conselho.

Há pontos ou momentos que são resultantes de circunstâncias várias e que, por conterem em si o «élan» ou germen que a força dessas circunstâncias lhes confere, se deslocam criando a linha, que o mesmo é dizer, o sucesso ou sucessos que a História assinala. Sucessivamente, a períodos nem sempre regulares, circunstâncias diferentes mas idênticas na sua origem, geram novos pontos, criam determinados momentos, e novas linhas são traçadas paralelas às primeiras, sempre que as razões iniciais podem ser encontradas na força humana do homem social, do homem interdependente, do homem natural, em suma.

Só o homem, membro da sociedade a que pertence e fora da qual se desmente por deslocado, interessa como gerador desses momentos ou pontos que, movimentando-se, criam as paralelas a que aludimos. Só esse homem força pela sua acção ou negação o movimento desses pontos em formação das linhas históricas que, olhando para trás podemos contemplar e que facilmente poderemos antever olhando para a frente.

A História não se repete porque, variando como variam as circunstâncias dos povos, necessariamente variam as suas reacções, as suas conquistas, os seus crimes. Muitas vezes os governantes conseguem, temporariamente, interromper o curso normal da História, forçando a criação de momentos anti-naturais geradores de linhas que só têm o paralelismo de outras surgidas como elas, anti-naturalmente, mas que, apesar de tudo, jamais deixaram de gerar, e agora como consequência natural, os momentos de reacção de que a História está pejada, tendentes a iniciar o traçado de

novas paralelas que, partindo do homem, só ao homem se dirigem respeitando-o como elemento social que é.

São essas linhas que marcam a vulgarmente chamada repetição da História e é nessas linhas que o homem sempre tem buscado a directriz da luta pela sua própria sobrevivência.

*

E vem tudo isto a propósito dum momento gerador da linha que se desenrola paralelamente a outra linha gerada em momento semelhante. E novos momentos e novas linhas estão surgindo porque no presente momento histórico algo há que caracteriza de maneira semelhante o homem que nunca permanece na letargia em que por vezes cai ou para que muitas vezes o atiram.

*

O 16 de Maio é um ponto gerador duma linha que tem por paralelas próximas as iniciadas na França em 1789, em Portugal em 1820 e depois continuadas em paralelismo a 1828, 1838, 1891 e 1910.

Quando, na pátria de Hugo, o povo iniciava o traçado da linha da liberdade e se ouvia um Camilo Desmoulins dirigindo-se à polícia e gritando:

«A infame polícia está aqui? Pois bem!

Que me veja! Que me observe bem!

Sim, sou eu que chamo os meus irmãos à liberdade!»

iniciava-se a paralela da libertação, logo a seguir acompanhada na maioria das nações do mundo civilizado.

Quando na Declaração dos Direitos do Homem, votada em 26 de Agosto de 1789, se considerava entre os direitos naturais e imprescindíveis do homem a «segurança e a resistência à opressão» e a «livre expressão do pensamento e das opiniões» era apontada como dos mais preciosos direitos do homem, era evidente que o chamamento dos irmãos à liberdade começava a gerar os frutos do respeito por essa mesma liberdade, que o mesmo é dizer, pelo próprio homem.

A revolução francesa fora o grito de libertação do homem, pelo homem e para o homem. Quaisquer que tenham sido, e alguns foram, os arbítrios cometidos à sua sombra, o certo é que a treva feudal se rompera e o mundo começava a traçar com início nos pontos que as circunstâncias propiciavam, as paralelas

daquela que ainda hoje, apesar de quase escarnekida e atacada, tanto e por vezes tão mal tem sido imitada e invocada sob nomes que outra coisa não são que máscaras de enganar.

Sem essa revolução libertadora muitos dos hoje seus adversários seriam ou continuariam a ser modestos, ainda que honrados, lavradores do Minho, pastores da Beira ou pescadores do Algarve, e nunca governantes ou grandes senhores da finança ou da indústria.



JERÓNIMO DE MORAIS SARMENTO
Voluntário da Rainha D. Maria II e alferes de caçadores, foi condecorado com a Torre e Espada.

E as paralelas nasciam daqui e dali, porque o povo divisava já, para além das trevas a que o habituaram, a luz duma libertação que ele sabia ser uma fatalidade histórica, mas que não podia nem devia deixar de procurar. Era tal a luz que os bem ou mal nascidos, conhecidos por nobres, em muitos exemplos se fizeram alinhar ao sol da nova conquista que, igualando-os ao povo a quem elevava, os igualava aos mais altos senhores, a quem diminuía.

E Portugal gritou também a sua revolta. Era a semente, que os ventos napoleónicos ajudaram a transportar, que encontrava no terreno fértil da opressão reinante e do descontentamento face aos governado-

res ingleses, o «élan» do seu próprio desenvolvimento. Fernandes Tomás, Silva Carvalho e outros iniciaram o movimento que daria em resultado a Constituição de 1822 em cujo decreto aprovatório podia ler-se:

«...intimamente convencidos de que as desgraças públicas, que tanto a tem oprimido e ainda oprimem, tiveram a sua origem no desprezo dos direitos do cidadão...»

e ainda, já no texto — artigo 7.º — que

«**Todo o Português pode conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria...**»

Por várias vezes as forças da reacção conseguiram fazer abandonar as conquistas feitas pelo povo e para o povo, mas sempre o mesmo povo se erguia a indicar aos reis o caminho da Honra. Estes, por medo umas vezes, por comodidade outras, lá iam acomodando as velas da sua inutilidade às exigências do povo que começava a «querer» porque já cria na liberdade que sabia ser a linha que o conduziria a si próprio.

Nem a repressão sempre feroz e desumana, certa de que o Povo sabe perdoar mas não esquecer, conseguia impedir que a paralela se desenvolvesse no seu fatalismo necessário a caminho da libertação.

Cabeças rolam nos patíbulos, sangue puro de heróis mancha de luz as lages das praças e ruas, gritos de dor ante os suplícios ecôa pelas esquinas das terras onde se aprendera a amar a liberdade, mas nem assim a paralela deixara de traçar-se.

Um dos pontos iniciais duma das paralelas é o Porto, eterno bastião da Liberdade, e nele, o grito dos revoltosos do 16 de Maio de 1828 que mais tarde viriam a sofrer a pena de morte por enforcamento, em patíbulo erguido sobre alicerces do monumento projectado à Revolução de 1820!

Gravito, Manuel Luiz Nogueira e outros, e mais tarde Clemente de Moraes lá deixaram cair o sangue do seu ideal para levantar até ao mais alto, o seu amor pela Liberdade. Tudo se revestiu de sadismo sem par e do mais inteiro desprezo pela pessoa humana. Como nota da mais repugnante falha de amor cristão, aponte-se o facto histórico de durante a execução da Praça Nova...

«...os frades lóios e os oratorianos, mais os seus convidados, regalaram-se com bolos e vinho fino.»

Nada impedia, porém, nada o impedirá jamais, o homem de lutar e buscar novos pontos para continuar

a traçar as paralelas da sua marcha sempre renovada para a libertação!

1910 é outro desses pontos e ao seu movimento, surgida das perseguições e da miséria pública para a qual a Monarquia dos Braganças da decadência havia lançado a Nação! É um novo grito de libertação pela República, provada que foi a inépcia da Monarquia. Surge a Constituição de 1911 vasada nos moldes fiéis saídos da Revolução de 1789. Não muito passava até que, de novo, as forças da anti-nação procuravam eliminar as conquistas do Povo. O Povo ainda tinha forças para aguentar a punhalada de Monsanto, mal feito da luta por Portugal longe de Portugal, mas ia ficando

opressores antes que rompam em um só gemido os desgraçados. Um murmúrio, uma queixa... nem talvez no cadafalso a soltarão!»

E é António José de Almeida, esse grande chefe da Nação Portuguesa que muitos persistem em fazer ignorar, que em Fevereiro de 1910 escreve, ao lado daquelas palavras do imortal autor do «Camões»:

«É certo. Os portugueses são assim, como diz Garrett: sofredores, pacientes, resignados. Mas, no meio da trágica resignação do seu sofrer, é visível a indómита rebeldia do seu carácter. São



Trecho da Avenida Dr. Lourenço Peixinho onde, com toda a solenidade e ante milhares de pessoas, foi lançada, em Maio de 1928, a primeira pedra (indicada por uma seta) do Monumento à Liberdade.

cansado porque não sabia castigar e pronto sempre estava a perdoar a injúria e o ódio com a inocência suicida do seu perdão. Mas não esquecia, nem esquece, porque não deixa de sofrer. E caiu... adormeceu exausto de tanta traição haver sofrido, até que as circunstâncias façam criar o ponto inicial de nova paralela que ele traçará no caminho sempre renovado da sua libertação!

*

Garrett (carta de M. Scevola, 1830) dizia:

«Os portugueses são naturalmente sofredores e pacientes: muito arrojada há-de ser a corda com que de mãos e pés os atam os seus

morosos na insurreição, mas, no momento supremo, quando a medida se enche, não há dique que se oponha ao extravasar da sua cólera.»

Fevereiro de 1910! Uns escassos sete meses separavam estas palavras da República libertadora do povo!

16 de Maio de 1828!

31 de Janeiro de 1891!

5 de Outubro de 1910!

Datas que são pontos de início de paralelas da história da libertação do Povo português, paralelas que jamais deixarão de ser por Ele traçadas.

«AOS SEUS NOMES GLÓRIA!»

Coordenação de **ÁLVARO DE SEIÇA NEVES**

MENDES LEAL

Clemente de Morais Sarmento, Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, Francisco Silvério de Carvalho Magalhães Serrão, Manuel Luís Nogueira, João Henriques Ferreira Júnior, João de Sousa Pizarro, Evaristo Luís de Morais, Joaquim José de Queirós, Manuel Maria da Rocha Colmeiro, Custódio José Duarte e Silva, João de Melo Freitas, Francisco António de Resende, Manuel Ribeiro Dias Guimarães, José Estêvão Coelho de Magalhães, Manuel José Mendes Leite, Francisco José de Queirós, José de Oliveira Queirós, João José de Oliveira Queirós, Luís Maria dos Santos, António Joaquim de Morais Sarmento, João António de Morais, Jerónimo de Morais Sarmento, Basílio de Oliveira Camossa, Domingos dos Santos Barbosa Maia, João da Silva Santos, Dr. José Henriques Ferreira, Fr. Rodrigo José Pereira, Fr. Joaquim (Amarelo), Pedro António Rebocho, Paulo Maria Judice Biquer, José de Vasconcelos Bandeira Lemos, Filipe Correia de Mesquita, José António de Azevedo, José Leite Pereira Balsemão, P.º Lourenço António de Almeida, João Nunes Cardoso, Manuel José de Mendonça, José Maria da Fonseca Monis, D. Manuel Pacheco de Resende (Bispo de Aveiro), Joaquim Rodrigues da Costa Simões, José António da Costa Graça, João Evangelista Coutinho, Luís António de Miranda, João Francisco Pinto, Manuel de Sousa e Silva, José da Silva, Luís Maria de Magalhães, Bernardo José de Carvalho, Manuel Júlio de Carvalho, Joaquim Rodrigues da Costa Simões, José da Cunha Guimarães, Domingos José de Oliveira, Manuel José de Almeida, Dr. José Marques de Melo, Francisco Caetano da Costa. Dr. José das Neves Mascarenhas e Melo, D. Maria Máxima Miquelina de Morais Sarmento, Pedro José da Naia, Manuel António Loureiro de Mesquita, António José Pereira da Silva Bastos, Joaquim da Cruz Maia, José dos Santos Silva, Manuel de Pinho, João Barbosa de Pinho, Dr. João Nepomuceno da Silva, Manuel Coelho de Moura, João José de Araújo, Francisco Caetano da Costa, José Marques de Melo, P.º Manuel da Cruz Maia, P.º José Bernardo Mascarenhas, P.º António José de Sá, Manuel Coelho de Magalhães e Abreu, Bento dos Santos Ventura, Custódio José Soares, Francisco Caldeira Albuquerque, Francisco Gonçalves Monteiro, Frederico da Silveira Carvalho, Gabriel da Silva Justiça, Dr. João Gonçalves Monteiro, João José Antunes Guimarães, João Bernardo da Silva, João Teixeira de Vasconcelos, Isidoro José da Naia,



Manuel António Cadima, Manuel António de Carvalho, António Augusto Coelho de Magalhães, Bento de Morais Sarmento, Fr. Alexandre de S. Tomás, Filipe Luís Bernardo Júnior, João dos Santos Resende, Francisco António Veríssimo de Morais Cabral, Agostinho José Pinheiro, José Pereira de Morais, José António Gonçalves Lomba, Manuel Joaquim do Cabo, Dr. Manuel Pereira da Cunha, António da Cunha Toscano, José Rodrigues da Cruz Silva, Tomás Francisco Estima, José Pacheco de Almeida, João António Pessoa, Dr. Luís Cipriano Coelho de Magalhães, Vicente José de Almeida, José António Barbosa, José Maria dos Santos, Jerónimo Ribeiro Dias Guimarães, Dr. Joaquim Timóteo de Sousa da Silveira, Manuel José Barbosa, Gabriel de Pinho, Dr. António José da Fonseca Mimoso Guerra, Custódio Joaquim de Oliveira, Francisco José Bernardo de Oliveira, João Lino Barboça da Fonseca Freire, João Crisóstomo Gravito, João José de Araújo, Dr. Joaquim António Plácido, Joaquim de Oliveira Costa, José Maria Plácido, José Magalhães Pereira, Manuel António Plácido, Manuel Crisóstomo de Melo Alvim, António Marcelino de Sá, Dr. José Ferreira da Costa, Custódio José Pereira dos Santos, João José da Conceição, Manuel Lopes Baptista, Vicente José de Pina, Francisco dos Santos Barreto, João de Azevedo Júnior, Manuel António Rodrigues, Agostinho Luís de Santana, José de Oliveira Lopes, João Pereira, João António Rebocho, Fortunato José Soares, Dr. António Pereira Pinto, Francisco de Melo Soares de Freitas, Francisco Henriques da Maia, José Ferreira da Cunha, Joaquim José da Rocha.

IN MEMORIAM

Por JÚLIO CALISTO

○ 16 de Maio é uma data nossa. Uma efeméride da Causa Liberal.

Mais particularmente, esta data interessa à cidade de Aveiro, burgo que se engrandeceu no trabalho e na Liberdade da sua gente ribeirinha, habituada a afrontar as inclemências do mar, ciosa dos seus pergaminhos de cidadania e independência, onde primeiro soou o clarim da revolta contra o poder despótico e absoluto do rei.

De entre os despojos da batalha, os inimigos da Causa Liberal, depois de os terem condenado à execução na forca, fizeram gala e ostentação das cabeças bárbaramente decepadas dos fautores desse movimento, expondo-as em postes nas praças públicas como processo vil de alardear o triunfo e intimidar a pobre e timorata gente.

Mas os mortos mandam e as gerações que se lhes sucedem, fieis aos seus princípios, à sua doutrina e ensinamentos, buscam cumprir o legado do seu nobre exemplo, que é rebeldia, lealdade e fé, vida em holocausto aos direitos do povo, da sua legítima soberania e liberdade.

É-nos sagrada a memória dos nossos mortos, mártires e santos que sacrificaram a vida na luta esforçada e redentora por um grande e sublime Ideal.

A sua voz de comando ressoa firme e solene em nosso peito; sentimos os seus corações agonizantes palpitar febris em nossos corações; e, dentro em nosso peito e junto ao nosso coração, arde, cada vez mais viva e pura, a chama de uma esperança, cada vez mais forte, de uma fé inextinguível nos altos destinos da Pátria e da nossa sagrada condição de homens livres.

Evoquemos os nossos mortos, selvaticamente justificados pela sanha bárbara do despotismo, na promessa solene e na oferta inteira do nosso ser, dos nossos mais caros anseios e aspirações, pela causa santa da Liberdade.

Não foi e não será, dentro desta promessa e desta oferta, inglório e vão o sacrifício dos heróis.

Paz e Honra aos mortos; ânimo, fé e coragem para os vivos — tais são, nesta hora de recolhimento, lembrando o dia da arrancada gloriosa, as nossas orações.

biblioteca

**Aveiro — terra heróica e livre onde jamais deixou de haver
mártires da Liberdade**

Rocha Martins

PROGRAMA

Dia 15, às 21 horas — *Sessão Comemorativa, no Cine-Teatro Avenida, sob a presidência do antigo membro do Governo Provisório da República, senhor Doutor ANTÓNIO LUÍS GOMES, em que usarão da palavra os senhores Dr. Álvaro de Seica Neves, Dr. Júlio Calisto, Dr. Manuel da Costa e Melo, Dr. Olívio França, Dr. Fernando Lopes, Cibele da Silva Carvalho, Dr. Manuel das Neves, Dr. Armando Bacelar, Dr. Alcides Strecht Monteiro, José Ferreira, Dr. José Rodrigues e D. Olívia de Vasconcelos Rodrigues.*

Dia 16, às 12 horas — *Concentração junto ao obelisco da Praça do Dr. Joaquim de Melo Freitas onde serão depositas flores e donde se seguirá, com o mesmo fim, até à primeira-pedra do Monumento à Liberdade (incluída numa das placas da Avenida do Dr. Lourenço Peixinho) e até ao Monumento aos Justicados, no Cemitério Central da cidade, dispersando-se junto da estátua a José Estêvão; às 20 horas, Jantar de Confraternização Democrática no Restaurante Galo d'Ouro, presidido pelo Senhor Doutor JAIME CORTESÃO.*

**Aveiro foi a cidade onde apareceu de facto o primeiro grito
de guerra contra as pretensões de D. Miguel.**

Luz Soriano

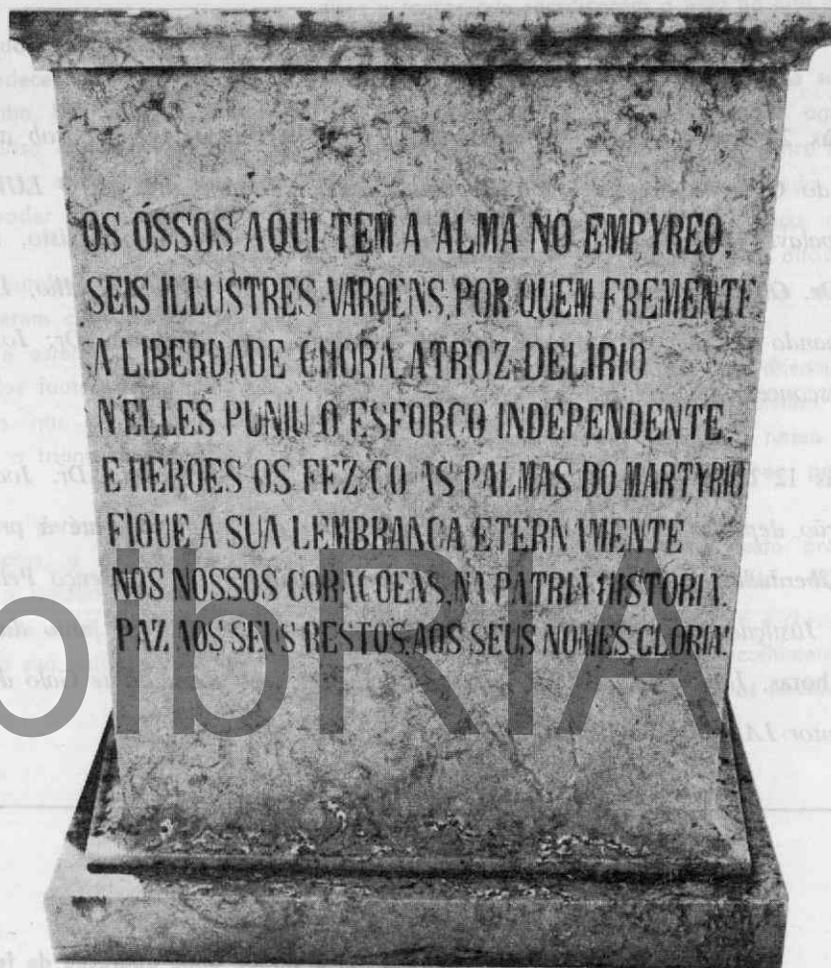
IN MEMORIAM

por JÚLIO CALISTO

Avante — terra petrosa e livre onde jamais deixou de haver

defensores da liberdade

Luís de Almeida



OS OSSOS AQUI TEM A ALMA NO EMPYREO,
SEIS ILLUSTRES VAROENS, POR QUEM FREMENTE
A LIBERDADE ENORA ATROZ DELIRIO
NELLES PUNIU O ESFORÇO INDEPENDENTE,
E HEROES OS FEZ COM AS PALMAS DO MARTYRIO
FIGUE A SUA LEMBRANCA ETERNIVIENTE
NOS NOSSOS CORACOENS, NA PATRIA HISTORIA,
PAZ, AOS SEUS RESTOS, AOS SEUS NOMES GLORIA!

Edição da COMISSÃO PROMOTORA DAS
CELEBRAÇÕES DO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO LIBERAL DE 16 DE MAIO DE 1820

bibRIA

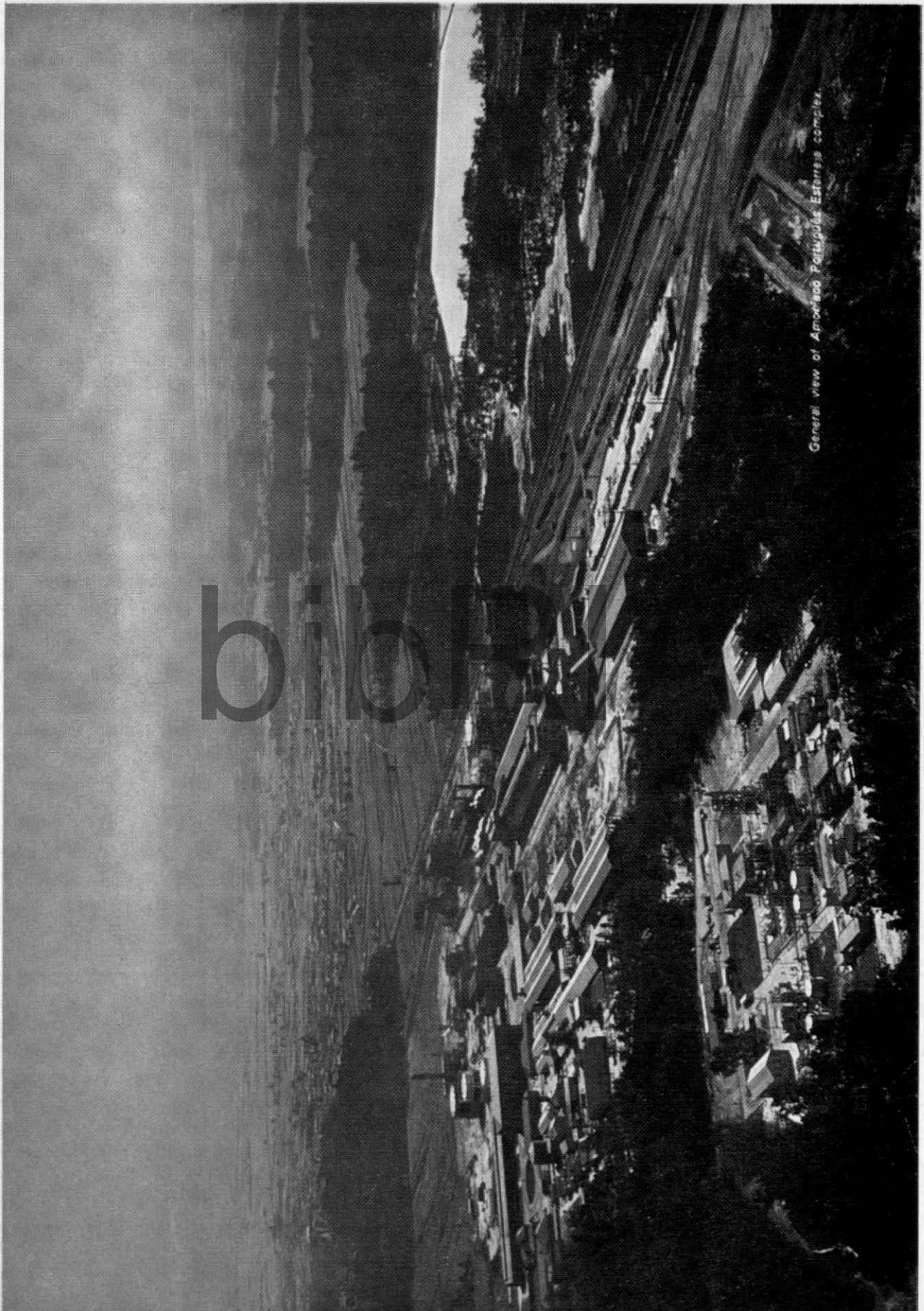
NA CAPA:

- 1 — Moeda romana, de ouro — soldo com a effigie do imperador Honório — encontrada há anos em Cacia, no sítio da Torre.
- 2 — «Há vários milhares de anos caíram aqui as célebres janelas do palácio do Céu. Ficaram intactas as vidraças nos respectivos caixilhos porque as janelas caíram sobre a relva verdinha. Hoje são as salinas».

José de Almada Negreiros

Sumário

Págs.	Págs.
Brasões de armas dos concelhos do distrito de Aveiro 3	Numisma com a efígie de Honório — Contributo para o estudo da presença romana em Cacia 36
Recursos hidroagrícolas da bacia do rio Vouga — Um plano para o seu desenvolvimento 5	Por José Sarabando
Por Dália Lázaro	O Sal e o Homem — (Requiem sobre o apagar de um tema) 41
Universidade de Aveiro, presente e futuro 11	Por M. da Costa e Melo
Por Victor M. S. Gil	O Vouga e o «Vale do Vouga» 45
Anadia 24	Por Fernando Soares Ramos
Pelo Dr. José Rodrigues	Concelho de Aveiro — Nótulas de Etnografia e Folclore 51
Para uma abordagem sócio-económica do concelho de Estarreja 27	Por J. Vieira
Por José Luís Vidal e Júlio Dias Gomes	Homem Cristo 57
Oliveira de Azeméis e o seu tempo: 31	Por Fernando Moniz Lopes
Pelo Dr. Alberto Barbosa	Caldeirada... — Versos de Vidal Oudinot 59
Oliveira de Azeméis — Subsídios para a sua história 33	O Distrito de Aveiro no Cinema 61
Pelo Prof. António Magalhães	Por F. Gonçalves Lavrador
	16 de Maio de 1828 65



bio

General view of Amoreira Petropolis Estancia complex.